

## **Depois de nós, o dilúvio**

**Portugal e a Bélgica nos Fins do Império (1945-1960)**

**Manuel José da Silva Martins**

**Dissertação de Mestrado em História**

**(Vertente de História Contemporânea)**

*Versão corrigida e melhorada*

**Março de 2024**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Pedro Aires Oliveira.

O autor agradece ao júri da defesa pública desta dissertação, presidido pela Professora Doutora Maria Fernanda Rollo e composto pelo Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues, pelo Doutor Victor Pereira e pelo orientador desta dissertação, os preciosos comentários que permitiram a sua correção e melhoria.

## Agradecimentos

---

Originalidade e individualismo – factualmente, requisitos necessários para a elaboração e aprovação de uma obra desta envergadura. A escrita é, para mim, uma atividade simultaneamente solitária e abarrotada, uma espécie de dimensão à parte preenchida pela coexistência entre o autor e as fontes, entre as fontes e os seus produtores, entre os produtores e o contexto em que se inseriram. Mas, no final de contas, é escrita por uma mão só – individualística e singular.

Não deixa de ser, dentro da minha subjetividade, uma produção que, apesar de individual, é paradoxalmente coletiva. Não só resulta da relação que estabeleci com as fontes e com os sujeitos históricos que elas tratam, dando-lhe desde logo esse cunho *abarrotado*, mas também dos inestimáveis contributos daqueles que me rodearam no contexto em que me inseri. No fundo, não consigo negar o privilégio que foi terem-me concedido a sua presença e espero mantê-los presentes no espírito deste esforço, fazendo-lhes jus.

Agradecimento inicial e inestimável para o meu orientador. Desde os tempos do 1.º ano da Licenciatura que assumi a minha clara preferência pela *Época Contemporânea* e aguardei com ânsia pela chegada do Século XX, acabando por ser confrontado com conteúdos estruturados de forma pouco habitual e assentes na reflexão historiográfica, o que acabou por ser uma mais-valia na minha maturação académica. Duas horas por semana, o Prof. Pedro Aires Oliveira expôs-me a estímulos intelectuais que muito contribuíram para consolidar o meu gosto pela *Era dos Extremos*, nas palavras do eterno Hobsbawm, e, através da sua tese de doutoramento, muito contribuiu para me fazer perceber a necessidade da continuação dos estudos na área da História Diplomática, mesmo que, por defeito de palato intelectual, me cinja principalmente às temáticas políticas e militares.

Ao longo daquilo que são quase duas décadas de uma vida pelo sistema de ensino português nos seus diversos níveis, na condição de aluno, seria inevitável não acumular dívidas e influências que muito contribuíram para esta culminação, passando a agradecer-lhes de seguida, sem nenhuma ordem particular. Não posso deixar de agradecer ao Prof. Bernardo Vasconcelos e Sousa por me ter deixado conjugar o gosto pelas minhas duas cronologias prediletas, Idade Média e Contemporânea, estimulando a minha criatividade dentro daquilo que o rigor histórico exige.

Na Contemporaneidade, três professores em particular marcaram o meu percurso. O Prof. Paulo Jorge Fernandes, com boa disposição e um elevado grau de exigência, criou em mim o gosto pelo Longo Século XIX e por temáticas menos ortodoxas. A diversão e os conhecimentos transmitidos, sempre com discussões acesas à mistura, foram fundamentais para me dar a maturidade que uma dissertação de mestrado exige. A Prof.<sup>a</sup> Raquel Pereira Henriques e a Prof.<sup>a</sup> Fernanda Rollo, a primeira pela orientação do meu estágio no Museu Militar de Lisboa, a segunda pelo papel que desempenhou no meu primeiro grande contributo para um projeto de investigação, também foram duas das grandes mentoras na minha entrada pela investigação histórica, a par do meu orientador.

Reservo umas palavras especiais para um elenco que não pertence à NOVA FCSH. Ao Rui Correia e à Cândida Calado, professores de História no meu percurso pelo ensino obrigatório. Se o bicho da História já estava presente em mim antes de “vos ter passado pelas mãos”, foram vós que me levaram a este caminho.

Agradeço a ajuda inestimável da Diretora e dos funcionários do Arquivo Histórico Diplomático – arquivo nobre deste trabalho e onde passei mais tempo. Respeito o seu desejo de não individualizar contributos dentro da sua instituição – e aprecio-o – mas reforço a sua importância na reunião da documentação necessária para a sustentação da minha argumentação. Agradeço também aos funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal, do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo pela sua continuada disponibilidade para com todos os aprendizes que por lá passam e por lá se vão formando. Aos Profs. Luís Nuno Rodrigues e Luciano Amaral e ao Dr. Vitor Pereira, pelas orientações dadas a temas específicos, permitindo-me descobrir pistas de investigação que aumentaram a qualidade deste trabalho.

Por último, mas não menos importantes, restam os agradecimentos pessoais e familiares.

Começo pelos meus pais, avós, irmã e Tia Olga – a verdadeira prova de que de onde vimos muito decide quanto a onde vamos. Se sou o segundo a chegar a este nível de escolarização na família, este feito em tudo se deve de onde vim. Ao Benfica, ao Sam, ao Snivy, à Unova, à Fénix e ao Ícaro, os patudos e peludos da família, minhas grandes companhias em tempos de pandemia e não só.

Ao João, o grande companheiro desde os tempos da licenciatura. Altos e baixos, mas cá estamos e por cá deveremos ficar. É principalmente a ti.

À Jéssica, a maior e eterna amizade, mas a tantos outros que orbitam, mas cuja camaradagem e apreciação não desaparece.

À Sara, pela verdadeira picardia em ver qual de nós iria acabar a dissertação primeiro (fui eu), mas também pela função pouco grata que a forcei a assumir de ler ou ouvir monólogos pouco coerentes sobre o meu objeto de estudo (e que retribui com os dela), e à Vânia, pela assertividade em garantir a manutenção nos eixos e evitar fugas da necessidade de concluir esta etapa da minha vida.

Aos meus colegas de projeto, Joana Ralão, Ulisses Ferreira, Cláudia Filipe e Adolfo Cueto-Rodriguez, todos académicos e cientes das dificuldades e exigências, pelo carinho e pela ajuda.

Aos camaradas de outras bandas, sejam eles do voluntariado ou da atividade cívica, sempre presentes ao longo deste processo.

Bem sabem os que melhor me conhecem que a economia de palavras nesta parte final dos agradecimentos única e exclusivamente representa a minha dificuldade em pôr por escritos a gratidão que sinto por aqueles que me vêm fazendo ao longo da vida.

Como dita a *praxis*, eventuais erros e omissões apenas a mim poderão ser imputados.

## Resumo

---

### **Depois de nós, o dilúvio – Portugal e a Bélgica nos Fins do Império (1945-1961)**

**Manuel Martins**

**Palavras-chave:** Colonialismo; Guerra Fria; Angola; Congo Belga; História Diplomática

O fim da II Guerra Mundial, em 1945, trouxe consigo o início ou o aceleração de processos que se provaram inexoráveis. Com as metrópoles europeias devastadas e a ascensão de duas novas superpotências de tradição anticolonial, a descolonização da Ásia e da África toma um ritmo que leva os países colonialistas a adotar diversas estratégias e posições perante este fenómeno. Para esses países europeus, no entanto, a ideia de império representava o garante da sua autonomia geopolítica e a descolonização um desafio que tinha de ser enfrentado pelas metrópoles. Portugal e a Bélgica são potências medianas com territórios coloniais que muito ultrapassam a dimensão das suas metrópoles, inseridas firmemente no bloco ocidental e com ligações económicas e financeiras profundas que permanecem por explorar.

A presente dissertação pretende ser uma abordagem inicial aos contactos luso-belgas no continente africano, na linha de outras investigações que têm privilegiado a análise das relações de Portugal com potências de segunda ordem, tendo como principal questão de partida: como é que esses contactos se inserem no panorama mais amplo da “questão colonial” após a II Guerra Mundial, num quadro de interligações já existentes? Esta investigação, assente na análise documental de fontes presentes no Arquivo Histórico Diplomático e no Arquivo Oliveira Salazar, entre outros, começa por analisar os contactos luso-belgas em África na década de 40, abordando temáticas como a ideia dos impérios coloniais enquanto reduto europeu e a inserção do colonialismo num novo quadro internacional, passando para a sistematização das novas linhas de força na década de 50, com novas dinâmicas multilaterais a forçarem a adoção de estratégias de cooperação em organizações como a CCTA ou iniciativas como as Conversas Quadripartidas. Termina com a visão portuguesa do processo de descolonização repentina levado a cabo pelos belgas no Congo, altamente criticado pelas autoridades portuguesas em análise.

## Abstract

---

### **After us, the flood – Portugal and Belgium at the Ends of Empire (1945-1961)**

**Manuel Martins**

**Keywords:** Colonialism, Cold War, Angola, Belgian Congo, Diplomatic History

The end of World War II brought with it the beginning or hastening of dynamics that proved to be inexorable. With the European metropolises devastated and the rise of two superpowers of anticolonial tradition, the decolonization of Asia and Africa gained such momentum that prompted colonial powers to adopt several strategies and stances in response to this phenomenon. To these European countries, however, the idea of Empire represented a guarantee of their geopolitical autonomy and decolonization a challenge that must be faced by the metropolises. Portugal and Belgium were medium powers with colonial territories that far exceeded the size of their European metropolises, firmly in the Western bloc and with deep financial and economic links that remain to be explored.

This dissertation aims to provide an initial approach to Luso-Belgian contacts in the African continent, in line with other studies that have privileged the analysis of Portugal's relations with second-rate powers, with its main research question being: how are these contacts inserted in the wider "colonial question" after the II World War, within a framework of previous interconnections? This research, based on the analysis of documentary sources from the *Arquivo Histórico Diplomático* and the *Arquivo Oliveira Salazar*, among others, starts by examining Luso-Belgian contacts in Africa in the 1940s, addressing themes such as the idea of colonial empires as a European redoubt and the insertion of colonialism in a new international framework. It moves on to the systematization of new tendencies during the 1950s, with new multilateral dynamics forcing new strategies of cooperation in organizations such as the CCTA or initiatives such as the Quadripartite Talks. It ends with the Portuguese vision of the sudden decolonization process carried out by the Belgians in the Congo, highly criticized by the Portuguese authorities under analysis.

## Lista de abreviaturas

---

- ABAKO** – Aliança dos Bakongo/*Alliance des Bakongo*
- BENELUX** – União do Benelux (Bélgica, Neerlândia, Luxemburgo)
- CCTA** - Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara
- CEE** – Comunidade Económica Europeia
- COTONANG** – Companhia Geral dos Algodões de Angola
- DIAMANG** – Companhia dos Diamantes de Angola
- EUA** – Estados Unidos da América
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FORMINIERE** – *Société Internationale Forestière et Minière du Congo*
- FRAIN** – Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional
- MNC** – Movimento Nacional Congolês/*Mouvement National Congolais*
- MPLA** – Movimento Popular de Libertação de Angola
- OECE** – Organização Europeia de Cooperação Económica
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OTAN/NATO** – Organização do Tratado do Atlântico Norte/*North Atlantic Treaty Organization*
- PIDE** – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
- PSB** – Parti Socialiste Belge
- PSC** – Parti Social-Chrétien
- RFA** – República Federal Alemã
- SDN** – Sociedade das Nações
- SGB** – Sociedade Geral da Bélgica/*Société Générale de Belgique*
- UPA** – União das Populações de Angola

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**VNV** – União Nacional Flamenga/*Vlaamsch Nationaal Verbond*

## Índice

---

<b>1 - Introdução</b> .....	11
<b>1.1. – A justificação da temática</b> .....	11
<b>1.2. – Questões teóricas e opções metodológicas</b> .....	19
<b>1.3. – O estado da arte</b> .....	24
<b>2 – Os anos da indefinição (1945-1949)</b> .....	29
<b>2.1. – Um novo quadro internacional</b> .....	30
<b>2.2. – A Bélgica na nova ordem europeia</b> .....	32
<b>2.3. – O xadrez colonial no início da Guerra Fria</b> .....	36
<b>2.4. – Os impérios português e belga nos anos de indefinição</b> .....	40
<b>3 – Os anos da apreensão (1950-1958)</b> .....	60
<b>3.1. – Desde a escalada, rumo ao confronto</b> .....	61
<b>3.3. – A Bélgica tenta regressar à normalidade</b> .....	63
<b>3.3. – O cerco intensifica-se, a descolonização inicia-se</b> .....	67
<b>3.4. – Contactos luso-belgas nos anos de apreensão</b> .....	70
<b>4 – Os anos de charneira (1959-1960)</b> .....	107
<b>4.1. – 1959: o ano da ebulição</b> .....	107
<b>4.2. – 1960: o ano de expectativa</b> .....	119
<b>5 – Notas Finais</b> .....	124
<b>5.1. – Síntese da investigação apresentada e conclusões gerais</b> .....	124
<b>5.2. – Os possíveis caminhos do futuro</b> .....	129
<b>Fontes</b> .....	132
<b>Referências bibliográficas</b> .....	134
<b>Anexo I – População europeia e sul-africana no Congo belga 1945-1959</b> .....	138
<b>Anexo II – Posições sobre o colonialismo português na imprensa belga</b> .....	139
<b>Anexo III – Notas biográficas</b> .....	140
<b>Anexo IV – População belga no Congo belga 1945-1959</b> .....	143

**Anexo V – Principais movimentos políticos congolese..... 144**

# 1 - Introdução

---

## 1.1. – A justificação da temática

A inserção do Estado Novo português na nova ordem internacional, criada a partir dos escombros resultantes da destruição causada pelas I e II Guerras Mundiais (se quisermos, pela Guerra Civil Europeia, segundo o conceito popularizado por autores como Ernst Nolte ou Enzo Traverso<sup>1</sup>), tem sido objeto de estudo de sucessivos autores, através de lentes e temáticas de vária tipologia. A nível de História política e diplomática, áreas temáticas principais do presente trabalho, destacam-se o estudo de questões como a secundarização das relações bilaterais com a Grã-Bretanha, principal potência aliada e tutelar de Portugal até ao final da II Guerra Mundial e o desenvolvimento das relações multilaterais e bilaterais com os Estados Unidos da América e as temáticas subjacentes da integração de Portugal na OTAN/NATO.<sup>2</sup>

Num período de produção historiográfica mais recente, têm surgido estudos de História diplomática e política que têm privilegiado as relações de Portugal com potências de segunda ordem, permitindo obter um quadro interpretativo cada vez mais completo e complexo, ultrapassando a ideia de uma História diplomática portuguesa da segunda metade do século XX exclusivamente pautada pelas relações com a Grã-Bretanha e com os EUA, contrariado a expressão do ‘orgulhosamente sós’ proferida por Oliveira Salazar a 18 de Fevereiro de 1965. Este processo tem sido reforçado pelas produções de autores como, não sendo uma enumeração exaustiva, Maria José Tíscar (Espanha franquista)<sup>3</sup>, Ana Mónica Fonseca e Rui Lopes (República Federal Alemã)<sup>4</sup>, Daniel Marcos (França)<sup>5</sup>,

---

<sup>1</sup> Nolte, Ernst. *La guerra civil europea 1917-1945*. S.l.: Fondo de Cultura Economica, 2024 e Traverso, Enzo. *Fire and Blood – The European Civil War, 1914-1945*. Londres: Verso Books, 2017.

<sup>2</sup> Destacam-se, por exemplo: a propósito das relações luso-britânicas entre 1945 e 1975, Oliveira, Pedro Aires. *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2007; das relações de Portugal com os EUA obras como Sá, Tiago Moreira. *História das Relações Portugal - EUA (1776-2015)*. Lisboa: D. Quixote, 2016; ou obras de índole mais geral, de autores como Nuno Severiano Teixeira, José Medeiros Ferreira e Fernando Rosas, onde estão presentes estas temáticas.

<sup>3</sup> Tíscar, Maria José. *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*. Lisboa: Edições Colibri, 2013 e *Idem. O Pacto Ibérico, a Nato e a Guerra Colonial*. Lisboa: INCM, 2014.

<sup>4</sup> Fonseca, Ana Mónica. *A Força das Armas: o apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*. Lisboa: Instituto Diplomático, 2007 e Lopes, Rui. *Between Cold War and Colonial Wars: The making of West German Policy towards the Portuguese dictatorship, 1968-1974*. Tese de Doutoramento. London School of Economics and Political Science.

<sup>5</sup> Marcos, Daniel. *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*. Lisboa: Instituto Diplomático, 2007.

Vera de Matos (Itália)<sup>6</sup>, Luís Barroso (Rodésia)<sup>7</sup>, Bruno Reis (Vaticano)<sup>8</sup>, Thiago Carvalho (Brasil)<sup>9</sup>, Maria Amaral Borges (Austrália)<sup>10</sup>.

Neste sentido, nota-se a ausência de um estudo dedicado a uma potência com abundantes contactos diplomáticos com Portugal, principalmente a partir do seu estabelecimento como potência colonizadora em África (primeiro, de forma indireta, através do seu monarca, Leopoldo II, e, depois, de forma direta) – à Bélgica.

Com dimensões e peso demográfico mais ou menos equivalente a Portugal, a Bélgica é um país onde a religião católica desempenha um importante papel político, particularmente enquanto sustentáculo da monarquia e na região flamenga, onde a hierarquia eclesiástica e o Partido Católico desempenham importantes papéis de estruturação social e política (tal como, em Portugal, a Igreja Católica assume um particular papel de apoio ao Estado Novo e de enquadramento social e cultural).<sup>11</sup>

Além disso, tanto Portugal como a Bélgica se encontram tutelados, na perspetiva do sistema internacional, pela Grã-Bretanha enquanto potência, dependendo dos britânicos enquanto garantes da manutenção da sua autonomia política face a potências mais preponderantes na Europa. Se, por um lado, Portugal reivindica uma presença secular no continente africano, por outro, a Bélgica é introduzida a este pela criação do Estado Livre do Congo enquanto condomínio privado de Leopoldo II; ambos veem por diversas vezes a sua manutenção em África ameaçada pelas dinâmicas das relações entre países como a Grã-Bretanha, França e Alemanha, até à I Guerra Mundial.

São, assim, duas potências colonizadoras com pontos em comum que terão de encontrar o seu espaço na ordem internacional que se encontrava em fundação em 1945.

O estudo das relações diplomáticas luso-belgas, particularmente no plano colonial, exige o conhecimento da existência de um substrato económico e financeiro que em

---

<sup>6</sup> Matos, Vera de. *Portugal e Itália - Relações diplomáticas (1943-1974)*. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra, 2010.

<sup>7</sup> Barroso, Luís. *Salazar e Ian Smith - O Apoio de Portugal à Rodésia (1964-1968)*. Lisboa: Instituto Diplomático, 2010.

<sup>8</sup> Reis, Bruno Cardoso. *Salazar e o Vaticano*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2006.

<sup>9</sup> Carvalho, Thiago. *Do Lirismo ao Pragmatismo. A Dimensão Multilateral das Relações Luso-Brasileiras (1974 - 1976)*. Lisboa: Instituto Diplomático, 2008.

<sup>10</sup> Borges, Maria Amaral. *As relações entre Portugal e a Austrália na era da descolonização (1945-1974)*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

<sup>11</sup> A propósito do papel da Igreja Católica enquanto pilar do Estado Novo, ver, por ex., Rosas, *Salazar e o Poder*. Quanto à Bélgica, esta questão é elaborada em, por ex., Mabilille, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*, nas secções dedicadas à questão escolar e à implementação do Partido Católico na Flandres.

grande medida extravasa as relações formais entre os dois Estados, mas que indubitavelmente as condiciona e, em certa medida, são uma *raison d'être* que antecede o seu aprofundamento. A penetração belga em África, no fundo, não deve ser resumida à criação do Estado Livre do Congo e da sua nacionalização pelo Estado em 1908, exigindo-se particular atenção às investidas da finança nas principais companhias do império português, em especial no espaço de Angola.

Não obstante as quezílias geradas por questões fronteiriças entre o Governo-Geral de Angola e os territórios ambicionados pela Bélgica mais a norte, foi durante os esforços autonomistas e desenvolvimentistas da I República, com especial impacto durante o consulado de Norton de Matos enquanto alto-comissário, que o capital estrangeiro se torna numa componente fundamental do plano de rentabilizar e desenvolver as economias coloniais para salvaguardar a sustentabilidade metropolitana, após uma intervenção ruïnosa na I Guerra Mundial.<sup>12</sup>

A retórica de nacionalismo e autarcia económica de Salazar, conforme procurou demonstrar Clarence-Smith, não foram incompatíveis à penetração de capital estrangeiro no império português, em particular do belga, que, na opinião deste autor, era uma opção apetecível e já favorecida pela I República pelos seguintes fatores: a Bélgica, enquanto potência menor com espaços coloniais a serem utilizados como moeda de troca na diplomacia das grandes potências, à semelhança de Portugal, era um parceiro preferencial face a países como a Grã-Bretanha ou a França, e os seus agentes financeiros tinham a particularidade de ter uma forma de atuação dissimulada, através de testas-de-ferro portuguesas e do domínio através da captura das estruturas acionistas de grandes empresas por subsidiárias sob o seu controlo. Deste modo, seria possível suprimir argumentos de cariz nacionalista ou apelos protecionistas do capital português, bastante mais limitado.<sup>13</sup> Este autor e Bosschere têm comprovado que Angola era palco de substanciais investimentos belgas que concediam particular influência à principal instituição financeira desse país – a *Société Générale de Belgique* – até à data da independência do Congo belga, quando há uma fuga substancial de capitais belgas do continente africano.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Jourdain de Alencastro, "Diamond Politics in the Angolan Periphery", 20–21.

<sup>13</sup> Clarence-Smith, "Business Empires in Angola under Salazar, 1930-1961", 2; idem, "Les investissements belges en Angola, 1912-1961", 423–24; idem, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975*, 170–71.

<sup>14</sup> de Bosschere, "L'indépendance de l'Angola et son enjeu économique".

Além da SGB, o Grupo Hallet e o Banco de Bruxelas são dos principais exemplos de investidores belgas em Angola. O primeiro, especializado em exploração agrícola, desempenha um papel fundamental na capitalização necessária à criação da Companhia Agrícola de Angola, mas o *down-turn* de algumas exportações agrícolas na década de 30 e a retórica nacionalista de Salazar acabam por afugentar este grupo, que retira as suas operações de Angola em 1944. O Banco de Bruxelas, por sua vez, faz parte da criação do Banco Comercial de Angola na década de 50.<sup>15</sup>

Mas é a *Société* que desempenha o papel mais influente na economia angolana, seja de forma direta, seja indireta. Desde logo, através da PETROFINA, na qual exerce controlo, que assume um papel fundacional na CARBONANG e na PETRANGOL e também na prospeção de petróleo, manganês, grafite e mica.<sup>16</sup>

Será a partir da DIAMANG, no entanto, que será mais palpável a influência do capital belga na colónia. Esta companhia, que exerce verdadeiras funções de soberania nas regiões periféricas da Lunda, onde a força do governo-geral angolano sentia dificuldade em chegar, desde logo é influenciada pela FORMINIERE na sua fundação – o Estado Livre do Congo leva a cabo ações militares na região com vista a permitir a essa empresa a prospeção mineira, a qual confirmará a presença de diamantes e a entrada de capital belga, francês, americano, britânico e sul-africano durante o período da I República, reduzindo a cotação do estado na DIAMANG a apenas 20%. Além do mais, esta Companhia encontrava-se dependente das infraestruturas belgas no Congo para se ligar à costa atlântica através do porto de Matadi. Também será a FORMINIERE a responsável pelo fornecimento dos primeiros quadros técnicos e pela repressão da resistência indígena local indispensável à implementação de um sistema económico extrativista assente no trabalho forçado.<sup>17</sup>

Os próprios administradores nomeados pelo governo português reconhecem a preponderância belga inicial, referindo os esforços de “nacionalização” da companhia através da imposição da contratação de mão-de-obra portuguesa (o que se verificará, uma vez que a quase totalidade da mão-de-obra qualificada da companhia, após a II Guerra

---

<sup>15</sup> Clarence-Smith, "Les investissements belges en Angola, 1912-1961", 436–39; Clarence-Smith, "Business Empires in Angola under Salazar, 1930-1961", 6–7.

<sup>16</sup> Clarence-Smith, "Business Empires in Angola under Salazar, 1930-1961", 5–7; Jourdain de Alencastro, "Diamond Politics in the Angolan Periphery", 122.

<sup>17</sup> Jourdain de Alencastro, "Diamond Politics in the Angolan Periphery", 118–24.

Mundial, é de nacionalidade portuguesa).<sup>18</sup> No entanto, há dados nesse mesmo e noutros relatórios que evidenciam a manutenção do controlo da companhia pelos belgas ou, mais concretamente, pela SGB: em 1948, terminado o mandato de Jacques le Boeuf nos corpos gerentes, é eleito o próprio diretor da *Société Generale*, Paul Gillet, para integrar o Conselho de Administração como representante dos interesses belgas na companhia, e, em 1950, a composição do conselho de administração tem uma pluralidade belga entre os administradores estrangeiros (entre 10 portugueses e 7 estrangeiros, 3 são de nacionalidade belga).<sup>19</sup>

Entidade	Ações	Votos na AG
Banco Burnay (detido pela SGB)	99.974	199
Belgika Comptoir Colonial	5.950	11
Coloniale de Belgique, S.A.	4.000	8
Compagnie Belge d'Assurances Générales sur la Vie, les Fonds Dotaux et les Survivances	11.500	23
Paul Henricot	2.000	4
Paul Vuylsteke	2.000	4
La Royale Belge, S. A.	11.750	23
Société Générale de Belgique	199.300	326
Société Internationale Forestière et Minière du Congo (detida pela SGB)	95.135	190
Société Minière du Kasai	10.000	20
Société Minière du Luebo	25.000	50
Société Minière de la Lueta	5.000	10

Tabela 1 – Maiores acionistas belgas (>2.000 ações) na DIAMANG e votos correspondentes na sua Assembleia-Geral. A amarelo, a SGB e acionistas que controlava de forma indireta.<sup>20</sup>

A composição da estrutura acionista é reveladora da influência da *Société*, tendencialmente confirmando a tese de Clarence-Smith de que esta exercia uma influência discreta sobre a companhia, com testas-de-ferro de outras nacionalidades, mas com potencial

<sup>18</sup> Arquivo Oliveira Salazar, UL-84A, Caixa 718, Pasta 1, *Relatório Trimestral dos Administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Setembro de 1950*, “Pode afirmar-se que a Companhia nasceu principalmente sob influência belga. [...] Os Belgas tiveram influência preponderante na sua formação e concorreram com uma grande parte do seu capital. [...] Com o capital vieram de lá também os técnicos que iniciaram os primeiros trabalhos. Por esta razão fez-se sentir durante anos a hegemonia dos Belgas dentro da Companhia, como era natural. As coisas foram, porém, mudando pouco a pouco, e hoje podemos afirmar que a Companhia, em toda a sua extensão, está inteiramente nacionalizada.”

<sup>19</sup> Arquivo Oliveira Salazar, UL-84A, Caixa 718, Pasta 1, *Relatório Trimestral dos Administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Setembro de 1950 e Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1948 para serem presentes à Assembleia Geral Ordinária de 30 de Junho de 1949*.

<sup>20</sup> Dados recolhidos a partir de: Arquivo Oliveira Salazar, UL-84A, Caixa 718, Pasta 1, *Relatório Trimestral dos Administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Setembro de 1950*.

de ação que a tornava no ator decisivo da sua Administração. Este papel manter-se-á até à descolonização do Congo belga, quando, conforme assinala esse autor, a finança belga abandona grande parte das suas operações anteriores no continente africano.<sup>21</sup> Além disso, ausente da tabela 1, constata-se a presença de membros da Família Real belga na estrutura acionista da DIAMANG, comprovando que os interesses económicos dos Saxe-Coburgo da Bélgica não se cingiam à colónia congoleza e dando outra profundidade aos contactos mantidos entre a ditadura portuguesa e a realeza belga.<sup>22</sup>

É necessário, no entanto, referir também a existência de interesses económicos portugueses no Congo belga, apesar das grandes empresas portuguesas se manterem tímidas na criação de filiais no Congo belga ao longo da sua história.<sup>23</sup> Desde logo, a utilização de infraestruturas portuguesas para escoamento da produção congoleza, através do caminho de ferro de Benguela, ligado à província do Katanga e ao porto do Lobito, na costa atlântica, um dos principais pontos de entrada e saída de mercadorias da região.<sup>24</sup>

Constata-se, também a existência de uma significativa comunidade comercial portuguesa no Congo belga, com particular enfoque na região capital da colónia, Leopoldville, conforme se afigura infra:

	Leopoldville	Equateur	Orientale	Kivu	Katanga	Kasai	Total
1950	1.949	490	343	70	391	239	3.482
1951	1.925	541	316	83	338	238	3.441

Tabela 2 – Distribuição dos nacionais portugueses pelas províncias congolezas em 1950 e 1951.<sup>25</sup>

Esta comunidade, enraizada numa tradição de criação de *interfaces* locais de pequena e média dimensão geridas por portugueses em representação de interesses comerciais internacionais, assume particular importância em Leopoldville, consoante se constata no *Annuaire* e pela utilização de português como língua comercial no início do século

<sup>21</sup> Clarence-Smith, "Business Empires in Angola under Salazar, 1930-1961", 5; Clarence-Smith, "Les investissements belges en Angola, 1912-1961", 425-35, 441.

<sup>22</sup> Neste caso, refere-se à detenção de 500 ações pela Princesa Josefina Carlota, Grã-Duquesa do Luxemburgo e filha mais velha de Leopoldo III, representada por Célio Herminio de Freitas Carneiro.

<sup>23</sup> Vellut, *Congo*, 142.

<sup>24</sup> Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975*, 154-155. O interesse português pela região do Katanga manter-se-á após a independência da colónia belga, com Salazar a manter relações amistosas e apoiar os desígnios de Moises Tchombé - *vd. Velez, Salazar Tchombé - O envolvimento de Portugal na questão da Catanga*, publicação resultante da dissertação de mestrado desse autor. Velez concede pouca atenção à influência dos particularismos económicos que ligavam o Katanga à Lunda, principal área de atuação da DIAMANG, permanecendo um tópico que carece de aprofundamento.

<sup>25</sup> Dados recolhidos a partir de: Arquivo Histórico Diplomático, NE-2-1, Caixa 418, Pasta 22, *Conseil du Gouvernement, 1952, Congo Belge – Statistiques*.

XIX.<sup>26</sup> A sua migração para o Congo intensifica-se com o desmantelamento dos monopólios concessionados por Leopoldo II e com a nacionalização da colónia pelo Estado belga, ultrapassando o seu habitual confinamento à região do Baixo Congo e de Leopoldville e espalhando-se um pouco por todo o Congo belga e, inclusive, pelo Congo francês, dinamizando a exploração de outros produtos além da borracha, tradicional esteio da economia belgo-congolesa, como o óleo de palma.<sup>27</sup> Na capital da colónia, os lojistas portugueses são responsáveis pelo comércio grossista de produtos agrícolas e pela importação de bens de consumo, chegando a possuir representações nos mercados europeus destinadas a tratar da compra de produtos e da venda da produção congolesa.<sup>28</sup> Apesar da relação desta comunidade com o republicanismo e com o derrube da I República permanecer uma questão por estudar, conclui-se que, pelas suas condições económicas e deficiente grau de escolaridade, à semelhança da maioria da população do Congo antes da II Guerra Mundial, os portugueses se encontravam alheados dos acontecimentos políticos de forma geral.<sup>29</sup> A comunidade portuguesa constituiu, pelo menos a partir do final da II Guerra Mundial, a maior comunidade estrangeira no Congo belga até 1959, ano em que os dados desse território deixam de constar nas recolhas estatísticas nacionais da Bélgica. Mantém-se sempre razoavelmente superior, em número, às restantes comunidades estrangeiras, atingindo o seu pico (5300 indivíduos) em 1957, e o seu êxodo a partir da reta final da descolonização do Congo representará um dos maiores dramas para o governo-geral de Angola e para o governo português.<sup>30</sup>

As trocas comerciais entre Angola, o Congo e a própria Bélgica também não são irrelevantes, constatando-se a ratificação de vários tratados comerciais de âmbito colonial, inseridos num âmbito mais vasto de regulamentação das relações económicas entre Portugal e a Bélgica.<sup>31</sup> A libertação da metrópole belga em 1944-45 permite a retoma das trocas comerciais regulares, cujos valores absolutos (em contos) e relativos (em relação às parcelas dos restantes parceiros comerciais) se apresentam infra:

---

<sup>26</sup> Vellut, *Congo*, 140.

<sup>27</sup> *Idem*, 140-42.

<sup>28</sup> *Idem*, 147.

<sup>29</sup> *Idem*, 157.

<sup>30</sup> Para um panorama da evolução das comunidades estrangeiras no Congo belga entre 1945 e 1959, cf. o anexo I da presente dissertação, elaborado a partir do *Annuaire Statistique de la Belgique et du Congo Belge*, 1945-59.

<sup>31</sup> O *Boletim Semanal dos Serviços Económicos do Banco Nacional Ultramarino*, no seu n.º 10, de 1949, por exemplo, refere que se previa a importação de carnes e peixe, sal, rochas asfálticas e madeira das colónias portuguesas para o Congo. A principal exportação belga para as colónias portuguesas seria a cerveja.

Ano	1945	1951	1955	1960
Valor em contos	8650	145251	N/A <sup>32</sup>	N/A
%	0,53	4,52	N/A	N/A

Tabela 3 – Exportações (comércio geral) de Angola para a Bélgica.<sup>33</sup>

Ano	1945	1951	1955	1960
Valor em contos	6	75170	N/A	N/A
%	0	3,38	N/A	N/A

Tabela 4 – Importações (comércio geral) de Angola vindas da Bélgica.<sup>34</sup>

Ano	1945	1951	1955	1960
Valor em contos	3657	144983	95073	64375
%	0,57	4,55	3,39	1,81

Tabela 5 – Exportações (comércio especial) de Angola para a Bélgica.<sup>35</sup>

Ano	1945	1951	1955	1960
Valor em contos	0	73957	106891	164961
%	0	3,39	3,97	4,49

Tabela 6 – Importações (comércio especial) de Angola vindas da Bélgica.<sup>36</sup>

Ano	1945	1951	1955	1960
Valor em contos	42200	66111	N/A	N/A
%	6,14	2,06	N/A	N/A

Tabela 7 – Exportações (comércio geral) de Angola para o Congo belga.<sup>37</sup>

Ano	1945	1951	1955	1960
Valor em contos	10469	21005	N/A	N/A
%	1,76	0,94	N/A	N/A

Tabela 8 – Importações (comércio geral) de Angola vindas do Congo belga.<sup>38</sup>

Ano	1945	1951	1955	1960
Valor em contos	34331	59966	54281	64496
%	5,38	1,89	1,93	1,81

Tabela 9 – Exportações (comércio especial) de Angola para o Congo belga.<sup>39</sup>

<sup>32</sup> A secção relativa ao Comércio Geral deixa de estar presente no *Anuário*, não sendo possível apurar-se os dados para os anos de 1955 e 1960.

<sup>33</sup> Dados recolhidos a partir de: *Anuário Estatístico de Angola*.

<sup>34</sup> *Idem.*

<sup>35</sup> *Idem.*

<sup>36</sup> *Idem.*

<sup>37</sup> *Idem.*

<sup>38</sup> *Idem.*

<sup>39</sup> *Idem.*

Ano	1945	1951	1955	1960
Valor em contos	2956	12993	11069	21348
%	0,56	0,6	0,41	0,58

Tabela 10 – Importações (comércio especial) de Angola vindas do Congo belga.<sup>40</sup>

Conforme se constata pelas Tabelas 2 a 9, após a retoma económica que se seguiu à II Guerra Mundial, apesar destes territórios não serem os maiores parceiros comerciais nem terem uma parcela bastante significativa do comércio externo angolano, também seria errado considerá-la inexpressiva. Por outro lado, a população belga em Angola, pelo auferido no *Anuário Estatístico* da colónia, seria pouco relevante, nunca excedendo uma centena de indivíduos entre 1945 e 1960:

1945	1950	1955	1960
48	67	82	59

Tabela 11 – Nacionais belgas em Angola.<sup>41</sup>

A respeito das relações económicas e demográficas luso-belgas, importa ressaltar uma última questão. O conhecimento das relações entre Portugal e a Bélgica, particularmente no âmbito colonial, beneficiaria de um estudo mais aprofundado e sistemático das dinâmicas económicas e, particularmente, do papel do capital belga na tomada de decisão das autoridades portuguesas – não se pretende negar a sua importância nas opções e preocupações das elites políticas em Portugal ao cingir esta temática, essencialmente, a um ponto introdutório. No entanto, reconhece-se que estas influências e pressões constituem um objeto de estudo autónomo, com tipologia documental e a exigência de investigação em outros arquivos que extravasam o âmbito desta investigação.

## 1.2. – Questões teóricas e opções metodológicas

Concretizando, é da Bélgica e de Portugal – das suas relações político-diplomáticas – que esta dissertação se ocupa, tendo como principal questão de partida a inserção dos contactos luso-belgas (entre os quais se privilegiam os políticos) na temática mais ampla da “questão colonial” após a II Guerra Mundial, com particular destaque para as dinâmicas em Angola e no Congo belga. Para nortear a procura da resposta a questão, elaboraram-se as seguintes questões secundárias: como se inseriram os países no panorama internacional do pós-guerra e nas dinâmicas do colonialismo na cronologia

<sup>40</sup> *Idem.*

<sup>41</sup> *Idem.*

relevante e, se possível identificar, quais as suas influências mútuas? Através da procura de respostas a estas questões, procurar-se-á contribuir para o tal quadro interpretativo mais vasto da História diplomática portuguesa no século XX, num período em que Portugal se defrontava com um contexto normativo e geopolítico cada vez mais hostil à manutenção de impérios coloniais. Esta dissertação pretende, também, ser um contributo parcial para o aprofundamento do conhecimento sobre as relações luso-portuguesas, deixando clara a necessidade de investigação em outras vertentes, nomeadamente a vertente económica, já referida, mas também a colaboração cultural e científica em organismos internacionais de cariz técnico, como Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara.

A cronologia escolhida, naturalmente, está longe de ter sido algo aleatório. Esta dissertação inicia-se com o fim do II Guerra Mundial – em bom rigor, a Bélgica encontra-se libertada e autonomizada após o regresso do seu governo em 1944, mas o conflito, como seria de prever, mantém-se como a principal preocupação dos belgas e portugueses – e termina com a data formal da independência do Congo, acordada na primeira Conferência da Mesa Redonda. Esta opção justifica-se duplamente: por um lado, a II Guerra Mundial marca uma cronologia em que o papel das colónias nos abastecimentos e resistências assume particulares contornos nas relações entre os países, e, por outro, a independência do Congo representa uma nova fase na cronologia da Guerra fria, com os acontecimentos a precipitarem-se de forma cada vez mais apressada, exigindo uma interpretação cuja dimensão já ultrapassaria, em muito, aquilo que é esperado de uma investigação desta tipologia.

Além da introdução, esta dissertação subdivide-se em três capítulos principais – o primeiro, balizado pelo fim da II Guerra e pelo final da década de 40, começa por contextualizar a divisão da Europa em duas esferas geopolíticas distintas e o processo de reconstrução europeu, que contribuiu para a cristalização da oposição norte-americana à União Soviética nesse continente, passando para uma explicação sucinta da inserção da Bélgica no bloco ocidental e das principais dinâmicas políticas e sociais em curso. De seguida, traça-se uma panorâmica do estado dos impérios coloniais europeus no final da II Guerra Mundial e da centralidade do apoio dos EUA para a sua manutenção ou queda, evidenciando a ascensão de uma nova superpotência fora do continente europeu. Por último, inicia-se a análise dos contactos luso-belgas, que ocupa grande parte do capítulo em questão.

O segundo, desde o ponto em que termina o anterior até o final do período ‘calmo’ na colónia belga, começa com a escalada da Guerra Fria ao longo da década de 50, preparando o palco para o grande período de confronto entre norte-americanos e soviéticos até ser alcançada a *détente*, seguindo-se para a explicação da resolução da Questão Real e o surgimento da segunda Questão Escolar belga, bem como das principais linhas de força dos governos belgas entre 1950 e 1958. No que às questões coloniais diz respeito, começa-se por expor os quadros interpretativos criados para os processos de descolonização, inserindo os esforços de potências como a França e a Grã-Bretanha de tentar manter a sua prevalência geopolítica no início da descolonização em África e a subsequente dinamização do movimento dos Não-Alinhados. Por último, termina-se, mais uma vez, com a análise dos contactos luso-belgas ao longo de toda a década de 50, atravessando-se questões como os problemas do europeísmo para o colonialismo português e belga, a internacionalização da questão colonial, a percepção que as autoridades coloniais portuguesas formaram das mudanças em curso no Congo, entre outras.

O terceiro, desde os tumultos de Leopoldville e os seus antecedentes até à independência do Congo em 1960, data em que a antiga colónia belga evidencia os sinais de fratura que culminaram na primeira Crise do Congo. Este capítulo, pela riqueza da documentação produzida entre 1959 e 1960, merece a sua autonomia – pelas limitações que uma investigação subordinada a uma dissertação de mestrado exige, optou-se por eliminar os eventos imediatamente posteriores à independência do Congo até ao início da primeira Crise do seu escopo. Nele, são tratadas as consequências dos tumultos de Leopoldville, em janeiro de 1959, e o ritmo avassalador que o processo de descolonização belga assume ao longo desse ano, sendo avaliado pelo consulado em Leopoldville, pelo embaixador e governo portugueses e pela PIDE. A segunda parte dedica-se exclusivamente aos últimos seis meses do Congo enquanto colónia belga.

Encerra-se com um capítulo conclusivo de sistematização de ideias-força e, assim se espera, de alguma reflexão crítica em relação ao que se propunha alcançar e aquilo que efetivamente foi possível atingir. A estrutura dos capítulos obedece aos diversos níveis em que se inserem as temáticas tratadas por esta dissertação – iniciam-se com um ponto de contextualização internacional, seguindo para um ponto de contextualização e interpretação das dinâmicas metropolitanas da Bélgica, avançando para uma contextualização geral do colonialismo e terminando com a interpretação das dinâmicas político-diplomáticas luso-belgas inseridas no âmbito colonial.

A documentação que sustenta este trabalho provém, principalmente, de dois arquivos portugueses – o Arquivo Histórico Diplomático, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e o Arquivo Oliveira Salazar, incorporado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Neste último, destaca-se a presença da correspondência particular enviada pelo principal agente diplomático português na Bélgica, Eduardo Vieira Leitão, bem como de personalidades belgas (André de Staercke, Henri de Spaak, o Regente Carlos), a Oliveira Salazar. Por essa documentação, infere-se ter havido uma troca de correspondência ativa entre Oliveira Salazar e Vieira Leitão – no entanto, desconhece-se o paradeiro da correspondência escrita pelo ditador, com os esforços de o esclarecer ao longo da investigação a não encontrarem sucesso. Além disso, nota-se a presença de pareceres elaborados pelos serviços das Necessidades sobre determinadas problemáticas da Bélgica e do Congo no Arquivo Oliveira Salazar, revelando a sua importância para o ditador.

No Arquivo Histórico Diplomático, encontram-se algumas dificuldades na ordem das limitações técnicas do arquivo. Se, no caso da Torre do Tombo, o DIGITARQ permitiu a fácil consulta da documentação pretendida, devido à acessibilidade da plataforma digital e ao avançado nível do tratamento arquivístico do Arquivo Oliveira Salazar, o mesmo não pode ser dito da plataforma do arquivo do ministério dos Negócios Estrangeiros, facto reconhecido pelos próprios serviços, forçando a utilização de catálogos em papel de mais difícil consulta, uma vez que estes não se encontram digitalizados e a plataforma não permite a consulta livre da árvore de referências do arquivo. As próprias limitações físicas do edifício, limitando a consulta dos acervos de documentação proveniente das legações e o moroso processo de digitalização de alguma documentação que dificulta a sua requisição, também se revelam uma dificuldade para os investigadores. Aqui, destaca-se a documentação proveniente da Repartição dos Negócios Políticos e do fundo do Gabinete do Ministro do Ultramar, cuja documentação foi cedida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Maioritariamente ofícios e recortes de imprensa elaborados ou recolhidos pela embaixada/missão de Portugal na Bélgica e pelo Consulado em Leopoldville, mas também os relatórios de progressão de carreira diplomática ou de acontecimentos específicos pelos agentes diplomáticos portugueses, bem como textos de Tratados. Os recortes da imprensa são de diversos quadrantes políticos e provenientes de geografias variadas, permitindo uma visão mais ou menos diversa dos diversos assuntos.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> A censura, no caso português, dificulta a que se chegue a conclusões seguras sobre a *opinião pública* massificada portuguesa quanto a um assunto (e o privilegiar dos pontos de vista das elites políticas

Graças à disponibilidade do orientador, foi possível a consulta de documentação fotocopiada dos *National Archives* do Reino Unido (relativa às conversações quadripartidas entre belgas, portugueses, franceses e britânicos, no contexto da ONU, em finais dos anos 1950), complementando a documentação diplomática portuguesa utilizada. Como seria expectável, a documentação debruça-se sobre os esforços da diplomacia britânica para influenciar as posições portuguesas – no entanto, a documentação britânica revela-se bastante mais analítica e densa do que a documentação portuguesa, que muitas vezes abdica das reflexões e se restringe ao relato. As reflexões dos diplomatas e funcionários britânicos potenciam a tal complementaridade da documentação portuguesa, tecendo considerandos sobre as posições francesas e belgas e sobre geopolítica em geral.

A documentação proveniente do Arquivo Histórico Ultramarino, principalmente recolhas de recortes de imprensa e relatórios do governo-geral de Angola, assume uma feição complementar, desde logo pela menor quantidade de documentação recolhida, mas também por não ser de incidência em assuntos políticos de forma geral. Além disso, aquela que seria a mais relevante – a documentação do Gabinete do Ministro do Ultramar – consoante já foi referido, encontra-se no acervo do Arquivo Histórico Diplomático. Neste arquivo, o precoce estado de tratamento arquivístico de alguma documentação dificulta bastante a identificação de informação relevante, agradecendo-se a preciosa ajuda dos serviços. O mesmo se conclui em relação ao Arquivo Histórico Militar – a identificação de documentação complementar à cooperação militar luso-belga para a elaboração do Tratado de Defesa da Foz do Congo foi bastante dificultada pela insuficiente caracterização das entradas presentes no Archeevo e na inoperabilidade da identificação de documentação relacionada através do sistema de etiquetas.

No mesmo sentido complementar se utilizam as fontes de cariz memorialístico, quando possível, num cruzamento com as fontes arquivísticas.

Por limitações de ordem diversa, não foi possível a consulta de arquivos belgas. Os Arquivos Diplomáticos não dispõem de uma plataforma online que permita a identificação de documentação relevante, não obstante a disponibilização dos catálogos dos seus fundos. A plataforma dos Arquivos do Estado, apesar de permitir a identificação da

---

secundariza a sua necessidade), apesar de não o impossibilitar. Por isso, os periódicos portugueses selecionados em concreto refletem mais a visão das elites do Estado Novo do que qualquer pluralidade de opiniões. As visões dos meios oposicionistas extravasam o âmbito desta dissertação.

documentação, não permite a consulta da esmagadora maioria, por não se encontrar digitalizada.

Pela documentação recolhida, as interpretações elaboradas provêm principalmente do rasto documental da atividade político-diplomática de figuras e instituições relacionadas com o estado português e com o estado belga, mesmo que, no caso da correspondência particular, sejam frequentemente privilegiadas as relações pessoais e amistosas entre os intervenientes, o que já não se verifica nos officios dos ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Ultramar. Apesar da imprensa oferecer uma perspetiva separada dos estados, no caso português, a censura dificulta essa questão, conforme já foi referido.

Tendo em consideração a dimensão pretendida e o arco temporal de que se dispõe para a realização desta investigação, bem como os interesses particulares do autor e as próprias temáticas principais presentes na documentação, justifica-se, desta maneira, a opção de privilegiar as ligações e as perspetivas das figuras políticas de ambos os países, sem, no entanto, descurar o substrato social, económico e cultural.

### 1.3. – O estado da arte

A bibliografia relativa à Guerra Fria enquanto objeto de estudo tem vindo a ser produzida praticamente desde o seu início, numa tentativa de explicar a bipolarização geopolítica e as clivagens políticas, sociais, económicas e culturais que foram aprofundadas no conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética. Desde a década de 90, com o desenvolvimento do realismo enquanto teoria, a Guerra Fria tem sido encarada numa perspetiva mais internacional e multidisciplinar, segundo Westad. É nessa linha que podem ser inseridas as obras de cariz mais generalista de autores como o próprio Westad, *A Guerra Fria*, que releva o destaque do Terceiro Mundo no conflito entre as superpotências, e a de Michael Hunt, que procura traçar uma panorâmica desde o fim da II Guerra Mundial até ao presente, ambos debruçando-se sobre temáticas políticas, sociais e culturais. A outra obra de cariz generalista utilizada nesta dissertação, de Maurice Vaisse, dedica-se exclusivamente à evolução política das relações entre os estados desde 1945.<sup>43</sup>

Os estudos relativos à descolonização após a II Guerra Mundial são igualmente extensos em número e profundidade. Autores como Elizabeth Buettner, Martin Thomas

---

<sup>43</sup> A afirmação é feita em Westad, "The Cold War and the international history of the twentieth century", 5–6; Westad, *A Guerra Fria*; Hunt, *The World Transformed*; Vaisse, *As Relações Internacionais desde 1945*.

Bob Moore, L. J. Butler, Rob Aldrich e Kirsten McKenzie coordenam ou elaboram obras que expõem os diversos processos de desagregação dos impérios europeus de forma separada, permitindo a construção de uma visão mais global. Peter Fibiger Bang, por sua vez, tem autoria de um capítulo que contextualiza a ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética em relação à desagregação do colonialismo europeu. No âmbito anterior, dois capítulos da primeira autora referida, na obra *Europe after Empire*, permitiram traçar um panorama sobre a descolonização da Indonésia pelos holandeses e as tentativas de resistência por parte da França.<sup>44</sup>

A propósito da França, um artigo já considerado clássico por Charles-Robert Ageron é primordial no início do estudo da ideia de império colonial enquanto garante do estatuto geopolítico da Europa, aplicado ao caso concreto francês. A par de Buettner, também Bob Moore dedica um capítulo à descolonização holandesa noutra obra coletiva e Thomas Martin acompanha-o com um capítulo dedicado à descolonização francesa na mesma. Esse autor replica os seus esforços na obra coordenada por Aldrich e McKenzie, retratando a resistência francesa à descolonização e a relação entre império e república no pós-guerra. Essa resistência também é retratada em bibliografia mais específica, nomeadamente sobre as dinâmicas da Crise do Suez, com Avi Shlaim a realçar o protagonismo francês no Protocolo de Sèvres, e no desenvolvimento da arma nuclear para garantir o estatuto de grande potência, analisado por Jean-Marc Regnault.<sup>45</sup>

Estudos semelhantes são dedicados à Grã-Bretanha. Além do já referido artigo de Avi Shlaim, que não se esgota no papel francês, Donald McIntyre dedica a sua dissertação de mestrado à obtenção de capacidade nuclear pela Grã-Bretanha, em colaboração com os norte-americanos. G. C. Peden, por outro lado, analisa o papel que a Crise do Suez teve para evidenciar o declínio da Grã-Bretanha enquanto a primeira potência mundial, acabando por perder a sua autonomia geoestratégica. Por último, como seria de esperar, as dinâmicas da desagregação do império colonial britânico também têm relevo na obra que resulta da tese de doutoramento de Pedro Aires Oliveira, dedicada às relações lusobelgas no âmbito colonial do pós-guerra.<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> Bang, "The Collapse of Colonial Empires and the Rise of Superpowers"; Buettner, *Europe after Empire*, 78–162.

<sup>45</sup> Ageron, "La survivance d'un mythe"; Moore, "Dutch Decolonization"; Thomas, "French Decolonization"; Thomas, "Resisting Decolonisation - Empire and Republic in post-war France"; Shlaim, "The Protocol of Sèvres, 1956"; Regnault, "France's Search for Nuclear Test Sites, 1957-1963".

<sup>46</sup> McIntyre, "The Development of Britain's Megathon Warheads"; Peden, "Suez and Britain's Decline as a World Power"; Oliveira, *Os despojos da Aliança*.

Essa obra tem grande utilidade, também, para contextualizar as relações luso-belgas nos anos 40 e 50, nomeadamente no que diz respeito à questão da participação portuguesa na Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara e nas Conversas Quadripartidas, nas quais a Bélgica, tal como Portugal, desempenhou as funções de potência secundária face às vontades britânicas e francesas. Cláudia Castelo e Frederico Ágoas dedicam um artigo à Comissão, mas focando-se mais no desenvolvimento das ciências sociais portuguesas e no papel que nela desempenham. No que diz respeito ao papel da França e da Grã-Bretanha, na Comissão, destaca-se um capítulo na obra de John Kent, com alguma atenção dada aos restantes membros.<sup>47</sup>

A literatura disponível sobre a Bélgica e sobre o Congo provém principalmente de autores belgas, alguma com difícil acessibilidade por investigadores internacionais, seja por questões linguísticas (bastante literatura dedicada à política africana da Bélgica encontra-se em flamengo), seja por não estar disponível por meios digitais e em bibliotecas internacionais. No entanto, a produção francófona e as traduções, bem como alguma produção internacional, contribuem para tornar o tema mais acessível a quem pretenda estudar as dinâmicas com a Bélgica e com o Congo sem ter acesso direto às instituições belgas.

Martin Conway é um dos autores internacionais que optou por se dedicar ao estudo da Bélgica. A sua colossal obra, *The Sorrows of Belgium*, dedica-se a analisar a reconstituição e estabilização do sistema político belga no pós-II Guerra, bem como o porquê de a ausência de formas ter redundado numa crise da década de 60 que considera perdurar até aos dias de hoje, noutro artigo. Vincent Dujardin, Mark van den Wigngaert e Michel Dumoulin são autores dos volumes relevantes para esta cronologia da *Nouvelle Histoire de Belgique*, uma síntese histórica relativa à Bélgica que procura abordar temáticas diversas desde a sua independência até aos dias de hoje. Paralelamente, Xavier Mabile produziu uma monografia-síntese das dinâmicas belgas também desde a sua independência, mas esta dedicada às temáticas políticas.<sup>48</sup>

Sobre aspetos mais específicos, destaca-se a tese de Samuel de Jaegere sobre a tese belga, fundamental não só para perceber a posição inicialmente assumida pela

---

<sup>47</sup> Ágoas e Castelo, "Ciências sociais, diplomacia e colonialismo tardio"; Kent, *The internationalization of colonialism: Britain, France and Black Africa, 1939-1956*.

<sup>48</sup> Conway, *The Sorrows of Belgium*; Conway, "Belgium's Mid-Twentieth Century Crisis: Crisis of a Nation-State?"; Dujardin, "La régence - les clés d'une Belgique nouvelle (1944-1950)"; Dujardin e Dumoulin, *L'union fait-elle toujours la force?*; Mabile, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*.

Bélgica nas Nações Unidas, mas também o porquê de Portugal a ter rejeitado após a sua admissão na década de 50. Frank Gerits, por outro lado, estuda os esforços de diplomacia pública belga nos Estados Unidos desde a II Guerra Mundial até 1966, entre os quais esteve a criação de uma obra propagandística belga relativamente à sua colonização.<sup>49</sup>

De seguida, quanto ao Congo, destacam-se duas obras de cariz geral: o volume de Guy Vanthemsche na *Nouvelle Histoire*, exclusivamente dedicado à colonização belga e à relação entre a Bélgica e o Congo até à década de 60, que aborda temáticas desde o desenvolvimento económico e cultural, como a relação da população belga com o colonialismo. De natureza mais narrativa, a tradução de Reybrouck permite obter uma panorâmica da história da região do Congo desde tempos mais remotos até ao tempo presente, passando pelo contacto com os europeus e pela colonização e descolonização pelos belgas. Jean-Marie Mutamba Makombo, por seu turno, examina o conceito de *évolué* e o papel que as elites congoleesas desempenharam na sociedade colonial. Jean-Luc Vellut, produziu a única investigação publicada identificada por esta dissertação sobre a comunidade lusa em Leopoldville. Deixa-se a nota de uma obra produzida por Basil Davidson após o seu périplo pela África Central, onde tem contacto com as diversas formas do colonialismo europeu, o que lhe permitiu elaborar uma peça literária com grande valor analítico e alto impacto mediático. Nesta obra, Davidson descreve tanto o paternalismo belga, como aquilo que considera ser o atraso português, traçando contrastes.<sup>50</sup>

Quanto às questões dos interesses económicos e da importância que estes representam para a relação de Portugal com certos países, alguns dos estudos permanecem incipientes. David Castaño aborda a questão do urânio português e o que representou nas relações luso-britânicas, sem conseguir relacioná-la às dinâmicas entre os Estados Unidos e a Bélgica (ou descobrir, algo que esta dissertação também admite não fazer, se havia dinâmicas paralelas entre Portugal e a Bélgica a propósito da procura do urânio nos seus impérios coloniais pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha). Johnathan Hemelreich dedica uma obra bastante mais extensa à diplomacia em torno da questão do urânio, mas numa perspetiva mais centrada nos Estados Unidos. Relativamente aos interesses belgas propriamente ditos, o autor mais premente é Gervase Clarence-Smith, em vários pontos

---

<sup>49</sup> de Jaegere, "The "Belgian thesis" today"; Gerits, "Défendre l'oeuvre que nous réalisons en Afrique".

<sup>50</sup> Vanthemsche, *Belgium and the Congo, 1885-1980*; van Reybrouck, *Congo*; Makombo, "Le manifeste Conscience Africaine (1956)"; Vellut, *Congo*; Davidson, *The African Awakening*.

da sua obra académica. Num sentido complementar surgem Bosschere, Telo, Pires e Alencastro, em que os belgas surgem como periféricos ao seu objeto de estudo principal.<sup>51</sup>

Valentim Alexandre, numa obra recente, analisa a resistência portuguesa aos movimentos anticoloniais e aos processos de descolonização, bem como as mudanças ençadas no seu império ao longo desta cronologia. De forma mais periférica, oferece contextualizações úteis sobre o colonialismo europeu tardio em geral e as suas dinâmicas até ao fim da década de 50. As mesmas contextualizações úteis são feitas por Bernardo Futscher Pereira, numa obra dedicada à diplomacia portuguesa entre o início do Estado Novo até à fundação da NATO, e por Filipe Ribeiro Meneses na sua colossal biografia de Oliveira Salazar, sempre atento ao contexto que o envolvia. Noutra obra que se foca na presença da Questão Colonial no parlamento português, Rosas sintetiza a política colonial do Estado Novo, bem como as suas fases, além de analisar a natureza do poder salazarista em *Salazar e o Poder*. Por último, ao estudar a secessão do Catanga e as relações entre Salazar e Tschombé, Velez descortina importantes detalhes sobre a descolonização do Congo e a subsequente crise na década de 60.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> Helmreich, *Gathering Rare Ores*; Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975*; Clarence-Smith, "Business Empires in Angola under Salazar, 1930-1961"; Clarence-Smith, "Les investissements belges en Angola, 1912-1961"; de Bosschere, "L'indépendance de l'Angola et son enjeu économique"; Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*; Pires, "Modernização e industrialização em contexto colonial"; Jourdain de Alencastro, "Diamond Politics in the Angolan Periphery".

<sup>52</sup> Alexandre, *Contra o Vento*; Pereira, *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*; Meneses, *Salazar*; Rosas, "Introdução - a política colonial no Estado Novo e a Assembleia Nacional"; Rosas, "Um "império" à margem da Assembleia Nacional (1934-1949)"; Rosas, *Salazar e o Poder*; Velez, *Salazar Tchombé - O envolvimento de Portugal na questão da Catanga*.

## 2 – Os anos da indefinição (1945-1949)

---

*“La tranquillité trompeuse dans laquelle nous vivions a fait place à un malaise réel, signe que la bataille est commencée. Je laisse de côté le défaitisme ou même la panique des foules, plus sensible qu’utile. Mais chez tous les hommes d’état responsables, on sent l’incertitude du combat, sentiment où entrent à la fois l’angoisse et l’espoir.”*<sup>53</sup>

André de Staercke correspondendo-se com Oliveira Salazar a 15 de março de 1948

Este capítulo inicia-se com três pontos de contextualização bastante sucintos: o primeiro relativo ao novo quadro geopolítico e ao início da Guerra Fria; o segundo à libertação da Bélgica e às suas dinâmicas no imediato pós-guerra; e o terceiro, um panorama dos impérios coloniais europeus no fim da II Guerra Mundial e no início da bipolarização do mundo.

O quarto ponto, de maior dimensão, dedica-se aos contactos luso-belgas no plano colonial entre o final da II Guerra Mundial e 1949, começando pela questão do urânio no Congo belga e a importância que Salazar lhe atribuiu, e avançando para uma caracterização de dois dos postos diplomáticos que merecem grande parte da atenção desta dissertação – a legação em Bruxelas e o consulado em Léopoldville. Segue-se para a descrição e análise de uma temática presente no colonialismo europeu na década de 40 e inícios da década de 50, a criação de um reduto militar e político das metrópoles europeias em África, num contexto em que era esperada a deflagração de um novo conflito militar com a URSS a qualquer momento. Depois, caracteriza-se a inserção do colonialismo no novo quadro internacional, passando para a análise das mudanças da política belga para o Congo e da questão das infraestruturas, bem como a importância de que se revestiu para as autoridades portuguesas. Por último, caracteriza-se a ação de Novais Machado ao longo da década de 40, antes de se fazer uma análise global das temáticas presentes no capítulo.

---

<sup>53</sup> Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 53, Pasta 3, carta de Staercke a Oliveira Salazar de 15 de março de 1948.

## 2.1. – Um novo quadro internacional

A 5 de Março de 1946, em Fulton, no Estado do Missouri, Winston Churchill preparava-se para proferir um dos discursos que mais persistiu face ao teste do esquecimento da memória histórica. Ex-Primeiro Ministro da Grã-Bretanha desde o ano anterior, após a derrota nas legislativas contra os trabalhistas de Attlee, Churchill apresenta os *Sinews of Peace* ao Westminster College, declarando ter sido erguida uma barreira (na sua expressão, a Cortina de Ferro) entre Ocidente e Oriente, cada bloco encabeçado por uma potência com aspirações hegemónicas.<sup>54</sup>

É um facto que, aquando do discurso de Churchill em Fulton, os contornos-base da Guerra Fria já se encontravam em gestação desde pelo menos 1944, com o então-primeiro-ministro britânico e Stalin a acordarem a divisão da Europa em esferas de influência na Conferência de Moscovo.<sup>55</sup> Apesar da II Guerra Mundial terminar apenas em 1945 (maio, na Europa, e setembro, na Ásia), começavam a ser evidentes as fraturas na Grande Aliança que derrotou o nazi-fascismo ainda durante o conflito mundial. A substituição de Churchill por Attlee no leme britânico pouco fez para mudar o rumo das circunstâncias e, por sua vez, a morte de Franklin D. Roosevelt em inícios de 1945 culminou na sua substituição por Harry Truman, bastante mais reticente em relação à cooperação com e aos desígnios da URSS, não fosse o seu nome a batizar uma das doutrinas que regeram a política externa americana.<sup>56</sup>

Com a progressiva dizimação e dissolução da *Wehrmacht* e das *Waffen-SS*, por um lado, e do Exército Imperial Japonês, por outro, ao longo de 1945, as áreas ocupadas pelos Aliados ocidentais e pelo Exército Vermelho e suas forças auxiliares começaram a compor aquilo que seriam as futuras esferas de influência do bloco ocidental e do bloco de leste, cada um encabeçado pelas superpotências que surgiram do conflito. No caso da esfera soviética, com menos relevância direta para esta dissertação, destaca-se a criação

---

<sup>54</sup> “[...]. The United States stands at this time at the pinnacle of world power. [...] Warsaw, Berlin, Prague, Vienna, Budapest, Belgrade, Bucharest and Sofia, all these famous cities and the populations around them lie in what I must call the Soviet sphere, and all are subject in one form or another, not only to Soviet influence but to a very high and, in many cases, increasing measure of control from Moscow.” O discurso completo de Churchill conserva-se, entre outros locais, na Biblioteca Digital da NATO (<https://www.nato.int/>).

<sup>55</sup> Certos autores, nomeadamente Odd Arne Westad, identificam o último quartel como o ponto inicial das dinâmicas de que o período entre 1945 e 1989 foi a época ‘alta’, encerrando-se em 1991, com o início da *pax americana* unipolar. *Vd.* as obras de Westad referenciadas nesta dissertação.

<sup>56</sup> Vaïsse, *As Relações Internacionais desde 1945*, 12–23; Westad, *A Guerra Fria*, 60–70.

de um escudo geográfico e político<sup>57</sup> através da instalação e captura do poder pelos partidos comunistas da Europa Central e de Leste, subordinados a Moscovo, dando origem às Repúblicas Populares, mas também a cedência das áreas ocupadas na Manchúria aos revolucionários de Mao, concedendo-lhe os meios de prosseguir a Guerra Civil Chinesa e derrotar o Kuomintang na China continental.<sup>58</sup>

Do outro lado da “Cortina de Ferro”, que separava a zona de ocupação soviética na Alemanha das zonas britânica, alemã e francesa, outras dinâmicas se desenrolavam. Em Ialta, com uma concessão da União Soviética, acorda-se a criação da Organização das Nações Unidas, sediada inicialmente em Londres, e prossegue-se com a libertação da Europa ocidental da ocupação alemã, preparando-se o retorno dos governos-em-exílio que se encontravam em Londres, incluindo o da Bélgica. Na última das grandes reuniões entre os Aliados, conta-se com a participação da França – fator de influência britânica, que procurava restaurar uma potência continental europeia para servir de contrapeso à influência soviética (em certa medida, também da americana) – que conseguiu uma zona de ocupação própria na futura RFA. A ideia de uma terceira superpotência, ou pelo menos de dois impérios europeus com autonomia estratégica, manter-se-ia viva pelo menos até à Crise do Suez, data em que o princípio de uma Europa geopoliticamente independente começa a assumir outras feições.<sup>59</sup>

Entretanto, com o fim da II Guerra Mundial, a reconstrução dos países do ocidente e de leste transforma-se na prioridade dos governos restaurados e dos próprios Estados Unidos. A fraqueza da recuperação económica europeia, comprometida ao ponto dos próprios abastecimentos de bens essenciais estarem postos em causa, torna-se numa prioridade para a política externa americana, empenhada em não repetir os erros de demissão da liderança internacional cometidos após a I Guerra Mundial. Exigindo como contrapartida uma gestão integrada em dinâmicas de cooperação internacional institucional, os EUA alimentam a recuperação económica do ocidente europeu (a URSS impediria a sua réplica nos países sob a sua influência, entendendo ser uma intromissão política inaceitável pelos americanos) através do *European Recovery Program*, mais conhecido pelo apelido do seu grão-arquiteto, George C. Marshall.<sup>60</sup>

---

<sup>57</sup> A utilização dos Estados da Europa Central e de Leste como *buffer states* entre si e potenciais agressores vindos do Ocidente, neutralizando o “trauma” da invasão alemã em 1941.

<sup>58</sup> Westad, *A Guerra Fria*, 86–98, 151–59; Vaïsse, *As Relações Internacionais desde 1945*, 11–12, 25–26.

<sup>59</sup> Westad, *A Guerra Fria*, 60–70; Vaïsse, *As Relações Internacionais desde 1945*, 12–23.

<sup>60</sup> Westad, *A Guerra Fria*, 75–105; Vaïsse, *As Relações Internacionais desde 1945*, 27–32.

A nível de política interna dos países europeus, a recuperação económica assume uma feição de necessidade que extravasa o simples objetivo de satisfação dos desejos da população. Com particular influência na Itália e na França, os partidos comunistas, com enorme prestígio, assumiram papéis de preponderância nos governos saídos da libertação do continente, ocupando pastas em governos de coligação, à semelhança do sucedido em países como a Polónia ou a Checoslováquia. A recuperação económica e a pacificação social representariam, para os líderes ocidentais, o debelar daquilo que entendiam ser uma quinta coluna soviética dentro dos seus países, com capacidade de ter impacto eleitoral relevante, o que acabou por suceder ao longo do pós-guerra.<sup>61</sup>

A sequência dos acontecimentos vai tendo consequências de longa duração. O controlo do estado polaco por Stalin, o Golpe de Praga em 1948, o Bloqueio de Berlim e outros sucedâneos vão, progressivamente, convencendo os europeus dos benefícios de uma associação militar. Os Estados Unidos, por sua vez, entendiam ser necessária a recuperação da Alemanha para a contenção da influência soviética na Europa, promovendo a união económica e monetária das áreas de ocupação ocidentais, lançando as bases da criação da República Federal alemã, enquanto na Ásia apoiam a reconstrução do Japão e as tensões na península da Coreia se vão agudizando. No Atlântico, a principal consequência destes acontecimentos é a criação da NATO, em 1949. Quando França e Grã-Bretanha entendem que a sua associação já não é suficiente, expandem-se com o Tratado de Bruxelas ao Benelux, culminando com a associação dos Estados Unidos, em particular, num tratado de defesa mútua que, segundo Lord Ismay, teria como finalidade última “manter os americanos dentro, os soviéticos fora e os alemães em baixo”.<sup>62</sup>

## **2.2. – A Bélgica na nova ordem europeia**

O estudo da Bélgica no pós-guerra é, segundo Martin Conway, o estudo da recomposição das estruturas políticas belgas que se tinham vindo a implantar desde a sua criação no século XIX. A sua cultura política, assente na força dos poderes locais e na resiliência das estruturas comunitárias, permitiu que, mesmo com o poder central em exílio, a população belga continuasse com as suas dinâmicas próprias através da capacidade de influência informal pelos negócios quotidianos desse localismo. De maneira geral, Conway destaca a mudança da atitude dos governos belgas de árbitros para gestores das questões

---

<sup>61</sup> Westad, *A Guerra Fria*, 84–85, 104–5, 125–26.

<sup>62</sup> Westad, *A Guerra Fria - Uma História do Mundo*, 106–40, 141–51; Vaïsse, *As Relações Internacionais desde 1945*, 35–43. Citado in Westad, 131.

nacionais e a sobreposição dos interesses da classe média e da população rural aos da massa proletarizada pela indústria como as principais mudanças no pós-guerra imediato, mesmo que de forma sutil, bem como uma transição linguística em que os flamengos criam elites próprias que existem a coabitação num estado que, do ponto de vista cultural, tinha sido dominado pela francofonia desde a sua existência. Essas mudanças esbarram num sistema político que não leva a cabo reformas de fundo e é levado ao seu limite pelos acontecimentos da II Guerra Mundial e, posteriormente, pela instabilidade trazida por aquilo que até então tinha sido um dos principais símbolos da identidade nacional belga – a monarquia. É essa ausência de grandes reformas políticas, e que está patente na descrição das dinâmicas políticas e sociais que se segue, que, na visão do autor, resulta na crise do Estado belga em meados do século, com a transformação para um sistema de governo federalista e regionalista pautado pela instabilidade e pouca funcionalidade.<sup>63</sup>

Ocupada pela máquina de guerra alemã em 1940, a Bélgica vê o essencial do seu território libertado em finais de 1944, com o governo exilado em Londres a assumir, de forma progressiva, a autoridade sobre o território e as responsabilidades de soberania ao longo do tempo – isto faz com que, num período inicial, todos os esforços sejam concentrados na continuação da guerra contra a Alemanha até à sua rendição em maio de 1945.<sup>64</sup>

Após a conclusão do conflito na Europa, as questões da reconstrução e também as alterações no cenário político belga, com raízes derivadas do período da guerra, estarão no centro de toda a atividade política interna até a década de 50. Desde logo, é de salientar as alterações principais no sistema partidário e político: a legalização do voto feminino, em 1948; a criação de um novo partido da direita católica (o Partido Social-Cristão, que desvaloriza a sua natureza confessional), a massificação do Partido Socialista (que adota a filiação direta, em detrimento da filiação coletiva através dos sindicatos e associações) e o enfraquecimento dos liberais (que se veem a disputar, inicialmente, o terceiro lugar com o Partido Comunista e, depois, não conseguem recuperar a dominância tradicional que assegurava o rotativismo entre católicos e liberais), criando uma tríade partidária caracterizada pela alternância do partido dominante (que, muitas vezes, se encontrava em coligação governamental com outro dos três partidos principais) e pela expressividade

---

<sup>63</sup> Conway, *The Sorrows of Belgium*, 1–12.

<sup>64</sup> Mabilille, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*, 247–48.

eleitoral irregular dos comunistas; e, por último, a crise constitucional gerada em torno do Leopoldo III, cuja solução será encontrada apenas em 1951.<sup>65</sup>

Desde 1940 que as desavenças entre Leopoldo III e o seu governo tinham levado a uma crise constitucional – as simpatias políticas do rei pelos alemães e a sua rendição em 1940, bem como a postura assumida ao longo da ocupação, dificultaram o seu regresso ao país, dividindo os círculos políticos entre leopoldistas (principalmente flamengos e católicos) e antileopoldistas, fenómeno que será acompanhado de perto pela diplomacia portuguesa em Bruxelas.<sup>66</sup> O seu casamento, em 1941, com a princesa de Réthy, sem obedecer aos procedimentos legais definidos na legislação belga e as difíceis relações com os ministros regressados de Londres e com o seu irmão, eleito regente pelo parlamento, tudo isto culminará em divisões a nível partidário, social e religioso que apenas serão resolvidas com a abdicação de Leopoldo III no seu filho, Baudouin.<sup>67</sup> Até à sua abdicação, o regente Carlos será o aglutinador da sua oposição, com os setores políticos mais conservadores e católicos a tomarem o partido do rei exilado e várias das principais figuras políticas belgas e internacionais, nas quais se incluem o ministro português na Bélgica e Oliveira Salazar, a servirem de mediadores para uma possível solução para este contencioso.<sup>68</sup>

Do ponto de vista social e económico, também há diversas questões que assolaram a Bélgica, tal como a maioria dos países que se viram sob ocupação dos países do Eixo – desde logo, a questão dos abastecimentos e do relançamento da economia europeia após a destruição massiva a nível demográfico e de infraestruturas, criando o perigo de fomes e instabilidade social que tomarão um dos primeiros planos na política externa norte-americana. A situação alimentar é descrita como “catastrophique”, pior que a dos tempos da ocupação, mas reconhece-se que a destruição sofrida por franceses, holandeses e alemães é mais intensa. A retoma económica é caracterizada pela sua rapidez, através

---

<sup>65</sup> Mabile, 249–51.

<sup>66</sup> As relações de proximidade entre a ditadura salazarista e alguns elementos da família real belga, bem como a admiração desses elementos pelo regime português e pela figura de Salazar, são palpáveis nas trocas de correspondência entre o ditador português e Vieira Leitão. Também se destaca a correspondência de André de Staercke para Oliveira Salazar, bem como a atenção dada pelo ministro português às dinâmicas familiares em alteração ao longo do processo da Questão Real. A correspondência pode ser consultada no Arquivo Oliveira Salazar, na Torre do Tombo.

<sup>67</sup> Dujardin, "La régence - les clés d'une Belgique nouvelle (1944-1950)", 97–117; Mabile, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*, 253–56.

<sup>68</sup> Dujardin, "La régence - les clés d'une Belgique nouvelle (1944-1950)", 99–103. O papel desempenhado por figuras como Oliveira Salazar é perceptível em, por exemplo, Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 33, Pasta 9, Carta de Vieira Leitão a Oliveira Salazar de 18 de fevereiro de 1948.

de uma política de manutenção de preços cuidada e pela centralidade do Plano Marshall na reconstrução.<sup>69</sup>

Também a questão dos nacionais belgas deportados para outros territórios pelas autoridades da ocupação e como lidar com os colaboracionistas, associados ao Partido Rexista e à União Nacional Flamenga (VNV). Apesar das dificuldades materiais em dar seguimento aos processos jurídicos, são feitas 57.254 condenações, das quais 2.940 são de pena capital e 242 acabam executadas. A repressão do movimento colaboracionista levanta dificuldades a nível da gestão no sistema penal, forçando a libertação precoce de numerosos indivíduos condenados por “incivismo” a partir do início de 1947.<sup>70</sup>

O contencioso entre os flamengos, falantes de holandês na parte norte da Bélgica, e os valões, francófonos na parte sul, irá continuar e agravar-se ao longo do final da década de 40 e toda a década de 50. A proximidade dos movimentos nacionalistas flamengos às autoridades da ocupação alemã e vários dos seus membros serem identificados como ex-colaboracionistas enfraquece a sua influência, mas isto não impede o movimento valão de tentar fazer valer o seu peso, mesmo que seja reconhecido como limitado – a revisão do carácter unitário da Constituição, substituindo-o por um cariz federalista, conforme é defendido no Congresso Nacional valão em 1946 é juridicamente impossível devido à ausência do rei e à imposição de uma regência. Será um problema adiado.<sup>71</sup>

No plano externo, a Bélgica entra em rutura com grande parte das linhas orientadoras da sua inserção no sistema de estados europeu que tinham vigorado até à I Guerra Mundial e, em grande medida, durante o período do entre-guerras. Se, até então, tinha procurado evitar comprometimentos internacionais na Europa, garantindo a sua neutralidade perante os conflitos entre as grandes potências, a Bélgica de 1945 vai tomar o partido do multilateralismo e da criação de organizações internacionais.<sup>72</sup> Isto está patente na sua participação na criação do Fundo Monetário Internacional e no Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, bem como na criação da Organização das Nações Unidas. Além disso, a Bélgica é um dos países motores no início da integração europeia, através da união económica do Benelux, que lhe servirá como modelo, na sua participação

---

<sup>69</sup> Dujardin, 119–31.

<sup>70</sup> *Idem*, 92–96.

<sup>71</sup> *Idem*, 90–92.

<sup>72</sup> *Idem*, 79, refere a transição da neutralidade imposta ao longo do século XIX pelas grandes potências, até ao seu fim com a invasão alemã em 1914, para a neutralidade escolhida pelos dirigentes políticos no período de entreguerras e, a partir da nova ordem internacional após a II Guerra Mundial, o seu abandono definitivo.

na criação da Organização Europeia de Cooperação Económica (1948) e do Conselho da Europa (1949) e ratificando os Tratados de Bruxelas (1948) e do Atlântico Norte (1949), estes últimos servindo de base jurídica à aliança militar que une os estados da Europa ocidental aos Estados Unidos.<sup>73</sup> Figuras belgas ocupam lugares de cimeira nestas organizações internacionais até ao final da década – Henri Spaak, uma das principais figuras do Partido Socialista, é o primeiro presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas (1946-1947) e Camille Gutt é o primeiro diretor-geral do FMI (1946-1951).<sup>74</sup>

Há sinais preliminares, no entanto, de descontentamento belga relativamente ao apagamento das pequenas e médias potências nos planos de decisão e de receio de irrelevância nas novas organizações, em especial na Europa – assim o relata Henri Spaak, pelas informações da correspondência diplomática.<sup>75</sup> Sintomática deste fenómeno acaba por ser a Conferência de Paris, que firma os acordos de paz, onde a Bélgica é “tout simplement exclue des conférences traitant du problème allemand”.<sup>76</sup>

### 2.3. – O xadrez colonial no início da Guerra Fria

É neste quadro exposto que se operam as alterações em outras partes do mundo, nomeadamente no continente asiático e africano. Como é evidente, com a criação dos grandes impérios coloniais europeus no século XIX, a fortuna desses espaços geográficos ficou intimamente interligada, mas não inteiramente subordinada, aos acontecimentos nas metrópoles europeias que, como já foi referido, em 1945, se encontravam arrasadas na sua maioria, à exceção de Portugal e Espanha.

A *gestalt* imperial europeia estava, em 1945, conseqüentemente, descrente nos seus próprios antecedentes históricos e exaurida por duas razias à escala global e pela maior crise sofrida pelo capitalismo contemporâneo em 1929, mesmo que as suas elites não estivessem prontas para abdicar do império formal formado pelos seus espaços coloniais, que começavam a adotar formas de resistência armada ao seu domínio, encabeçadas de forma bastante frequente por elites de educação e costumes ocidentalizados. É graças

---

<sup>73</sup> Mabile, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*, 266–68; Dujardin, «La régence - les clés d'une Belgique nouvelle (1944-1950)», 132–34.

<sup>74</sup> Mabile, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*, 268.

<sup>75</sup> Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 33, Pasta 9, apontamento de conversa de Vieira Leitão com Henri Spaak, em 12 de julho de 1946, “Uma das coisas, a seu ver, que mais envena a vida internacional, é o completo desprezo que os grandes manifestam constantemente pelos pequenos países.”

<sup>76</sup> Dujardin, "La régence - les clés d'une Belgique nouvelle (1944-1950)", 134. Spaak confessa a sua frustração com a situação ao ministro português em Bruxelas em Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 33, Pasta 9, Apontamento de conversa de Vieira Leitão com Henri Spaak, em 12 de julho de 1946.

ao contexto inicial da Guerra Fria que os países europeus sustentam esforços de controlar ou, em certos casos suprimir, os esforços dos colonizados, com as administrações Truman e Eisenhower a privilegiarem a contenção da expansão do comunismo nesses territórios, mesmo que isso implicasse a utilização do imperialismo europeu como tampão político. A dependência europeia dos EUA dava-lhes, de facto, uma capacidade de controlo desses esforços, tornando o seu apoio, na maioria dos casos, condição *sine qua non* para as tentativas de restabelecimento de controlo das metrópoles.<sup>77</sup>

Caso paradigmático serão os acontecimentos sucedâneos no Sudeste Asiático. A Ásia na sua total extensão foi o primeiro grande palco de conflito na Guerra Fria fora do continente europeu, desde a Índia à Indonésia, passando pela Guerra Civil Chinesa e pela ocupação do Japão. A primeira fase da descolonização dar-se-á nesse continente, começando pela União Indiana, com consequências futuras para o continente africano.<sup>78</sup>

O colapso do exército imperial japonês nas Índias Orientais holandesas leva a que a metrópole empreenda ações de “policiamento” com vista a restaurar o seu domínio sobre o arquipélago indonésio, enviando contingentes militares europeus para esse efeito. Os Países Baixos de 1945, com o regresso de Guilhermina e do seu governo, esperavam um regresso ao *status quo* que antecedia a II Guerra Mundial, incluindo a restauração do principal componente do espaço imperial holandês que, segundo o seu entendimento, se encontrava sob os auspícios de desenvolvimento benevolente e de estatuto equiparado ao território metropolitano, destinado a uma autonomia *Commonwealth-like* quando os pré-requisitos indispensáveis se encontrassem reunidos. A ocupação japonesa, no entanto, tinha tido dois efeitos perniciosos para estes desígnios – não só o prestígio holandês na região foi ferido de morte pela rapidez com que foram derrotados pelas forças japonesas, como as próprias autoridades da ocupação viram vantagens em incentivar embriões nacionalistas asiáticos; ambos fatores que comprometeram a utilização da Indonésia como motor da recuperação geopolítica e económica dos Países Baixos. A guerra de guerrilhas contra as forças da República da Indonésia de Sukarno era insustentável para uma economia no estado da holandesa, tornando o beneplácito americano fundamental para a manutenção da Indonésia como colónia – o que não se sucedeu, uma vez que Washington via Sukarno como uma barreira mais eficaz à expansão do Partido Comunista da

---

<sup>77</sup> Westad, *A Guerra Fria*, 277–80; Alexandre, *Contra o Vento*, 42–43.

<sup>78</sup> Vaïsse, *As Relações Internacionais desde 1945*, 59; Bang, "The Collapse of Colonial Empires and the Rise of Superpowers", 1119.

Indonésia e os esforços holandeses inúteis: seriam forçados a retirar sob a ameaça do apoio dos EUA à sua reconstrução ser comprometido.<sup>79</sup>

O oposto se verifica com França, que liga intimamente o seu estatuto enquanto grande potência europeia à manutenção do seu império colonial na África e na Ásia.<sup>80</sup> O retorno das forças metropolitanas à Indochina esbarrou na resistência de Ho Chi Minh, determinado em atingir o processo de independência que viu gorado em Versalhes. No entanto, Ho Chi Minh não era simplesmente um nacionalista à semelhança de Sukarno na Indonésia – a administração Truman, após uma falta de comprometimento inicial, entendia que as suas credenciais comunistas eram uma ameaça à política de contenção nessa região, optando por prestar apoio às iniciativas militares francesas para recuperar o controlo da Indochina. Ao longo do conflito, as forças francesas foram confrontadas com uma guerra de guerrilha que, ao longo de tempo, se foi intensificando consoante as capacidades dos Viet Minh eram reforçadas e os seus ataques se tornavam mais ambiciosos, pondo em causa a capacidade de controlo efetivo francês fora dos grandes centros urbanos – na década de 50, o conflito assume feições mais regulares de combates entre dois exércitos com desgaste crescente da opinião pública francesa. A inoperabilidade de uma solução militar para o conflito desgasta os governos franceses até que, com a crescente irritação americana e apoio chinês ao Viet Minh, optam por retirar da Indochina em 1954. Conclui-se, então, duas questões, sem se pretender fazer depender os acontecimentos exclusivamente das decisões em Washington – a política anticolonial dos EUA era bastante relativizada pela política anticomunista, e nenhum dos países europeus estava em condições, na década de 40 e até na década de 50, de sustentar iniciativas militares tão distantes da sua metrópole sem o beneplácito americano.<sup>81</sup>

Expostos estes dois casos, compreende-se a importância do conceito e da realidade imperial para as potências europeias como garante do seu estatuto no tabuleiro geopolítico ou até, no particular caso português, num dos garantes da sua sobrevivência enquanto estado com autonomia, justificando-se a disposição de alguns, por vezes mais resoluta,

---

<sup>79</sup> Buettner, "Occupation, resistance, and liberation: the road to Dutch decolonization", 78–105; Moore, "Dutch Decolonization", 244–78. Buettner refere, inclusive, o número aproximado de 150.000 para o total de efetivos das forças holandesas em combate na Indonésia, o que muito penalizaria uma economia devastada pela guerra. Compreende-se a influência que os EUA teriam sob os Países Baixos, no sentido em que apenas o seu auxílio económico poderia sustentar a sua recuperação.

<sup>80</sup> Vaïsse, *As Relações Internacionais desde 1945*, 60; Alexandre, *Contra o Vento*, 61; Westad, *A Guerra Fria*, 281; Ageron, "La survivance d'un mythe".

<sup>81</sup> Thomas, "Resisting Decolonisation - Empire and Republic in post-war France"; Thomas, "French Decolonization"; Buettner, "Soldiering on in the shadow of war - Decolonizing la plus grande France".

por vezes menos, de entrar em combate armado para garantir a manutenção desses territórios sob o poder da metrópole.

Os impérios coloniais tornam-se em espaços de influência com consequências inflacionárias na margem de manobra que os pequenos e médios Estados europeus, com economias comprometidas pela destruição bélica e cada vez mais secundarizadas pelo peso económico dos EUA e a URSS, utilizam para garantirem a sua autonomia estratégica e estatuto geopolítico num sistema internacional de feições cada vez mais bipolares. África, em grande medida, torna-se, na visão dos europeus, como um reduto de resistência com recursos naturais indispensáveis para resistir à expansão global do comunismo que, a seu entender, só poderia ser mantido suprimido pelas potências europeias.<sup>82</sup> Paradigmáticas, a este respeito, são as palavras de Salazar num discurso de 1947, onde reconhece a secundarização da Europa face aos Estados Unidos mas que, também, países como a Bélgica, Inglaterra, Portugal, França, Espanha e Itália têm, em África, as “condições materiais” para “a política que se deseje fazer”.<sup>83</sup> Em duas ocasiões posteriores – uma entrevista concedida a Serge Groussard e num discurso à União Nacional, em 1958 e 1959, respetivamente – numa altura em que os próprios setores conservadores europeus, adeptos dessa mundivisão, se viam forçados a optar por soluções políticas para imbróglis militares que se viam incapazes de solucionar, já após a assunção da derrota estratégica das duas

---

<sup>82</sup> Vd. a este respeito, por exemplo, Buettner, "Occupation, resistance, and liberation: the road to Dutch decolonization", 89; Alexandre, *Contra o Vento*, 39, 61, 93–94; Vaïsse, *As Relações Internacionais desde 1945*, 60; Thomas, "Resisting Decolonisation - Empire and Republic in post-war France", 485–87; Ageron, "La survivance d'un mythe". O estudo da manutenção da ideia de império enquanto garante de estatuto geopolítico encontra-se disperso um pouco por toda a bibliografia especializada sobre os diversos processos de descolonização nacionais.

<sup>83</sup> Discurso proferido na biblioteca da Assembleia Nacional a 25 de novembro de 1947, Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, 616–17, "O resultado da última guerra e a decisiva intervenção norte-americana, com o apoio de todo o hemisfério ocidental, tiveram como efeito deslocar para oeste, como já várias vezes tenho notado, o centro de gravidade da política mundial, que não é nem pode já ser europeu, mas quando muito euro-americano. [...] Inglaterra, a França, a Alemanha, a Itália, as duas nações da Península Hispânica, para só falar dos agregados maiores, e sem esquecer o precioso contributo dos demais, se não venderem a sua alma nem deixarem abastardar as qualidades fundamentais do seu carácter, possuem as condições morais precisas para a recuperação. Mas há também condições materiais. Por feliz coincidência ou providencial disposição, os destinos de toda a África são solidários com a Europa do ocidente. Excepto no que respeita ao Egipto e à Abissínia (mas não à África do Sul, membro da Comunidade Britânica), a Inglaterra, a França, a Bélgica, a Itália, Portugal e a Espanha têm, através de regimes políticos ou económicos diversos, a direcção efectiva e a responsabilidade do trabalho, progresso e bem-estar do continente africano. Uma política concertada de defesa e de valorização económica porá ao dispor do Ocidente produtos e riquezas que aumentarão de maneira assombrosa as suas possibilidades de rida e a sua contribuição para o intercâmbio mundial. A África é base suficiente para a política que se deseje fazer.»

principais potencias colonialistas na Crise do Suez, revelaria a manutenção dessa ideia, em breve contestada pela força das armas.<sup>84</sup>

#### 2.4. – Os impérios português e belga nos anos de indefinição

##### *Os impérios português e belga no imediato pós-guerra – a questão do urânio*

Os impérios português e belga do pós-guerra, o seu papel, os acontecimentos sucedâneos e as dinâmicas que se vão gerando entre os territórios circundantes e com as metrópoles são indissociáveis de tendências e dinâmicas originadas no período da II Guerra Mundial que definiriam os anos que lhe seguiram.

No espaço ultramarino português, o foco esteve, indubitavelmente, no Arquipélago dos Açores e no seu valor geoestratégico para o controlo do Atlântico e a entrada dos EUA na Europa, que Salazar e a sua diplomacia utilizaram para arrancar concessões de diversa natureza tanto aos britânicos, como aos norte-americanos. No entanto, a ameaça japonesa sobre Timor-Leste e Macau e, no caso do primeiro, a necessidade de reafirmar a soberania portuguesa sobre esse espaço não deixaram de ser temas que ocuparam os diplomatas portugueses nas suas interações com os EUA. Na década de 40, aliás, no que diz respeito ao plano colonial, a diplomacia e a política interna portuguesa em geral estarão, como os restantes países europeus, mais focada na Ásia - Angola, que mais respeito diz a esta dissertação, assumiu uma função de espaço de retaguarda e de abastecimento da metrópole, entalada entre uma dominância inicial alemã e uma primazia final aliada.<sup>85</sup>

Pelo lado belga, conforme será referido múltiplas vezes e expandido com base na documentação analisada, o Congo obteve, ao longo da II Guerra Mundial, um grau de autonomia política de Bruxelas de que não tinha gozado antes, algo que tentará manter até à sua independência.<sup>86</sup> Do ponto de vista geopolítico, a colónia belga constituiu uma

---

<sup>84</sup> Entrevista de Salazar efetuada por Serge Groussard em 2 e 3 de setembro de 1958, para o *Le Figaro*, Salazar, 933, "A Europa entregue à solidão seria estrangulada. As suas garantias principais são, de um lado, a vitalidade das nações que a compõem, do outro lado, o Atlântico e a África. A África é o maior, talvez o último recurso da Europa."; Discurso pronunciado por Oliveira Salazar na sede da União Nacional em 23 de maio de 1959, Salazar, 951, "Repetirei uma velha ideia, hoje, ao que parece, generalizada: a África é o complemento da Europa, imprescindível à sua defesa, suporte necessário da sua economia. Isto quer dizer que grande parte da potência europeia se pode perder com os territórios africanos, ou o que é o mesmo, a Europa pode ser batida em África.»

<sup>85</sup> Meneses, *Salazar*, 291–300, 301–57; Pereira, *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, 385–525; Rosas, "Introdução - a política colonial no Estado Novo e a Assembleia Nacional"; Rosas, "Um "império" à margem da Assembleia Nacional (1934-1949)".

<sup>86</sup> Conforme nota Vanthemsche, *Belgium and the Congo, 1885-1980*, 47, "The problem of the institutional dynamics of the Congo and its relations with Belgium only arose after 1945.»

fonte de diversas matérias primas para as potências aliadas, tendo optado por manter-se leal ao governo-em-exílio: um recurso, em particular, assume vital importância, sendo o Congo, por tempos, a sua única fonte mundial – o urânio. Tanto a Grã-Bretanha, como os Estados Unidos da América dedicam grande importância ao controlo deste minério, percebendo ser vital para a posse da bomba atómica e para a superioridade geopolítica ocidental não só sobre a Alemanha, mas também sobre a própria União Soviética.<sup>87</sup>

De acordo com António Telo, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos repartem responsabilidades sobre esta matéria. Enquanto o urânio que existia no Congo belga fica a cabo de ser adquirido pelos Estados Unidos, os britânicos ficam encarregues de assegurar a aquisição do urânio canadiano e português. Importa notar que, no topo da política portuguesa, o tópico do urânio é o único identificável de ser do explícito e alto interesse de Oliveira Salazar no que diz respeito aos acontecimentos relativos ao Congo belga na década de 40 até meados da década de 50. Assim se depreende pelo facto de ser identificável a instrução que este deu ao ministro de Portugal em Bruxelas para obter mais informações sobre as negociações que estavam a ser levadas a cabo entre belgas e americanos relativamente à exportação do urânio congolês – no que diz respeito ao Congo, não é perceptível que Salazar tenha solicitado, de forma direta, mais alguma informação até meados da década de 50.<sup>88</sup>

O governo português, pela sua parte, concorda com o teor político do pedido inicial feito pelos britânicos, apelando a que o urânio não se torne acessível àqueles que têm interesses contrário à aliança luso-britânica, mas mantém uma postura evasiva que não garante a exportação do urânio para a Grã-Bretanha e irrita as autoridades britânicas. O compromisso é motivado mais por razões de ordem geopolítica do que económica, criando-se uma sociedade luso-britânica para a exploração e exportação do urânio e firmando o acordo sob o maior secretismo, para evitar exposição internacional. Foi uma mais uma etapa na inserção de Portugal no bloco ocidental, na opinião deste autor, com Salazar pouco disposto a criar dificuldades a este respeito aos britânicos e norte-americanos.<sup>89</sup>

---

<sup>87</sup> Helmreich, *Gathering Rare Ores*, 15–41, 72–96.

<sup>88</sup> Castaño, *Paternalismo e Cumplicidade*, 91 e, por exemplo, Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 34, Pasta 1, carta de Vieira Leitão a Oliveira Salazar de 12 de abril de 1951.

<sup>89</sup> Castaño, 92–108.

O desaparecimento deste assunto na correspondência enviada pelo ministro a Oliveira Salazar, em meados da década de 50, é interligável com a diminuição da importância do urânio congolês para os próprios Estados Unidos e com a multiplicação de fornecedores que diminui a importância relativa desse território para a aquisição do recuso vital para as armas nucleares.

*Os principais agentes diplomáticos – a legação de Portugal em Bruxelas e o consulado de Portugal em Léopoldville*

No plano das relações luso-belgas, a nível metropolitano, mas com uma atuação política que em muito ultrapassa a posição de simples ministro de legação, Eduardo Vieira Leitão<sup>90</sup> será o grande interlocutor e intérprete não apenas da evolução da política e da posição do governo belga, mas também das dinâmicas presentes na Família Real e sem descurar o Congo. Este terá, ao longo dos cerca de 20 anos que ocupou a posição cimeira dos diplomatas portugueses na Bélgica, o cuidado de se manter a par das diversas sensibilidades parlamentares, executivas e da opinião pública belga em relação a Portugal, ao seu regime, à Guerra Fria, à federalização e ao colonialismo em geral.

No espaço colonial, o principal intermediário entre as autoridades portuguesas e as autoridades belgas no Congo será o consulado de Leopoldville, chefiado até ao final da década de 40 por Vergílio Armando Martins<sup>91</sup> e António Novais Machado<sup>92</sup>, e cuja perceção de falta de recursos financeiros e materiais atribuídos pelo ministério, em especial comparação às autoridades diplomáticas das restantes potências coloniais, será motivo de queixas sucessivas por parte das suas chefias, conforme se confirma com o relato da chegada de Jungers<sup>93</sup>, governador-geral do Congo belga, por Armando Martins. No

---

<sup>90</sup> Eduardo Marciano Borges Vieira Leitão, (1897-?), formado em Direito pela Universidade de Lisboa, iniciou a sua carreira diplomática em 1923, como adido de legação em Tóquio. Em 1945, é enviado, de forma provisória, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário a Bruxelas e Luxemburgo, onde permaneceria até 1967 (a Legação foi elevada a Embaixada em 1956). A sua ampla correspondência com Oliveira Salazar, presente na Torre do Tombo, é uma fonte indispensável para o estudo das relações diplomáticas com a Bélgica ao longo deste período. Lamentavelmente, ainda não foi possível rastrear as respostas que terá recebido do ditador, ou mesmo averiguar a sua sobrevivência.

<sup>91</sup> Vergílio Armando Martins (1914-1988) formou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Após ser delegado do Procurador de Angola, ingressou na carreira diplomática, gerindo o Consulado de Portugal em Leopoldville, em comissão, entre 19 de junho de 1944 e 23 de março de 1948, sendo substituído por António Novais Machado.

<sup>92</sup> António Luís Magalhães de Abreu Novais Machado (1916-?) formou-se em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, acabando por ingressar na carreira diplomática como adido de Legação; assumiu o posto de Cônsul de 3.ª Classe no Consulado de Portugal em Leopoldville a 23 de março de 1948, sucedendo a Vergílio Armando Martins.

<sup>93</sup> Eugène Jungers (1888-1958), magistrado belga, foi Governador-Geral do Congo de 31 de dezembro de 1946 a 1 de janeiro de 1952, sucedendo a Pierre Ryckmans, após administrar o Ruanda-Urundi desde o início da década de 30.

ofício de 6 de julho de 1946, o cônsul lamenta não poder replicar o hábito de convidar o novo governador-geral, conforme é costumário e feito pelos seus pares, para uma refeição nas instalações consulares, sendo forçado a solicitar a autorização de despesas iniciais para realizar o jantar num hotel com condições dignas para o convite.<sup>94</sup>

Esta limitação de recursos é um obstáculo à atuação dos cônsules, pelo menos na sua visão – a 22 de novembro desse ano, num novo ofício ao Ministro, Armando Martins relata a anuência de Jungers a um almoço já autorizado, com a contrapartida de se realizar num ambiente mais privativo e íntimo, devido à recusa que entregou aos franceses. O diplomata português relata que todos os seus pares “possuem casas mobiladas pelos seus Governos onde podem e costumam receber as altas autoridades da Colónia”, o mesmo sucedendo em Angola, reivindicando despesas de representação e a atribuição de um automóvel para não pôr em causa o prestígio dos diplomatas portugueses no Congo belga. A mesma opinião é partilhada pelo ministro português em Bruxelas, admitindo a modéstia das instalações do consulado em comparação às restantes instalações diplomáticas presentes em Leopoldville, instando à solução da situação de forma célere. Mais interessante, no entanto, é o papel que o cônsul entende caber ao Consulado em Leopoldville – um entreposto importante não só para efeitos administrativos e de apoio às comunidades portuguesas neste território, mas também de gestão diplomática nas relações entre Angola e a colónia belga.<sup>95</sup>

Seria esta instalação consular particularmente pobre no panorama dos consulados portugueses ou seriam as queixas dos cônsules exageros destinados a tentar obter um reforço das verbas que lhes eram atribuídas? Não tendo sido possível, ao longo da investigação desenvolvida, obter uma resposta segura, parece plausível admitir que, relativamente, um cônsul português não tivesse recursos tão abundantes quanto os seus pares, por exemplo, britânicos ou franceses, caso a sua instalação não fosse da mais alta prioridade, facto reforçado pela admissão de Vieira Leitão aquando da sua deslocação ao Congo. É possível, assim, inferir que a prioridade para atribuição atribuída pelos Negócios Estrangeiros ao consulado em Leopoldville, neste período em concreto, não fosse a mais elevada. O facto de o urânio ser o principal ponto de interesse de Salazar nos assuntos do

---

<sup>94</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira C, Maço 1050, Ofício de Vergílio Armando Martins ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 22 de novembro de 1946.

<sup>95</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira 3, Maço 1050, Ofício de Vergílio Armando Martins ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 22 de novembro de 1946 e Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 18 de agosto de 1948.

Congo belga até meados dos anos 50, e também as informações sobre a sua extração serem obtidas na metrópole, em Bruxelas, pode levar à desvalorização do consulado em Leopoldville e à recusa em atribuir-lhe mais recursos financeiros, não vendo nisso utilidade ou necessidade. O próprio ministro português atribui bastante mais atenção aos desenvolvimentos da política metropolitana e internacional, na correspondência que troca com Salazar, do que a qualquer iniciativa sua de recolha de informação sobre o Congo junto a, por exemplo, os ministros das colónias belgas.

*A ideia de África enquanto reduto europeu num próximo conflito*

Robbert Godding<sup>96</sup>, ministro das Colónias em 1946, assume plenamente a ideia de África enquanto reduto necessário dos países europeus em caso de conflito com a União Soviética, numa visão um pouco idílica do papel que o Congo belga assumiu durante a ocupação alemã da metrópole, sendo necessário consolidar a permanência europeia no continente – facto que vai ao encontro da visão de Salazar para o continente africano em termos geopolíticos.<sup>97</sup> Para as autoridades belgas, a sua política colonial passaria, forçosamente, pelo reforço da migração branca para o Congo com fixação definitiva, sendo necessário a tomada de medidas que incentivem à criação de uma componente demográfica europeia importante nos territórios africanos administrados pela Bélgica.<sup>98</sup> Além disso, também é em finais da década de 40 que a Bélgica assume de forma total a necessidade de criação de infraestruturas e organizações de proteção civil capazes de sustentar o esforço de guerra da metrópole e também de garantir a defesa da colónia, uma vez que o alastramento de um futuro conflito para o continente africano era considerado como inevitável, e também a construção de instalações capazes de simultaneamente sediar o governo metropolitano e cimentar a presença belga em África.<sup>99</sup>

---

<sup>96</sup> Robbert Godding (1883-1953), senador liberal belga que ocupou a posição de Ministro das Colónias por duas vezes nos anos de 1945-47.

<sup>97</sup> Meneses, *Salazar*, 383–84. A ideia de África colonial enquanto reduto europeu terá diversos resultados que evidenciam, por si só, esta ideia – nomeadamente o Acordo de Defesa da Foz do Zaire firmado entre Portugal e a Bélgica. Vd. o ponto 3.4 do capítulo 3 da presente dissertação. Esta temática também é abordada de forma mais generalista no ponto anterior deste capítulo.

<sup>98</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 17, Prateleira 8, Maço 983, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 4 de setembro de 1946. Em termos numéricos, o resultado desta política é palpável - de menos de 11.000 belgas no Congo em 1934, para 24.000 em 1947 e quase 89.000 em 1959 - Vanthemsche, *Belgium and the Congo, 1885-1980*, 60.

<sup>99</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 17, Prateleira 8, Maço 983, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 5 de março de 1948. Quanto à construção de instalações para o poder central, há o exemplo dos planos de construção de um Palácio no Kivu destinado a albergar a Família Real, que o Regente Carlos pretendia utilizar para aprofundar o sentido de proximidade da população congoleza à realeza belga, reforçando a manutenção da sua presença em África – vd. Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 33, Pasta 9, Carta de Vieira Leitão a Oliveira Salazar de 22 de novembro de 1946.

Isto é concretizado numa conversa entre Novais Machado e oficiais belgas e franceses em novembro de 1949 – “segundo os meios militares, a fase da reconquista partirá da África para a Europa submergida pelos russos”, relata, com os portos de Matadi e Lobito a serem essenciais para qualquer plano estratégico para o Congo. É palpável a preocupação belga com a cobertura das infraestruturas portuguesas necessárias à manutenção da sua colónia – nomeadamente a região da Lunda, vital para o Katanga, e o caminho de ferro de Benguela – que se preveria estarem sob a proteção da futura base aérea de Kamina, uma das duas grandes instalações militares belgas para o Congo que Novais Machado estima ter um custo inicial de 600 mil contos.<sup>100</sup> Há, no entanto, uma nota interessante que Novais Machado defende sustentar todo o pensamento belga, o que certamente não terá sido irrelevante para a diplomacia portuguesa que, seguindo as orientações de Oliveira Salazar, visava o mesmo objetivo: “evitar o proteccionismo americano e se houver que sofrê-lo – como lógico parece – diminuir-lhe o peso.”<sup>101</sup> O cônsul, no entanto, considera isso inevitável, devido ao elevado interesse dos EUA pela área,<sup>102</sup> e alerta para a necessidade das forças portuguesas assumirem a iniciativa da defesa dos seus territórios, para Angola não se ver usurpada da sua soberania pelas considerações estratégicas belgas para a margem esquerda do Rio Zaire, especialmente em caso do seu governo se ver exilado em África durante uma ocupação soviética.<sup>103</sup>

Ao longo de toda a cronologia desta investigação é salientável esta duplicidade no pensamento do funcionalismo diplomático português que se depreende das palavras de Novais Machado – a que o Congo representa, para a Angola portuguesa, uma ameaça a dois níveis: por um lado, a instabilidade social e política no Congo representaria um risco de extravase na fronteira com Angola – o que, em 1959-60, terá consequências palpáveis que serão discutidas de futuro neste trabalho – mas a preponderância excessiva belga, ou

---

<sup>100</sup> Os soldados da Force Publique não estavam sob a alçada das forças armadas belgas e, portanto, não eram considerados do ponto de vista jurídico militares belgas - estes apenas chegam ao Congo, pela primeira vez, em 1953, para ocupar a referida base de Kamina e a de Kitona, Vanthemsche, *Belgium and the Congo, 1885-1980*, 55.

<sup>101</sup> As tentativas de Oliveira Salazar minorar a ascendência dos EUA sobre o seu país e sobre a Europa são amplamente estudadas, por exemplo, em Oliveira, Pedro Aires. *Os Despojos da Aliança – A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2007, no caso de tentar dinamizar a Aliança Britânica para contrabalançar o crescente peso dos EUA na política portuguesa.

<sup>102</sup> O Congo foi, como já foi referido, o principal fornecedor de Urânio para os Aliados e para os EUA durante a II Guerra Mundial. Além do urânio, o Almirante Alan Kirk, Embaixador dos EUA em Bruxelas em 1946, admite o interesse do seu país em possuir bases militares no espaço africano, “pour éviter l’encerclement de l’Amérique envisagé par les russes” – Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 33, Pasta 9, Apontamento de conversa de Vieira Leitão com o Almirante Kirk, em 18 de novembro de 1946.

<sup>103</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1109, Ofício de Novais Machado para o Ministro dos Negócios Estrangeiros de 30 de novembro de 1949. Alexandre, *Contra o Vento*, 95

a preponderância excessiva de interesses estrangeiros no Congo, poderiam perigar a soberania portuguesa sobre as suas colónias, evocando traumas e ameaças geopolíticas anteriores.

#### *A inserção do colonialismo no novo quadro internacional*

A estratégia assumida pela Bélgica quanto à inserção do seu espaço colonial nas dinâmicas do multilateralismo e da internacionalização não será dissimilar à portuguesa – aliás, passará, numa cronologia futura, pela intensificação da cooperação com as restantes potências coloniais de forma multilateral, com particular destaque para o papel da Grã-Bretanha, vista como “absolutamente indispensável”, após a existência de conversações preliminares em 1947 entre a Grã-Bretanha, a Bélgica e a França, onde é discutida a cooperação técnica entre os três países e posições a assumir nas Nações Unidas, mas das quais Portugal acaba excluído pelo Governo inglês, que tem reservas em relação à má imagem internacional de Portugal enquanto colonizador.<sup>104</sup> A Bélgica procura resistir, também, à internacionalização do Congo, à sua exposição na Assembleia-Geral da ONU e à penetração dos serviços da ONU nesse território e, quando é incapaz, defende que deve ser feito através de comités que não estejam particularmente direcionados a territórios sob tutela europeia, diluindo o seu carácter exclusivamente colonial – no sentido de “abrandar o espírito agressivo de muitas potências anti-colonialistas”.<sup>105</sup>

Os belgas julgam que as grandes potências continuam a atribuir uma posição secundária a África no imediato rescaldo da II Guerra Mundial, certamente mais focadas no plano europeu e no plano asiático, que assumiam feições de foco de conflito iminente – a instabilidade social, a repartição das zonas de ocupação e a reconstrução europeias, o aumento de tensão entre os vietnamitas e os franceses na Indochina, entre outros. África não era completamente ignorada pelo Departamento de Estado norte-americano, no

---

<sup>104</sup> Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 33, Pasta 9, Carta de Vieira Leitão a Oliveira Salazar de 23 de Junho de 1947. Quanto à Grã-Bretanha, pelo menos na ótica do Embaixador de Portugal na Bélgica durante a segunda metade da década de 40, esta teria que forçosamente ultrapassar a fraqueza do Governo trabalhista liderado por Attlee – “fraquesa que pode comprometer as colónias de todos” - Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1109, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 4 de dezembro de 1949. André de Staercke revela a esse embaixador que a Bélgica continua a procurar a cobertura da Grã-Bretanha a nível militar e político imediatamente após a II Guerra Mundial – Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 33, Pasta 9, Carta de Vieira Leitão a Oliveira Salazar de 25 de fevereiro de 1946.

<sup>105</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 17, Prateleira 8, Maço 983, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 15 de setembro de 1948. Ainda em 1947, Henri Spaak, socialista belga em exercício da função de Presidente da Assembleia Geral, viu a crescente preponderância dos países que já tinham sido colónias europeias a formar blocos em oposição à manutenção do anticolonialismo - Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 33, Pasta 9, Apontamento de conversa de Vieira Leitão com Henri Spaak, em 20 de janeiro de 1947.

entanto e o exercício da sua influência diplomática para alterações no plano colonial começava a ser palpável, conforme se nota na correspondência de Vieira Leitão: a Bélgica, que favorecia, tal como Portugal, a utilização de missões católicas como mecanismo de aculturação, controlo e enquadramento nas colónias, sofrerá pressões para conceder iguais direitos a missões protestantes, encaradas como mais desestabilizadoras e fora da alçada da administração colonial.<sup>106</sup> O ministro reconhece uma ascendência não só política, mas também social e cultural dos EUA em crescimento na Bélgica, substituindo a figura tutelar que a Grã-Bretanha assumiu desde a Revolução de 1830, incompatível com a atual figura de uma potência debilitada por dois conflitos mundiais, mas cuja influência continuava a ser indispensável como contrapeso ao estatuto anticolonialista reivindicado, pelo menos com a retórica, pela nova líder do Ocidente.<sup>107</sup>

As preocupações em relação às próprias potências com territórios na África subsariana e austral também encontram um fundo comum entre portugueses e belgas.<sup>108</sup> O perigo de uma hegemonia do estado sul-africano que estendesse a sua influência pelos sertões de Angola e Moçambique, mas também do Congo belga, parecem encontrar reflexo no cuidado que as autoridades coloniais têm com a estrutura dos capitais investidos nas plantações e indústrias, exigindo sempre a presença de capital nacional nas sociedades a operar no Congo.<sup>109</sup> O mesmo carácter “nacionalista” na consideração de capitais de investimento no Congo é aplicado aos fundos do Plano Marshall – que a Bélgica considera para si necessários, mas pouco disposta a aplica-los no Congo e a rendê-lo a investimento americano sem que sejam acompanhados por capitais de origem nacional, mantendo um

---

<sup>106</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira 3, Maço 1050, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 18 de agosto de 1948. O já referido Robert Godding tentará neutralizar a posição do Governo belga perante as diferentes confissões em ação no Congo, mas representa a exceção, tendo esbarrado na oposição da Igreja belga - Vanthemsche, *Belgium and the Congo, 1885-1980*, 50.

<sup>107</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1109, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 4 de dezembro de 1949.

<sup>108</sup> À semelhança do que acontece em Portugal, as elites políticas belgas mantêm a sua desconfiança em relação às pretensões vindas das colónias britânicas no extremo sul africano, originárias em fatores diversos do século XIX e que levaram a tensões diplomáticas entre as metrópoles e a própria Grã-Bretanha - Vanthemsche, *Belgium and the Congo, 1885-1980*, 118, “In relation to London, some tensions remained. Bad memories lingered: the attitude of the English in relation of the Congo Free State, the delayed recognition of the Belgian Congo, the friction and disagreements during the war. Furthermore, the Belgians also feared so-called South African imperialism, that is, the hegemonic will of the British dominion of South Africa in the central and southern regions of Africa.”; Alexandre, *Contra o Vento*, 380-81.

<sup>109</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 17, Prateleira 8, Maço 983, Ofício de Carreira de Freitas ao Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias de 29 de outubro de 1948. A importância atribuída pelos belgas à África do Sul é notada por Vieira Leitão aquando de uma visita do Marechal Jan Smuts em outubro de 1946 – Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 33, Pasta 9, Carta de Vieira Leitão a Oliveira Salazar de 19 de setembro de 1946.

limiar de cooperação limitada que evitasse atirá-la para o isolamento, à semelhança do caso holandês na Indonésia.<sup>110</sup>

*As mudanças da política belga para o Congo no final da década de 40*

Há, no entanto, sinais de mudança interna que, como já se referiu, derivam das dinâmicas criadas ao longo da II Guerra Mundial e que são palpáveis – a 3 de Fevereiro de 1946, sucede-se um “congresso de coloniais belgas” em Bruxelas que merece a atenção da legação de Portugal, tomando resoluções que vão no sentido de se adotar uma administração menos centralizada na capital metropolitana do espaço colonial e reforçando a participação da população – incluindo da população indígena – no sistema político. Não obstante este congresso ser frequentado por forças filiadas à esquerda, identificáveis pela tipologia das resoluções tomadas, é necessário assumir-se um primeiro sinal de desejo de alteração do *status quo* que era defendido por todos os sectores políticos belgas até à II Guerra Mundial, o que certamente não terá sido ignorado como sinal de alarme pela diplomacia portuguesa, apesar da esterilidade do ofício em questão, que se reveste de carácter principalmente informativo.<sup>111</sup>

Também é no sentido de apaziguar a população congoleza, quer colonos europeus, quer indígenas, que, nesse ano, a coligação liderada pelos socialistas no Governo belga estuda a integração da população local na administração da colónia e a criação de um conselho de governo que evoluísse para um órgão mais representativo.<sup>112</sup> O futuro dos indígenas, pelas palavras do regente Carlos, em Julho de 1947, deve ser a principal preocupação da colónia, devido ao estatuto que a Bélgica assume como signatária da Carta das Nações Unidas e ao subsequente reconhecimento da primazia dos interesses das populações que dela dependem, e é nesse contexto que se justifica a necessidade de melhorar

---

<sup>110</sup> Arquivo Oliveira Salazar, NE-2-1, Caixa 418, Pasta 40, Parecer do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1949. Os sublinhados de Oliveira Salazar no parecer assumem, aqui, carácter de importância – dedicam-se quase exclusivamente à questão das reservas belgas em relação à cooperação com os EUA e ao receio da defesa da autodeterminação pelos povos coloniais, indo ao encontro do seu pensamento geopolítico.

<sup>111</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 17, Prateleira 8, Maço 983, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 6 de fevereiro de 1946. Entre as resoluções tomadas, reivindica-se a supressão do Ministério das Colónias, a participação dos indígenas na administração do Congo, o reconhecimento da igualdade entre sindicatos e missões religiosas e a nacionalização de diversos sectores económicos.

<sup>112</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 17, Prateleira 8, Maço 983, Telegrama de Vieira Leitão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de 10 de janeiro de 1946. A historiografia defende que a concessão de direitos políticos aos indígenas não estava em causa nas reivindicações decorrentes da II Guerra Mundial – estava, sim, o desejo autonómico da minoria belga, comparando a sua situação às minorias análogas noutras colónias europeias. Se os governos em Bruxelas admitem a necessidade de concessões, fazem-no sempre de forma limitada, como se nota seguidamente. *Vd. Vanthemsche, Belgium and the Congo, 1885-1980*, 82-83.

a sua qualidade de vida, sem, no entanto, pôr em causa a própria colonização belga: sinal disso é a manutenção da direção política do Congo em Bruxelas, apesar dos esforços de descentralização administrativa e do reforço dos poderes provinciais.<sup>113</sup> Estes esforços são enquadráveis na autonomia económica que o Congo adquiriu durante a ocupação alemã da Bélgica, resistindo à sua eliminação e causando temores nos círculos políticos metropolitanos.<sup>114</sup>

Não são apenas os indígenas congolezes que se tornam numa força viva a conter e satisfazer pelas autoridades metropolitanas da Bélgica – a própria administração colonial e o substrato económico resistem à reimplantação do centralismo em Bruxelas que foi perdido durante a ocupação alemã, com o governo-geral a defender a criação de representações económico-diplomáticas nas capitais dos principais parceiros económicos do Congo e as sociedades a temerem um intervencionismo prejudicial pelo poder central.<sup>115</sup> A população europeia belga no Congo considera-se, na ótica de Vieira Leitão, incompreendida pela metrópole, demasiado longínqua e desatenta às principais questões em desenrolar, e também demasiado elitista para valorizar a o seu esforço de construção imperial em África; mas se a metrópole se revela disposta a reforçar a autonomia política dos órgãos da administração colonial, o embaixador português defende faltar ao Congo uma base de população europeia capaz de assumir e a capacidade de domar os interesses das grandes sociedades comerciais para não se tornar refém de uma oligarquia.<sup>116</sup>

#### *A questão das infraestruturas congolezas e angolanas*

Quando, em 1948, se celebra o 50.º aniversário do caminho de ferro do Matadi, Vieira Leitão redige um importante ofício que permite chegar a diversas conclusões. Estas celebrações são marcadas pelo convite não só de várias entidades políticas sociais e culturais belgas, mas também os embaixadores de Inglaterra, França, Holanda e Itália e os ministros de Portugal e do Luxemburgo. O ministro português reconhece que não passam de um golpe de propaganda, procurando evidenciar a “obra civilizadora” belga não só

---

<sup>113</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 17, Prateleira 8, Maço 983, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 17 de julho de 1947.

<sup>114</sup> Esta autonomia económica e o desconforto do Governo belga em relação a ela são referidos em Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 17, Prateleira 8, Maço 983, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 15 de maio de 1947.

<sup>115</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 17, Prateleira 8, Maço 983, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 3 de junho de 1948 e Estante 20, Prateleira 4, Maço 1109, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 9 de Agosto de 1949.

<sup>116</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1109, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 9 de agosto de 1949.

domesticamente, mas também à comunidade internacional: mostrou-se precisamente o que se pretendia mostrar, “oferecendo a quem seja menos atento uma visão das coisas que pode conduzir a conclusões em muitos pontos afastadas da realidade”. Nesse ofício, no entanto, são referidas uma série de notas, conclusões e apontamentos que permitem aclarar alguns dos receios geopolíticos e a importância atribuída pela diplomacia portuguesa ao Congo belga, com particular foque àqueles que dizem respeito a potenciais consequências para Angola, a principal preocupação de Vieira Leitão quanto aos acontecimentos no Congo ao longo da sua prolongada estadia no corpo diplomático português na Bélgica.<sup>117</sup>

A economia congoleza, que mantém a sua natureza essencialmente extrativista, mantém-se dependente da boa salubridade do comércio internacional, com um mercado interno fraco, grandes disparidades entre a qualidade de vida dos indígenas e a qualidade de vida dos europeus, e infraestruturas incapazes de satisfazer as necessidades de escoamento da produção. O estado entregou o desenvolvimento económico às sociedades, pelo relato de Vieira Leitão, comprometendo o desenvolvimento de uma economia mais diversa e independente, contrariamente ao que sucedeu em Angola, e o desenvolvimento social e cultural às missões da Igreja católica, apagando-se. Pelos desígnios do pós-guerra de Wigny<sup>118</sup>, este estado das coisas teria de ser alterado, elaborando-se um plano de desenvolvimento que retire o protagonismo das sociedades e o entregue ao Estado, “apertado, porém, pelas circunstâncias e receoso das acusações que veem dos meios internacionais”, na senda de um paternalismo entendido como benévolo para as populações indígenas e elevando-as à condição de “civilizados”. A oposição dos seus planos surge, como seria expectável, daqueles que mais teriam a perder com estas alterações – as sociedades – vendo as suas taxas de lucro comprometidas e alterando o status quo. Leitão não deixa de criticar, também, a “asperidade” do tratamento dos indígenas pelos belgas, considerando-os excessivamente arrogantes e hostis, comprometendo a acalmia social e potenciando revoltas contra a governação europeia, que se via inspirada por movimentos religiosos nativistas ou, detalhe curioso, inspirados pela *Watchtower* jeová, como o kibanguismo ou o kitawalismo, e pelo internacionalismo comunista que, na mente de diversas autoridades políticas portuguesas, era uma preocupação premente para os territórios coloniais. O sentimento dos angolanos em Leopoldville, estimados em 25.000 e

---

<sup>117</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira 3, Maço 1050, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 18 de agosto de 1948.

<sup>118</sup> Pierre Wigny (1905-1986), político católico belga, foi Ministro das Colónias entre 1947 e 1950 e Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1958 e 1961.

principalmente empregados domésticos e nas sociedades belgas, para com os colonizadores portugueses, pelo relato do ministro, são contrastantes com os dos indígenas belgas, realçando o seu sentimento de pertença à comunidade portuguesa e defendendo o que entendia ser o caráter humanista e benévolo da colonização portuguesa.<sup>119</sup>

A questão da insuficiência das infraestruturas do Congo é uma preocupação com impacto direto para a política de desenvolvimento colonial portuguesa, ocupando espaço considerável no relatório. O porto de Matadi, principal infraestrutura portuária do Congo belga, mas também o porto fluvial de Leopoldville, não têm capacidade de escoar as mercadorias importadas. Apesar da ferrovia ter capacidade aceitável, os transportes fluviais no Zaire não conseguem ser suficientes para dar reposta às necessidades comerciais. Elaboram-se duas respostas: a política da via do Lobito e a política da via nacional. A política da via do Lobito consistia na utilização desta infraestrutura angolana pelas mercadorias destinadas e vindas do Congo belga, com evidentes benefícios fiscais e económicos para a colónia de Angola, particularmente através do escoamento das mercadorias para o Katanga através da utilização paralela do caminho de ferro de Benguela. A via nacional, por sua vez, consistia na utilização dos transportes rodoviários, fluviais e ferroviários congolezes, com o reforço futuro através da construção de novas infraestruturas (eletrificação e expansão da ferrovia, expansão do porto de Matadi), favorecida pelo governo-geral do Congo através de sistemas tributários favoráveis à sua utilização. As autoridades belgas – metropolitanas e coloniais – resistem à fixação de acordos e à aceitação da utilização das infraestruturas portuguesas, mesmo sob pressão dos agentes económicos, com a exceção do vice-governador Leo Pétillon<sup>120</sup>. Leitão revela-se pouco otimista: admite que, no presente, a utilização do porto do Lobito é um dado adquirido, não obstante as divergências e atritos criados nas relações congo-angolanas, mas que dificilmente a manutenção desta situação conseguirá ser assegurada no futuro. Portugal beneficiaria mais, na sua opinião, de controlar a expansão do porto de Matadi, que teria de, forçosamente, ter de

---

<sup>119</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira 3, Maço 1050, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 18 de agosto de 1948. Para uma perspetiva comparada dos planos desenvolvimentistas elaborados pelas metrópoles europeias no pós-guerra, de modo a criar a ideia de uma colonização benévola que beneficie os territórios tutelados, Alexandre, *Contra o Vento*, 62 e seguintes.

<sup>120</sup> Léo Pétillon (1903-1996), foi um funcionário colonial belga formado em Direito que ocupou o cargo de governador do Ruanda-Urundi entre 1949 e 1951 e o cargo de governador-geral do Congo belga entre 1952 e 1958. Termina a sua carreira como ministro do Congo belga e do Ruanda-Urundi durante cerca de 5 meses, em 1958.

ser feita em território que se encontrava sob administração portuguesa, exigindo contrapartidas às autoridades belgas.<sup>121</sup>

O último ponto de contenção entre o Congo e Angola identificado por Vieira Leitão é a questão do turismo. As autoridades belgas tencionavam criar um centro de atração turística artificial na costa congoleza para satisfazer as necessidades de lazer da população europeia. Contactos seus ao longo da visita, no entanto, referiram-se a Luanda e à sua praia como um destino mais aprazível, mas com o inconveniente das vias de comunicação serem de má qualidade, haver poucas atrações turísticas e a oferta de camas ser insuficiente – questões de solução palpável que dariam à colónia portuguesa a vantagem sobre a belga.<sup>122</sup>

Como já foi referido anteriormente, este diplomata português confirma a notoriedade da comunidade portuguesa no Congo, principalmente dedicada ao comércio de retalho, e mantém o seu espírito de comunidade autónoma apesar de muitos serem habitantes do Congo a longa data. Reivindicam, também, a criação de uma escola portuguesa em Leopoldville.<sup>123</sup>

Por último, Vieira Leitão partilha um apontamento importante de uma conversa com o ministro das Colónias Wigny – este admite a dependência belga face à política africana da Grã-Bretanha, sua potência tutelar, condição partilhada por Portugal e central para a estratégia geopolítica de Oliveira Salazar, não obstante a cada vez mais preponderante ascendência dos Estados Unidos sobre as potências do mundo ocidental e a importância da sua anuência aos desígnios coloniais europeus, conforme se evidencia no ponto 2.3. do presente capítulo. Na sua visão, as três potências coloniais teriam tudo em ganhar com a sua cooperação no plano colonial, única maneira de fazer vingar os seus interesses em África.<sup>124</sup>

---

<sup>121</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira 3, Maço 1050, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 18 de agosto de 1948.

<sup>122</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira 3, Maço 1050, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 18 de agosto de 1948.

<sup>123</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira 3, Maço 1050, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 18 de agosto de 1948.

<sup>124</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira 3, Maço 1050, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 18 de agosto de 1948. O mesmo é referido num telegrama, após o seu regresso a Bruxelas, em Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira 3, Maço 1050, Telegrama de Vieira Leitão para o Ministério dos Negócios Estrangeiros de 20 de julho de 1948. Vieira Leitão sublinha não terem sido feitas alusões a amizades particulares ou relações amistosas com outras potências coloniais ao longo dos discursos nas Celebrações, principalmente focados em dar ênfase àquilo

### *A ação de Novais Machado no consulado em Léopoldville*

Novais Machado, certamente devido à sua proximidade geográfica aos acontecimentos e tendo acesso a fontes de informação diretas, confirma a aspiração belga de criação de uma imagem de colónia idílica guiada por uma política progressista e desenvolvimentista – em 1949, no discurso de abertura do conselho do governo, assim apresenta Jungers o Congo, gabando a tranquilidade política e social ao longo de 1948, facto que o cônsul se apressa a desmentir ao constatar a existência de movimentações de tropas e polícia contra a rebelião de várias tribos no Katanga sob um véu sigiloso.<sup>125</sup> Defensor de uma hipotética política de “assimilação” que vê a ser praticada nas colónias portuguesas, garantindo a ausência de conflitos entre colonizadores e colonizados, Novais Machado nota e critica o contraste com a chamada “política de compromisso” defendida por Jungers, mas que o cônsul apelida de “política do contravapor”, notando que as relações entre europeus e indígenas continuam sob tensão e que a “barreira da superioridade racial dos belgas” impede a aculturação destes por aqueles até ao ponto em que são forçados a ceder totalmente face a revoltas. O ambiente do Congo é preocupante principalmente em “razão direta dos reflexos internos e externos sobre Angola” e é “em face da O.N.U.” que Novais Machado entende ser a administração belga forçada a guinadas na sua política de administração face à população indígena e às suas crescentes aspirações, certamente vendo num maior intervencionismo das Nações Unidas no Congo o perigo de internacionalização das colónias portuguesas, pondo em causa a soberania de Portugal sobre estes territórios – assim o é quando Jungers defende que “queremos garantir o desenvolvimento completo das faculdades intelectuais e morais dos indígenas, a sua plena participação na vida administrativa e económica do país”, que o diplomata português considera ser uma série de concessões perigosas em vista a satisfazer a alínea b) do art.º 73 da Carta das Nações Unidas. Novais Machado revela, por último, alguns indícios de interesse belga na política colonial portuguesa: desde logo, na chamada política de assimilação praticada em Angola através da classificação da população indígena em civilizados e não-civilizados,

---

que entendiam ser as boas obras belgas no espaço colonial, com exceção desta nota que Wigny lhe constatou.

<sup>125</sup> Vanthemische nota, aliás, que a retórica do Congo enquanto colónia-modelo sem conflito social ignora as revoltas dos 1890s e 1930s em Vanthemische, *Belgium and the Congo, 1885-1980*, 31. Manter-se-á, no entanto, parte do discurso da diplomacia pública belga ao longo da década de 50, até aos Tumultos de Leopoldville.

fazendo pedidos de informação diretos ao consulado português em Leopoldville, mas também na política de aldeamentos indígenas praticada nas aldeias angolanas.<sup>126</sup>

Este cônsul desloca-se por duas vezes a Angola, primeiro em julho, e depois em dezembro do ano de 1949, não só numa campanha de recolha de informações e avaliação da situação política na colónia portuguesa, mas também no sentido de preparar uma visita do governador-geral do Congo belga, que se realizará em 1950.

Em julho de 1949, cabe a Novais Machado avaliar a possibilidade do governador-geral do Congo ser recebido pelas altas entidades portuguesas em Angola, resposta que se firma pela positiva e acompanhada por um reforço da sua pertinência por Vieira Leitão junto ao ministério dos Negócios Estrangeiros.<sup>127</sup> Aquele aproveita, no entanto, para efetuar uma recolha de informações e avaliar a política colonial portuguesa nesse território.<sup>128</sup>

Desde logo, inicia por reforçar algo que já foi alvo de avaliação por Vieira Leitão – a questão da utilização do porto de Lobito pelos belgas – defendendo a sua certeza em relação ao carácter meramente temporário de que é revestida. Tanto o porto, como o Caminho de Ferro de Benguela devem a sua rentabilidade, na ótica dos belgas, ao tráfego vindo do Congo e beneficiarão do investimento levado a cabo pelo Plano Decenal<sup>129</sup>, o que leva as autoridades diplomáticas portuguesas a oporem-se à tese da Via Nacional. As autoridades portuguesas partilham o interesse no suprimento das necessidades do Congo pelo Caminho de Ferro de Benguela, mas os perigos da concretização da Via Nacional criam hesitações relativamente à contração de despesas na sua melhoria, não havendo planos para o desenvolvimento do Planalto de Benguela ou no seu desenvolvimento para o Alto Zambeze. Por outro lado, o porto de Matadi mantém-se insuficiente, sendo necessário conjugá-lo com, por exemplo, cedências de facilidades ou trocas territoriais em Noqui, que Novais Machado julga serem sinais de fraqueza da política belga caso se concretizem, uma vez que revelaria a insuficiência da política da Via Nacional. Favoráveis à posição portuguesa e à utilização das infraestruturas angolanas são os comerciantes do

---

<sup>126</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1109, Ofício de Novais Machado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 8 de outubro de 1949.

<sup>127</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 21, Prateleira 7, Maço 1173, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 22 de abril de 1949.

<sup>128</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 21, Prateleira 7, Maço 1173, Relatório de Novais Machado de agosto de 1949.

<sup>129</sup> Plano de desenvolvimento e investimento no Congo planeado pela Bélgica, à semelhança de outros planos do mesmo teor levados a cabo, por ex., pela França.

Katanga, vendo nelas a maneira mais fácil de obterem vantagens comerciais e na política da Via Nacional uma imposição metropolitana de natureza política e não económica.<sup>130</sup>

Para o governador-geral de Angola, a principal preocupação consiste em garantir que a economia do planalto de Benguela não é sacrificada pelos interesses belgas no Caminho de Ferro, dando prioridade ao transporte da produção angolana e levando a cabo um plano de desenvolvimento industrial e do deserto de Moçâmedes, bem como da pecuária no sul de Angola. O cônsul português aproveita para incentivar os contactos entre os grupos económicos portugueses em Angola e os comerciantes portugueses no Congo, mas revela que estes últimos, em particular a comunidade comercial em Leopoldville, está pouco crente nos planos de desenvolvimento do governador-geral de Angola. Silva Carvalho<sup>131</sup> defende, também, a importância da abertura de um consulado em Elisabethville, dados os interesses portugueses na região do Katanga e a necessidade de recolha de informações *in loco*.<sup>132</sup>

Este relatório, escrito em agosto, concretiza algo já referido – a ameaça geopolítica pairante que a União da África do Sul representa no ideário do funcionalismo colonial e diplomático português, pelo menos no período inicial da Guerra Fria até à intensificação da ideia de criação de redutos brancos anticomunistas em África na década de 60. Tanto Novais Machado, como Silva Carvalho, estão de acordo em relação à avaliação que fazem das pretensões de hegemonia regional assumidas pelos sul-africanos, ameaçando o sul de Angola. A sua contenção passaria pelo desenvolvimento económico e pela criação de colonatos brancos, mas Novais Machado, traçando paralelos com o Plano Decenal belga, nota a ausência de instrumentos de desenvolvimento dessa tipologia nas colónias portuguesas, ficando-se pelas linhas gerais do Ato Colonial e pelo voluntarismo do Governador, sempre em risco de ser substituído e comprometer qualquer tipo de plano menos perene. Vindo do Norte, revela-se já a identificação do perigo de instabilidade gerada por revoltas da população indígena na África Equatorial Francesa e também no Congo belga,

---

<sup>130</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 21, Prateleira 7, Maço 1173, Relatório de Novais Machado de agosto de 1949.

<sup>131</sup> José Agapito da Silva Carvalho (1897-1957), foi um oficial do Exército português e governador-geral de Angola entre 1947 e 1951.

<sup>132</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 21, Prateleira 7, Maço 1173, Relatório de Novais Machado de agosto de 1949.

mas atribui-se-lhe uma importância secundária face ao perigo mais imediato da penetração da influência sul-africana em Angola.<sup>133</sup>

No relatório redigido a fevereiro de 1950, relativo à deslocação que Novais Machado efetua a Angola em dezembro do ano anterior, o principal foco é a questão da visita do governador-geral do Congo belga, que fica assente para abril. Entre considerações sobre o caráter de Jungers e o seu exercício do poder sobre a administração da colônia, considera-se ser uma personalidade recetiva aos interesses portugueses.<sup>134</sup>

Há, no entanto, uma questão premente para as autoridades consulares em Leopoldville que ressaltam no relatório – a questão dos indígenas angolanos que se encontram no Congo, especialmente de forma irregular e sem proteção consular, algo que já tinha sido abordado por Vieira Leitão no ofício relativo à sua participação nas celebrações do 50.º Aniversário do caminho de ferro do Matadi. A ausência de instrumentos jurídicos com capacidade de regular esta situação, levando a que os movimentos sazonais destes trabalhadores fossem considerados, do ponto de vista legal, fugas, causa dificuldades aos serviços consulares, já com insuficiências a nível de recursos humanos e financeiras para atenuar a situação. Parte da solução passa, para Novais Machado, da redução das causas na fonte que levam aos fluxos migratórios de Angola para o Congo e que depois veem entraves ao seu regresso, numa altura em que escasseia a mão-de-obra necessária ao sustento do desenvolvimento da indústria do café em Angola.<sup>135</sup>

A questão colonial é identificada, no final desta década, como um problema que rapidamente se aproxima do primeiro plano do cenário internacional, com Novais Machado a reforçar a utilidade do consulado em Leopoldville como ponto de recolha de informação – a capital da colônia belga é identificada como um *hub* aéreo internacional, com a passagem de suíços, britânicos, holandeses, americanos, franceses, belgas e portugueses.<sup>136</sup>

#### *A aproximação da Bélgica a Portugal no plano colonial*

---

<sup>133</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 21, Prateleira 7, Maço 1173, Relatório de Novais Machado de agosto de 1949.

<sup>134</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 21, Prateleira 7, Maço 1173, Relatório de Novais Machado de fevereiro de 1950.

<sup>135</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 21, Prateleira 7, Maço 1173, Relatório de Novais Machado de fevereiro de 1950.

<sup>136</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 21, Prateleira 7, Maço 1173, Relatório de Novais Machado de fevereiro de 1950.

Logo em 1947, do lado metropolitano belga, surge a preocupação de aprofundar as relações e a cooperação com Portugal no âmbito colonial, assumindo como inspiração direta as iniciativas de troca de informação que estavam a ser levadas a cabo pela França e pela Grã-Bretanha. Assim, a legação belga manifesta “le désir de la Belgique de pratiquer, en matière coloniale, une politique de collaboration avec le Portugal”, estabelecendo a troca “des rapports analogues à ceux qui existent avec la France et la Grande-Bretagne.”. Os belgas reconhecem a mudança dos ventos geopolíticos – a cooperação pontual entre potências coloniais terá de ser substituída por cooperação mais perene e veem com bons olhos as iniciativas anglo-francesas, pretendendo o envio de uma comissão de técnicos coloniais portugueses com o objetivo de conferenciar com técnicos belgas do ministério das Colónias, pretensão cujo seguimento dado pelas autoridades portuguesas é difícil de apurar pela documentação recolhida.<sup>137</sup>

Na perspetiva colonial, uma das figuras mais favoráveis à aproximação de Portugal será o tenente-general Auguste-Éduard Gilliaert<sup>138</sup>, comandante da *Force Publique* congolosa entre 1944 e 1954 e identificado pelo cônsul português em Leopoldville como a segunda figura mais influente na administração colonial belga.<sup>139</sup> Esta figura, que acabará, futuramente, por ser uma das entidades responsáveis por firmar o Acordo de Defesa da Foz do Zaire entre Portugal e a Bélgica, foi, segundo Vieira Leitão, “uma das autoridades belgas que mostrou maior empenho nesses contactos”, com o intuito de melhorar as relações entre a administração colonial belga e a administração colonial portuguesa.<sup>140</sup> Além do comandante da *Force Publique*, Novais Machado também atribui a Jungers um grau elevado de simpatia e interesse pela aproximação a Portugal, interesse menor detido pelo vice-governador e menor ainda pelo secretário-geral da colónia.<sup>141</sup>

---

<sup>137</sup> Arquivo Oliveira Salazar, NE-2-1, Caixa 418, Pasta 34, Ofício da Legação da Bélgica ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 2 de Maio de 1947.

<sup>138</sup> Auguste-Édouard Gilliaert (1894-1973), oficial superior belga que participou em ambos os conflitos mundiais e acabou por comandar a *Force Publique*, as forças armadas do Governo-Geral do Congo belga, entre 1944 e 1954, ano em que regressa à Bélgica, reformando-se do serviço militar em 1955. Importa notar que os comandantes da *Force Publique* se revelaram figuras admiradoras do regime português e desejosas de cooperação – não só Gilliaert, como refere Vieira Leitão, mas também o seu sucessor, Émile Janssens, que acabou por exprimir admiração e apoio da posição assumida por Portugal face às correntes internacionais anticolonialistas numa carta endereçada ao ditador português em 1961: Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 34, Pasta 3, Carta de Émile Janssens a Oliveira Salazar de 19 de abril de 1961.

<sup>139</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 21, Prateleira 7, Maço 1173, Ofício de Novais Machado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 16 de setembro de 1948.

<sup>140</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 21, Prateleira 7, Maço 1173, Ofício de Vieira Leitão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 22 de abril de 1949.

<sup>141</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 21, Prateleira 7, Maço 1173, Ofício de Novais Machado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 16 de setembro de 1948.

Em trânsito para Lourenço Marques (atual Maputo), o subchefe do Estado Maior de Angola, Luís Lello, reúne com Gilliaert em finais de 1948, onde se acaba por confirmar a ideia já referida da inevitabilidade de um conflito com alastramento para o espaço africano, que assume a função de baluarte dos Estados europeus que veriam as suas metrópoles sob ocupação até haver condições para a reconquista militar da Europa, temor a que Novais Machado atribui a justificação da construção de novas infraestruturas para a administração colonial, que é vista como bastante autónoma face ao Ministério das Colónias belga. Gilliaert entende a cooperação com Angola como uma necessidade militar face às insuficiências portuárias do Congo belga, com natural enfoque na centralidade do Porto de Lobito, desejando uma aproximação mais direta aos comandos militares portugueses em Angola. Rejeitam, também, a presença de tropas americanas no Congo em caso de guerra, em repetição do que sucedeu durante a II Guerra Mundial, temendo que os EUA procurariam voltar a tentar a internacionalização da colónia devido à sua riqueza mineral.<sup>142</sup>

---

São estas, em suma, as questões presentes na documentação relativa ao final da década de 40: a deslocação de diplomatas portugueses e estrangeiros ao Congo, patentando os esforços da diplomacia pública belga em mostrar um território em dinâmica e movimento, notando mudanças ligeiras no panorama político, mas que, na opinião do funcionalismo português são anuladas pelo trato belga dos indígenas. São palpáveis tantos os esforços portugueses de observação e de comparação da situação social, económica e política do Congo belga com Angola, como os esforços do funcionalismo belga em obter informações sobre a política colonial portuguesa e – em certos casos, como o do governador-geral Jungers ou dos oficiais militares – de se aproximarem às autoridades portuguesas e auscultarem possíveis vias de cooperação. As militares, em particular, serão analisadas de forma mais detalhada adiante.

Quanto à cooperação multilateral ou em instituições internacionais, esta permanece mais limitada – Portugal apenas adere à ONU na década de 50 e instituições futuras, como a CCTA, estão por advir, apesar de já terem sido evidenciados esforços belgas em implementar trocas de informações periódicas com o funcionalismo colonial português,

---

<sup>142</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 21, Prateleira 7, Maço 1173, Ofício de Novais Machado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 16 de setembro de 1948.

inspirando-se nas trocas entre a França e a Grã-Bretanha – estes quatro países, bem como a África do Sul, serão os principais dinamizadores desse organismo por diversos motivos, conforme se procurará discutir num capítulo futuro.

É claro o impacto de certas dinâmicas belgas no funcionalismo português – referindo-se, concretamente, à influência que a implementação do Plano Decenal no Congo teve na mente de Novais Machado – defende a criação de planos desenvolvimentistas para Angola sem que se dependa do voluntarismo de um particular governador, criando uma política mais coesa. Além disso, as dinâmicas económicas do Congo e as correspondentes necessidades de criação e expansão de infraestruturas, ou de utilização de infraestruturas, não deixam de ressaltar na documentação relativa a este período, revelando a sua importância para a economia angolana do pós-guerra e para a obtenção de dividendos através do caminho de ferro de Benguela e do Porto do Lobito. A comunidade comercial portuguesa em Leopoldville e os angolanos que atravessam a fronteira para sustentar a economia congoleza também são uma das preocupações, em particular a situação irregular dos últimos e a falta de recursos para resolver essa questão. Por outro lado, o interesse do funcionalismo belga na distinção entre civilizados e não-civilizados em Angola, também não deve passar despercebido, apesar da documentação analisada não permitir avaliar a real influência que a informação recolhida pelos belgas possa ter tido na implementação de políticas de gestão de população indígena.

### 3 – Os anos da apreensão (1950-1958)

---

*“São tempos apocalípticos os nossos, época de regressão ou de transição violenta em que se abalam os alicerces antigos antes do estarem abertos ou consolidados aqueles em que se supõe dever assentar a cidade nova. De tão grandes convulsões sentem-se repercutir os efeitos tanto nas grandes massas como no escol social. A consciência da insegurança do que há mais caro ou mais necessário na vida - ideias e afectos, sociabilidade e ordem, instituições e bens - criou nos espíritos um estado de insatisfação, de angústia, de ansiedade.”<sup>143</sup>*

Oliveira Salazar discursando na sessão inaugural do III Congresso da União Nacional a 22 de novembro de 1951

Este capítulo começa com um ponto dedicado à caracterização do aumento das tensões internacionais e da escalada armamentista levada a cabo por ambos os blocos, com consequências para uma Europa ocidental que dava os primeiros passos na construção Europeia; de seguida, caracteriza-se o período de estabilidade legislativa ao longo destes 8 anos para a Bélgica, enquanto se solucionava a Questão Real e se entrava na segunda Questão Escolar; o último ponto de contextualização aborda o aumento da oposição ao colonialismo europeu e o declínio relativo das potências europeias.

O quarto ponto, que, mais uma vez, ocupa grande parte do capítulo, dedica-se aos contactos luso-belgas no plano colonial ao longo da década de 50: inicia-se pela visão do topo da política portuguesa – nomeadamente, Oliveira Salazar – antes de se avançar para a ação dos três cônsules de Léopoldville neste período; de seguida, aborda-se a internacionalização da política colonial belga e portuguesa em palcos como as Nações Unidas, a CCTA e as Conversas Quadripartidas, antes de se analisar as visitas recíprocas das autoridades coloniais lusas e belgas a Angola e ao Congo, bem como a questão dos investimentos belgas na economia angolana na década de 50; analisa-se depois a intensificação da colaboração militar entre os dois países em África, seguindo-se para a política belga para o Congo e o impacto que teve nas autoridades portuguesas e para a atenção redobrada

---

<sup>143</sup> Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, 744.

que é dada à opinião pública neste período. O último tema abordado é a questão da desestabilização do Congo belga e do temor que começa a gerar nas autoridades portuguesas, finalizando o capítulo, mais uma vez, com uma secção analítica das temáticas abordadas.

### **3.1. – Desde a escalada, rumo ao confronto**

Apesar de anteceder momentos altamente marcantes da Guerra Fria, como a eleição de John F. Kennedy e o seu assassinato, a invasão da Baía dos Porcos e a Crise dos Mísseis de Cuba e o início do período de desanuviamento e *détente*, os anos 50 do século XX não deixam de ser estruturais para estabelecer as bases do bipolarismo geopolítico que se manterá até 1991. O final da presidência de Truman e a presidência de Eisenhower, a Guerra da Coreia, a morte de Estaline, o início do processo de Construção Europeia e o acelerar da descolonização contribuíram para a consolidação dos blocos e para o domínio incontestável da URSS e dos EUA, apesar do terceiro-mundismo e de outras dinâmicas.

O culminar de tensões ideológicas inseridas num sistema geopolítico propício dá azo ao primeiro conflito aceso entre duas forças, com intervenção mais ou menos direta de ambos os blocos, da Guerra Fria – a 25 de junho de 1950, as forças militares norte-coreanas atravessam o 38.º Paralelo, dando início à Operação Pokpung. A península coreana é, nos próximos três anos, arrasada por um conflito bélico cujas ramificações se sentem ainda no presente.

Um pouco por todo o bloco ocidental, a Guerra da Coreia tem consequências de forma mais ou menos direta. Davido à limitação do escopo da tese, não se trata aqui das questões da reconstrução e do “milagre económico” europeus, mas privilegia-se os efeitos que o conflito teve na militarização norte-americana e na europeia. A crise que inaugura a década de 50 é vista como um *hotpoint* perfeitamente enquadrado na Guerra Fria a nível de reação internacional – Truman considera-a como uma agressão comunista, sendo necessária uma resposta proporcional capaz de manter a influência norte-americana na Ásia, motivando a mobilização da ONU, em cujo contingente serão incluídas tropas europeias: mais de 3.000 belgas voluntariam-se para incorporar o Corpo de Voluntários para a Coreia, com unidades guarnidas por belgas a permanecerem na península até 1955. Na Europa ocidental, o sentimento anticomunista intensifica-se, apesar de não atingir o grau de bmaniqueísmo que distinguiu o McCarthyismo dos Estados Unidos, mas não há uma

mobilização social notável a favor de nenhum dos lados em confronto. Os orçamentos militares, no entanto, não regressaram aos níveis que antecedem o conflito, sendo palpável a “militarização do conflito à escala global” e a intensificação da integração militar ocidental através da NATO.<sup>144</sup>

O investimento na militarização e a intensificação da corrida às armas teve o seu efeito mais visível no desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins bélicos. O monopólio nuclear norte-americano é quebrado pela União Soviética em 1949, motivando o desenvolvimento da bomba de hidrogénio, com mais capacidade destrutiva, como tentativa de manter a superioridade estratégica – em 1952, os EUA testam a sua primeira bomba termonuclear, acompanhados pelos soviéticos nos anos seguintes. Tanto Truman, como o seu sucessor, o general Eisenhower, e o próprio sucessor de Estaline, Nikita Krushev, percebem a dimensão frágil do “emerging balance of terror” entre as duas superpotências. A Guerra Fria, no entanto, impõe-se aos líderes políticos – a política de coexistência pacífica defendida por Krushev na Europa ao longo da década de 50 não impede a multiplicação do número de ogivas nucleares nos arsenais de ambos os países, e a consciência que Truman e Eisenhower têm do poder destrutivo da nova arma não é suficiente para travar a adoção da doutrina de “retaliação nuclear massiva” contra qualquer ataque ao ocidente, alimentada pelo investimento no arsenal nuclear norte-americano através da política “New Look”.<sup>145</sup>

Não é apenas em número que as ogivas nucleares se multiplicam, no entanto. Os sistemas de transporte desta arma multiplicam-se: as bombas transportadas por bombardeiros aéreos, tais como as que destruíram Hiroshima e Nagasaki, passam a ser acompanhadas por bombas lançadas por mísseis balísticos de alcance variável em bases terrestres ou através de submarinos, formando a “triade” nuclear. Na década de 50, as duas principais potências europeias, apercebendo-se do papel fundamental que a posse de ogivas nucleares possui para a obtenção ou manutenção de estatuto internacional, também se preocupam em obter esta nova arma – em 1952, a Grã-Bretanha testa a sua primeira arma atómica (apesar de ter dificuldades em acompanhar o ritmo dos desenvolvimentos), e a

---

<sup>144</sup> Ministério da Defesa Nacional da República da Coreia, *The History of United Nations Forces in the Korean War*, 3:55–123; Westad, *A Guerra Fria*, 183, 190–91, 195–96.

<sup>145</sup> Westad, *A Guerra Fria*, 240–42; Hunt, *The World Transformed*, 157, 161–63.

França junta-se ao leque de potências nucleares em 1960, após iniciar o seu programa de desenvolvimento em 1954.<sup>146</sup>

Entretanto, na Europa ocidental, a reconstrução do pós-guerra transformava-se num chamado milagre económico. O *Wirtschaftswunder* alemão é o caso mais emblemático, mas também a França, os países do Benelux e da Escandinávia e a Itália também verificam taxas de crescimento económico substanciais que permitem a criação dos Estado-providência e a implementação de políticas de economia híbrida pelos partidos democratas-cristãos e social-democratas que ocupam lugares de rotativismo político. O comunismo, por sua vez, deixará de ser uma ameaça relevante nos países da Europa ocidental, excetuando na Itália. Tudo isto alimentado pelo apoio norte-americano, uma vez que as sucessivas presidências se apercebem das vantagens em ter uma Europa ocidental estável alinhada com a sua política internacional.<sup>147</sup>

Parte dessa estabilidade, no entendimento americano, advém da necessidade de cooperação e integração dos mercados europeus, particularmente do mercado francês e do mercado alemão. As tentativas da criação da Comunidade Europeia de Defesa são goradas por oposição francesa e a NATO mantém-se como a principal aliança na Europa ocidental, com a Alemanha federal a juntar-se em 1955 após o seu rearmamento, mas é através da economia que a construção europeia se inicia verdadeiramente. Já o Plano Marshall tinha exigido a cooperação entre europeus através da OECE, mas é com a criação da CECA e os inícios do mercado comum, em 1951 que a coesão europeia em geral, mas, particularmente, a neutralização das tensões franco-alemãs, são asseguradas. Em 1956, um comité liderado por Henri Spaak apresenta as propostas que formam a base do Tratado de Roma, criador da Comunidade Económica Europeia.<sup>148</sup>

### 3.3. – A Bélgica tenta regressar à normalidade

O período respetivo a este capítulo é, na Bélgica, um período de estabilidade política assinalável. Com atos eleitorais legislativos a 4 de junho de 1950 e 11 de abril de 1954, nestes oito anos, os belgas são governados por três governos distintos: os dois primeiros, saídos do parlamento eleito em 1950, são governos católicos homogéneos – um

---

<sup>146</sup> McIntyre, «The Development of Britain's Megathon Warheads», 6–36; Regnault, «France's Search for Nuclear Test Sites, 1957-1963»; Hunt, *The World Transformed*, 162; Westad, *A Guerra Fria*, 230.

<sup>147</sup> Westad, *A Guerra Fria*, 225–27, 234–35.

<sup>148</sup> *Idem*, 230–33.

chefiado por Pholien entre 1950 e 1952, o outro chefiado por Jean van Houtte<sup>149</sup>, entre 1952 e 1954; da composição parlamentar eleita em 1954 é nomeado um governo de coligação socialista-liberal, encabeçado por van Acker<sup>150</sup>, que se mantém em funções até às eleições de 1958. Apesar de Dujardin e Dumoulin considerarem este um período de estabilidade governamental, não só se mantêm pendentes questões por resolver desde o final da II Guerra, nomeadamente a Questão Real, como voltam a surgir focos de instabilidade e debate na sociedade belga com consequências na vivência política.<sup>151</sup>

Os católicos, sob a forma do PSC, mantêm-se preponderantes na região flamenga, com menos influência na zona circundante de Bruxelas e Anvers. Os socialistas, por sua vez, são mais fortes na Valónia, com os comunistas a terem grande parte da sua força nas mesmas regiões, apesar de serem menos significativos. Há mais dificuldade em associar os liberais a regiões específicas, repartindo-se de forma mais equitativa pelo país. Entre 1950 e 1954, é visível a perda de mandatos no parlamento por parte dos católicos que permitiu uma solução de coligação entre socialistas e belgas no governo, apesar de se manterem o partido mais votado. O próprio sistema eleitoral belga é favorável à rotatividade de depois partidos no poder, penalizando os partidos com piores resultados, num misto de proporcionalidade e incentivo à estabilidade parlamentar.<sup>152</sup>

A Questão Real na sua fase final põe em perigo a própria unidade belga, além do efeito desestruturante que exerce sobre o principal partido monárquico (o PSC). As eleições de junho de 1949 resultam num governo católico efêmero que, em coligação com os liberais, organiza um referendo ao regresso de Leopoldo ao país em 12 de março de 1950. O monarca obtém 57,68% dos votos favoráveis, mas sem conseguir evitar grande instabilidade – se na Flandres mais de 72% são favoráveis ao seu regresso, em Bruxelas a percentagem diminui para cerca de 48% e na Valónia para cerca de 42%. Um resultado que evidencia bastante a divisão entre as regiões quanto à figura régia, mais reforçada ainda quando Leopoldo regressa ao Palácio de Laeken em julho, com tumultos na Valónia. A vitória do PSC nas eleições antecipadas de 1950 não é suficiente para robustecer

---

<sup>149</sup> Jean Marie Joseph van Houtte (1907-1991) foi um político católico belga que ocupou a pasta das Finanças por três governos distintos, intervalando com um mandato enquanto primeiro-ministro entre 1952 e 1954.

<sup>150</sup> Achille Van Acker (1898-1975) foi um político socialista belga. Tendo um papel fundamental na criação do Estado-Providência na Bélgica, desempenhou a função de primeiro-ministro durante três mandatos (1945-1946, 1946 e 1954-1958).

<sup>151</sup> Dujardin e Dumoulin, *L'union fait-elle toujours la force?*, 11.

<sup>152</sup> *Idem*, 12–14.

o partido – Jean Duvieusart, um valão, é escolhido para chefiar um governo que dura apenas 69 dias, derrubado pela instabilidade que resulta do levantamento das limitações ao poder do rei pelas duas câmaras parlamentares. Os conflitos subsequentes entre a facção de Pholien, por um lado, e a de Van Zeeland<sup>153</sup> põem em causa a própria integridade do PSC chegada a altura de escolher seu sucessor e forçam uma solução de compromisso: Pholien lidera um governo escolhido principalmente por van Zeeland.<sup>154</sup>

Leopoldo III, pela sua parte, reconhece que a situação é insustentável após a intervenção da Confederação Nacional de Presos Políticos e Seus Direitos: a sua permanência no trono belga arrisca a secessão da Valónia. A 1 de agosto de 1950, anuncia a sua abdicação da Coroa na pessoa do Príncipe Real Badouin, seu filho, em quem são delegadas as prerrogativas constitucionais régias por uma lei de 11 agosto. A abdicação é consumada formalmente no ano seguinte, com Badouin a ser jurado Rei dos Belgas a 17 de julho de 1951.<sup>155</sup>

Há várias linhas de força identificáveis nos dois governos católicos da legislatura saída das eleições de 1950. Desde logo, o governo de Pholien é responsável por um aumento das despesas na Defesa, justificado com a Guerra da Coreia e o aumento da instabilidade internacional. Além disso, também aposta na reconciliação nacional através do novo monarca, de modo a ultrapassar a clivagem crescente entre a Flandres mais conservadora e a Valónia mais radical. O nível de vida mantém-se como uma grande preocupação dos governos belgas ao longo da década de 50, temendo o agudizar de tensões sociais numa altura em que o sentimento anticomunista atravessava a sociedade belga, com a perseguição e ostracização dos funcionários públicos ligados ao partido comunista belga. Quando Pholien é substituído por van Houtte, os assuntos económicos mantêm-se no cimo das preocupações do novo governo, acompanhados, no entanto, pelo aumento do tempo de serviço militar obrigatório e pelos rastilhos de uma nova Questão Escolar.<sup>156</sup>

Esta segunda Questão Escolar belga é reflexo das divisões sociais profundas a que já foram aludidas aquando da questão real. A expansão do ensino estatal e os debates entre a sua secularização ou reforço do confessionalismo marcam as legislaturas de 1950-54 e

---

<sup>153</sup> Paul van Zeeland (1893-1973) foi um político católico belga. Foi primeiro-ministro na década de 30, tendo de enfrentar a agitação rexista e acabando como um dos exilados em Londres. Após a II Guerra Mundial, foi ministro dos Negócios Estrangeiros de diversos governos entre 1949 e 1954.

<sup>154</sup> Dujardin e Dumoulin, *L'union fait-elle toujours la force?*, 14–16; Mabilie, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*, 254–55.

<sup>155</sup> Mabilie, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*, 255.

<sup>156</sup> Dujardin e Dumoulin, *L'union fait-elle toujours la force?*, 20–37.

de 1954-58, opõem os católicos, partidários da liberdade do confessionalismo no ensino, e os liberais, socialistas e comunistas, defensores da secularização e do anticlericalismo. A intensificação progressiva do conflito ao longo da década de 50, com a troca da política de aumento das subvenções ao ensino católico pelos governos do PSC para uma política de criação de mais estabelecimentos de ensino estatais do governo socialista-liberal, que investe grande parte do seu capital político interno neste esforço. A Questão fecha-se apenas em 1958, com novas eleições e um novo governo católico, levando ao Pacto Escolar que é tipificado posteriormente pela lei de 29 de maio de 1959.<sup>157</sup>

Do ponto de vista externo, a Bélgica intensifica a sua participação nos organismos internacionais. Como já foi referido, um contingente belga integra a coligação internacional das Nações Unidas que combate na Coreia e o Congo belga será fornecedor de matérias-primas importantes, além da própria indústria de armamento se desenvolver com o aumento das despesas militares. Fundadora da NATO, a Bélgica permanecerá integrada na aliança ocidental e é uma das proponentes da standardização dos equipamentos militares e da união dos comandos.<sup>158</sup>

Mais importante na década de 50 é, no entanto, o papel desempenhado pela Bélgica na construção europeia. A união económica do Benelux já serve de exemplo das vantagens que a união dos pequenos mercados europeus, dando-lhes escala e complementaridade, acompanhada pelas exigências da OECE na administração dos fundos do Plano Marshall. A 18 de abril de 1951, a Bélgica acompanha os países que assinam o Tratado de Paris de onde resulta a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a já referida antecessora direta da Comunidade Económica Europeia – a oposição interna não é suficiente para impedir a ratificação do tratado nas câmaras parlamentares. O tratado de 27 de maio de 1952, que visa criar a Comunidade Europeia de Defesa, também é votado favoravelmente pelos parlamentares belgas, apesar dos esforços de uma união militar europeia acabarem gorados na França. Henri Spaak é identificado como um dos primeiros belgas a identificar o interesse de abdicar parte da soberania numa união com os restantes estados europeus ocidentais para melhor resistir às pretensões das grandes potências,

---

<sup>157</sup> Mabile, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*, 256–57; Dujardin e Dumoulin, *L'union fait-elle toujours la force?*, 42, 52–77. Estas clivagens acentuadas levam a que Martin Conway questione, em Conway, «Belgium's Mid-Twentieth Century Crisis: Crisis of a Nation-State?», se a Bélgica enquanto conceito de estado-nação terá entrado em crise - ao longo da década de 60, com a adoção do federalismo, a Bélgica entrou em desintegração progressiva, com problemas em torno da sua identidade nacional, das suas estruturas políticas inadequadas e do fim da cultura de poder partilhada pelas diversas elites da sociedade.

<sup>158</sup> Dujardin e Dumoulin, *L'union fait-elle toujours la force?*, 25–26.

desempenhando um papel importante enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1954 e 1957 e gerindo a integração da Bélgica nas instituições europeias e no bloco ocidental com van Zeeland, que ocupa a pasta de 1949 a 1954.<sup>159</sup>

### 3.3. – O cerco intensifica-se, a descolonização inicia-se

O historiador Michael Hunt identifica três padrões gerais de processos de descolonização, na África subsariana, observáveis nos anos 50 e 60: o padrão da descolonização favorecido pelos britânicos, o padrão da descolonização favorecido pelos franceses e o padrão do conflito armado. Enfrentando a inevitabilidade da desagregação do seu império colonial em África, Hunt argumenta que as autoridades britânicas adotaram uma atitude de negociação e colaboração com as elites locais para manter a sua influência mesmo após a independência, acabando por criar a *Commonwealth*. Quanto aos franceses, o autor argumenta que a sua tónica na assimilação, que criasse uma ligação permanente à metrópole, culminou em processos de independência apressados na África Equatorial Francesa, oferecendo a escolha da manutenção de laços através da *Communauté Franco-Africaine* ou a rutura total. Um terceiro caminho, que será não só o português, mas também o sul-africano e o rodesiano, consiste em conflitos prolongados com os movimentos independentistas, acabando na derrota das potências coloniais. Apesar de ser necessariamente simplista (a Grã-Bretanha também travou conflitos armados, por exemplo, no Quênia), este quadro interpretativo oferece ferramentas úteis na interpretação dos esforços belgas no Congo e na atitude adotada pelos portugueses face à progressiva perda de controlo da Bélgica nos seus territórios africanos.<sup>160</sup>

A conceptualização de Valentim Alexandre, quanto aos padrões de descolonização, não se encontra longe daquela que é feita por Hunt: os britânicos optam pela opção de desenvolver o autogoverno em várias das suas colónias, para melhor conservar a sua influência, formando elites qualificadas; a França flutua entre a associação e a assimilação dos territórios coloniais à metrópole até meados da década, quando a evolução dos eventos a força a adotar uma política de associação através da Comunidade Francesa; e a Bélgica é identificada como a terceira via, com a ausência de reformas significativas até ao

---

<sup>159</sup> Mabile, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*, 267–69; Dujardin e Dumoulin, *L'union fait-elle toujours la force?*, 25–27, 29–31.

<sup>160</sup> Hunt, *The World Transformed*, 264. Este autor também identifica o pós-guerra imediato como o momento de início da grande movimentação africana para a independência, mas reconhece a centralidade do final da década de 50 e da década de 60 em África no âmbito da desagregação dos impérios europeus.

estalar da instabilidade em 1959. Os exemplos portugueses e rodesianos são postos de lado por Valentim Alexandre, que não os identifica como um padrão de descolonização na obra em questão.<sup>161</sup>

A França e a Grã-Bretanha movimentavam-se em tentativas de manter o seu estatuto de grandes potências com autonomia estratégica. No Médio Oriente, a Grã-Bretanha lidera a oposição ao nacionalismo de Mohammed Mossadegh, que tem como objetivo nacionalizar a indústria petrolífera e acabar com as condições de trabalho precárias dos locais e a exportação de grande parte dos lucros advindos dos recursos naturais iranianos. Com a transição de Truman para Eisenhower, os americanos associam-se à Grã-Bretanha e derrubam o primeiro-ministro iraniano, instalando o xá pro-ocidental como governante autoritário.<sup>162</sup>

Westad considera que foi este intervencionismo ocidental nos processos de desagregação dos impérios europeus que resultou no terceiro-mundismo e no eventual movimento dos Não-Alinhados, surgidos da Conferência Afro-Asiática de 1955, em Bandung, com figuras como Sukarno e Nehru, mas também o líder egípcio Nasser, a obterem cada vez mais prestígio internacional em diversas regiões e a dinamizarem movimentos de independência que procuram emular os seus percursos nacionais. O ativismo anticolonial surgido no início do século XX encontra agora enquadramento geopolítico internacional nessas figuras e nos seus países, com desenvolvimentos filosóficos notáveis e consequências reais no chamado Terceiro Mundo, depois da derrota francesa na Indochina e os subsequentes terremotos no norte de África, com territórios como a Tunísia e Marrocos a atingirem a soberania.<sup>163</sup>

Após Mossadegh, o próximo grande foco de conflito da década de 50, de forma bastante mais grave, será com Nasser. O canal do Suez, construído no século XIX para diminuir a distância de viagem entre a Europa e o Oriente, mantém-se sob controlo anglo-francês, gerando tensões com o nacionalismo árabe de Nasser, cioso de aumentar os rendimentos que entendia caber ao Egito através da exploração do Canal. Em julho de 1956, goradas as negociações sob a égide norte-americana, os egípcios ocupam o canal do Suez. A França, em conjunto com Israel e a Grã-Bretanha, arquiteta o Protocolo de Sevres: Israel invade o Sinai, criando pretexto para a intervenção militar anglo-francesa, que tem

---

<sup>161</sup> Alexandre, *Contra o Vento*, 63–70.

<sup>162</sup> Westad, *A Guerra Fria*, 284–85; Vaisse, *As Relações Internacionais desde 1945*, 64.

<sup>163</sup> Westad, *A Guerra Fria*, 286–87, 361–62; Vaisse, *As Relações Internacionais desde 1945*, 77–78.

sucesso militar, mas fracassa no plano político. Eisenhower recusa-se a apadrinhar a intervenção anglo-francesa, alienada dos norte-americanos e ameaçada por uma intervenção soviética a favor do Egito. O facto da Grã-Bretanha e da França serem forçadas a retirar, apesar da sua vitória militar, é a prova de que as potências europeias perderam a sua autonomia estratégica.<sup>164</sup>

A crise do Suez e o seu desfecho tem um duplo efeito. Por um lado, como já foi referido, revela a dependência dos europeus face aos Estados Unidos em qualquer tipo de iniciativa geoestratégica. Por outro lado, confirma a necessidade de reorientar os interesses para o continente europeu, influenciável de forma mais direta, e acelerou a descolonização do continente asiático e africano – a França retira-se da Indochina em 1954, conforme já foi referido, emaranha-se na Argélia até ao regresso de De Gaulle ao poder e enfrenta movimentos de independência no Senegal, no Madagáscar e no Taiti; a Grã-Bretanha, como também já se referiu, preocupa-se com preparar o desfecho dos processos de independência para que lhes seja o mais favorável possível, mas não consegue evitar conflitos armados como a Revolta dos Mau-Mau ou a Emergência na Malaia.<sup>165</sup>

Na África subsariana, o primeiro território foi o Gana, através de um movimento liderado por Kwame Nkrumah. Nkrumah regressa à então Costa de Ouro britânica em 1947, administrada pela colaboração entre o funcionalismo colonial britânico e chefaturas locais, elites económicas e uma classe média urbanizada. Esta elite favorece o padrão de independência gradual, através da Convenção Unida da Costa de Ouro, mas vê as suas ambições goradas pelo Partido da Convenção Popular liderado por Nkrumah, que reivindica a independência imediata e vai politizando e mobilizando cada vez mais a população. Mais importante do que os esforços britânicos para evitar um conflito prologando com Nkrumah e a aceleração da independência do Gana para 1957, integrando-o na *Commonwealth*, é a exploração de um tipo de socialismo africanista e nacionalista por Nkrumah, procurando autonomizar-se da influência do ocidente através do desenvolvimento económico local, e a sua defesa do pan-africanismo e da colaboração e união dos movimentos nacionalistas subsaarianos – a sua expressão mais visível é a fundação da Organização de Unidade Africana (1963), que nunca resultou na criação de uma entidade

---

<sup>164</sup> Westad, *A Guerra Fria*, 287–92; Vaïsse, *As Relações Internacionais desde 1945*, 78–81; Para os detalhes do Protocolo e a própria centralidade da França na defesa do recuso à força armada, vd. Shlaim, «The Protocol of Sèvres, 1956».

<sup>165</sup> Westad, *A Guerra Fria*, 290–94; Vaïsse, *As Relações Internacionais desde 1945*, 81; Peden, «Suez and Britain's Decline as a World Power», 1073–75.

política supranacional coesa, mas sobrevive até aos dias de hoje. Naquilo que é identificado por Valentim Alexandre como um movimento padrão, ao qual o Congo belga não permanece imune, o Gana também se insere num movimento de “contaminação” em que a independência de um território vizinho fomenta movimentações nacionalistas nas colónias que lhe são vizinhas.<sup>166</sup>

### **3.4. – Contactos luso-belgas nos anos de apreensão**

#### *As ligações luso-belgas na década de 50 vistas pelo topo da política portuguesa*

Se a década de 50 é marcada pela intensificação do cerco ao colonialismo, conforme várias das antigas colónias europeias vão atingindo o patamar da independência e potências como a Índia reforçam as suas investidas diplomáticas, nem o império belga, nem o império português vão atravessar a década incólumes. Em certa medida, e como será evidenciado, além das alterações significativas levadas a cabo no Congo belga e, mais ligeiramente, em Angola, também são identificáveis novos tipos de contactos entre Portugal e a Bélgica no plano colonial – seja através das organizações internacionais, seja através do firmar de acordos de cooperação militar, seja através de visitas mútuas – e a intensificação de alguns anteriores.

Neste período, para Oliveira Salazar, identifica-se a importância que a questão da integração europeia e do europeísmo assumem para o seu pensamento político, sobrevivendo uma resposta que endereça a Vieira Leitão, a 5 de março de 1953, a propósito de uma conversa entre este e van Zeeland. Salazar reflete longamente sobre os vários aspetos do federalismo europeu, inclusive os efeitos que produz na questão colonial e qual a relação que estabelece com os territórios administrados por europeus em África. O presidente do conselho afirma que alguns sectores defendem a abertura dos territórios ultramarinos “às populações e comércio de alguns Estados Europeus”, identificando a Alemanha e a Itália como as potências que beneficiariam disso, enquanto a França e a Bélgica sairiam prejudicadas. Quanto à Grã-Bretanha, a sua posição de colaboração sem integração é vista por Salazar como inteligente e benéfica a Portugal, servindo como “um factor de equilíbrio entre os Estados Unidos da América em que a Alemanha seja o elemento preponderante.” Termina a sua resposta a Vieira Leitão rejeitando qualquer tipo de política favorável ao europeísmo, tomando Angola, Moçambique e o Brasil como os

---

<sup>166</sup> Hunt, *The World Transformed*, 265–70; Alexandre, *Contra o Vento*, 362, 366–67.

territórios que são benéficos àquilo que considera a “feição atlântica” portuguesa, tal como a América Latina se apresenta mais favorável à Espanha franquista.<sup>167</sup>

De facto, se, para Portugal, um dos impedimentos à sua entrada na futura CEE foi a existência do Pacto Colonial/”Espaço Económico Português” e reservas sobre o enfraquecimento da soberania portuguesa nos territórios coloniais (além da óbvia incompatibilidade do regime político com os princípios democráticos consagrados no Tratado de Roma), para a Bélgica, a existência de territórios não-autónomos não a impediu de ser um dos países motores para a integração europeia. No entanto, André Dequae<sup>168</sup>, ministro das Colónias, confessa ao embaixador português, no início de 1954, ser notável o desejo belga de manter o Congo fora da interligação e integração dos variados mercados europeus – elenca, aliás, os dois principais países europeus sem espaços coloniais, Alemanha e Itália, como os principais proponentes da integração das economias coloniais nos projetos de aproximação europeia. Os alemães, afirma, têm aumentado a sua influência no Congo, abrindo um consulado em Leopoldville e nomeando como seu responsável um experiente *lobbyista* comercial – as suas afirmações parecem ir ao encontro da carta que Salazar endereça a Vieira Leitão em março do ano anterior.<sup>169</sup>

#### *As autoridades consulares portuguesas em Leopoldville*

Enquanto, no plano metropolitano, Vieira Leitão se mantém no posto de Bruxelas muito após a independência do Congo belga, sobrevivendo a sucessivos governos e terminando a sua carreira diplomática quase em simultâneo com a substituição de Oliveira Salazar, os cônsules portugueses em Leopoldville foram sido alterados ao longo do tempo, com o posto a ser ocupado por três indivíduos distintos no período em relevo neste ponto. Novais Machado, que continua no posto até 1952, mantém as queixas já feitas pelo seu antecessor, Armando Martins, poucos anos antes. As condições materiais da representação diplomática portuguesa no Congo belga, território em processo de mudança e

---

<sup>167</sup> Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 34, Pasta 1, carta de Oliveira Salazar a Vieira Leitão de 5 de março de 1953.

<sup>168</sup> André Dequae (1915-2006) foi um político católico belga que ocupou diversas pastas governamentais, entre as quais a das Colónias entre 1950 e 1954.

<sup>169</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 23, Prateleira 1, Maço 1235, ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 9 de janeiro de 1954. Pelo ofício de Manuel Rocheta ao chefe de gabinete do ministro do Ultramar, nota-se que Dequae elenca Portugal e a Grã-Bretanha enquanto exemplos de países que procuraram manter os seus territórios africanos afastados de qualquer tipo de iniciativa de integração europeia, eliminando os benefícios de integração dos territórios africanos administrados pela Bélgica e pela França – Arquivo Histórico Diplomático, Sala 15, Maço 13654, ofício de Manuel Rocheta ao chefe de gabinete do ministro do Ultramar de 16 de novembro de 1953.

evolução no que a política indígena e desenvolvimento económico diz respeito, continuam muito aquém daquilo que é expectável. Estando a Bélgica e o Congo a encetar uma aproximação a Portugal e às autoridades coloniais em Angola, Novais Machado considera repreensível que, comparado a tempos anteriores, o consulado em Leopoldville esteja dotado de menos recursos num período em que as relações com a Bélgica em África, e a própria manutenção dos espaços imperiais europeus como fonte de autonomia estratégica, assumiam cada vez mais importância.<sup>170</sup>

Novais Machado reivindica, portanto, uma expansão da diplomacia portuguesa no Congo belga, à semelhança das ações levadas a cabo por norte-americanos, holandeses, ingleses, franceses e suíços, voltando a abrir-se uma instalação consular em Elisabethville e, fora da colónia belga, em Brazzaville, refletindo a importância que a região da África Central se reveste para Portugal. Por consequência, a desejada aproximação entre os dois estados operar-se-ia através das autoridades em Luanda e Leopoldville, descentralizando certas temáticas da alta política nas capitais metropolitanas.<sup>171</sup>

Pelos relatórios mensais elaborados pelo consulado, nota-se que um dos objetivos dos seus funcionários – o de se tornar num centro de recolha de informação sobre os acontecimentos internacionais naquilo que respeita ao colonialismo – estava efetivamente a ser concretizado: nestes relatórios, conta-se com a recolha e exposição de informação não só aos acontecimentos no Congo belga, mas também na África Equatorial Francesa, tomadas políticas de partidos como o *Labour* britânico ou posições assumidas por Foster Dulles. Não é clara, no entanto, a importância atribuída pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo governo português a estes relatórios, cuja presença no Arquivo Histórico Diplomático é marcada pela ausência de vários dos seus números, não sendo possível obter uma análise sistematizada completa.<sup>172</sup>

Esta figura acaba substituída, como já foi referido, em 1952, por Vasco Futscher Pereira<sup>173</sup>, que se manterá no cargo durante aproximadamente quatro anos. Uma das

---

<sup>170</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 21, Prateleira 7, Maço 1173, ofício de Novais Machado ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 17 de agosto de 1950.

<sup>171</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 21, Prateleira 7, Maço 1173, ofício de Novais Machado ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 17 de agosto de 1950.

<sup>172</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 23, Prateleira 1, Maço 1235, relatório político mensal n.º 12 (1 a 31 de agosto de 1954) do consulado geral de Portugal no Congo belga.

<sup>173</sup> Vasco Luís Caldeira Coelho Futscher Pereira (1922-1984), formado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade de Coimbra, foi um diplomata português que desempenhou funções em diversas instalações diplomáticas portuguesas; sucedeu a Novais Machado como cônsul em Leopoldville em 1952, mantendo-se nesse posto até 1956.

antigas reivindicações dos diplomatas portugueses em Leopoldville aparenta estar em resolução a meio do seu mandato – um novo edifício destinado à representação diplomática em Leopoldville encontra-se em construção no início do seu mandato, apesar do novo cônsul lamentar que as previsões mais otimistas preveem a sua conclusão apenas em junho do 1955 e que a inscrição da obra no orçamento de Angola não incluía a aquisição de mobília. À semelhança do seu antecessor, Futscher Pereira tem a preocupação de estabelecer ligações com o governo-geral de Angola para se inteirar das suas dinâmicas políticas, sociais e económicas, para melhor defender os seus interesses, conforme reconhece ser uma das principais funções do seu posto diplomático. O seu cuidado com a intensificação das ligações entre as duas administrações coloniais é claro – além de defender o convite a jornalistas belgas durante a visita de Craveiro Lopes a Angola, também pugna pela vinda de funcionários do governo-geral belga “para que visitem a nossa província e possam ali observar o que estamos fazendo nos sectores das suas especialidades respectivas.”<sup>174</sup>

O mandato de Futscher Pereira não é isento de dissidências com o governo-geral angolano, salientando-se o caso da intencionada supressão dos programas portugueses na Rádio Congo Belga por motivos financeiros: o consulado considerava-a prejudicial à comunidade portuguesa, o governo-geral concordava com a sua supressão devido à ausência de controlo das autoridades de Portugal sobre os seus conteúdos, acabando por forçar a intervenção dos Negócios Estrangeiros e da Emissora Nacional. Dissidências de semelhante natureza não foram identificadas, ao longo da investigação, durante os mandatos dos seus antecessores já mencionados. Com a saída de Futscher Pereira do consulado de Leopoldville em 1956, o posto é assumido por Siqueira Freire<sup>175</sup> a 15 de maio desse ano. Será, de maneira geral, um cônsul com as mesmas preocupações que os seus antecessores, apesar de não haver registo de ser um indivíduo tão reivindicativo como Novais Machado ou conflituoso como o homem que substituiu.<sup>176</sup>

---

<sup>174</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 43, Prateleira 4, Maço 2269, ofício de Futscher Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 28 de fevereiro de 1954.

<sup>175</sup> António José Aniceto de Siqueira Freire (1918-1999), formado em Direito pela Universidade de Lisboa, foi um diplomata português que entrou para a carreira em 1942, ocupando postos em Leopoldville, Beirute, Genebra e Paris.

<sup>176</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 38, Prateleira 1, Maço 1963, ofício de Manuel Rocheta ao presidente da direção da Emissora Nacional de 3 de dezembro de 1953, ofício de Manuel Rocheta ao cônsul de Portugal em Leopoldville de 30 de novembro de 1953, informação de serviço de Macedo Pinto de 23 de maio de 1953, ofício de Futscher Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 12 de maio de 1953.

No início da década de 50, Vieira Leitão considera que a política “de extrema moderação” assumida pela Bélgica em relação ao movimento anticolonial redundou no fracasso e que o governo católico chefiado por Van Houtte enceta a sua mudança – desde logo, defendendo-se da utilização do artigo 73.º da Carta da ONU ao acusar potências como a Rússia e o Brasil, mas também os próprios Estados Unidos e a Austrália, firmemente ocidentais, de serem seletivos no desejo da sua aplicação – também estes administram populações indígenas e procuram escapar à supervisão internacional. O ministro informa que o governo de Van Houtte admite que isto não trará a investida contra as potências coloniais europeias, mas causará desconforto suficiente nos seus aliados ocidentais – os verdadeiros alvos desta política – para a aliviar. Esta mudança política é feita a dois níveis – o primeiro, na própria ONU e nos seus organismos, e o segundo, nos esforços de diplomacia pública belga, dando continuidade ao desejo de influenciar a opinião pública norte-americana iniciado durante a II Guerra Mundial.<sup>177</sup>

Esta diplomacia pública e a própria relação dos norte-americanos com a política colonial belga tornam-se numa das preocupações da embaixada de Portugal em Washington, conforme se verifica no ofício de Luís Esteves Fernandes em meados de 1952. Fernandes assume uma posição crítica perante o anticolonialismo público norte-americano: estes criticam a administração das colónias pelos europeus quando estes não encetam reformas que procuram o melhoramento do seu nível de vida, nomeadamente as condições sanitárias e a política educativa, e garantem a sua autonomia política cada vez mais progressiva.<sup>178</sup>

O interesse da embaixada portuguesa em Washington pela perceção pública que a imprensa norte-americana cria do Congo belga é notório e salientam a publicação de um artigo lisonjeiro no *New York Times*, que gaba os resultados da colonização belga em África. William S. White, seu correspondente escrevendo de Leopoldville, considera os indígenas “well paid and happy under enlightened colonial administration”. A ligação não é reconhecida pela embaixada portuguesa, mas parece seguro afirmar que o artigo se insere na linha política de diplomacia pública belga, conscientemente ou não – a

---

<sup>177</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira 1, Maço 1037, Ofício de 14 de Vieira Leitão para o ministro dos Negócios Estrangeiros de 14 de junho de 1952. Gerits, «‘Défendre l’oeuvre que nous réalisons en Afrique’», 68–74.

<sup>178</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira 1, Maço 1037, Ofício de Esteves Fernandes para o ministro dos Negócios Estrangeiros de 19 de maio de 1952.

apresentação do Congo como uma colónia modelo, com pagamentos substanciais para os indígenas que alimentam a sua economia e um sentido de paternalismo benévolo dos seus patrões europeus, que lhes garantem uma qualidade de vida aceitável. O Congo, além disso, é apresentado como uma fonte de minérios, em especial o urânio, para os EUA. Nota curiosa – White rejeita semelhanças entre o Congo e o estado *apartheid* que se começava a desenhar na África do Sul, considerando este último como uma fonte de instabilidade para o continente africano.<sup>179</sup>

O combate à internacionalização do Congo continua a ser uma preocupação belga e a criação da NATO adiciona um novo fator a esta questão – a aplicabilidade do Tratado do Atlântico Norte aos territórios coloniais criou questões dúbias a nível jurídico e o governo belga optou por solicitar clarificações o mais antecipadamente possível, especialmente com o desenvolvimento dos planos de transferência de certos organismos estatais para o Congo em caso de guerra. Do lado português, o acompanhamento desta questão é notório e a ação de Vieira Leitão em Bruxelas reveste-se de interesse em averiguar, de forma contínua, a disponibilidade belga para aceitar a entrada norte-americana no seu espaço colonial, concluindo que o desejo de afastar as colónias de ingerência sistemática dos Estados Unidos é mútuo à Bélgica e a Portugal.<sup>180</sup>

O facto de os Estados Unidos serem, ainda em meados da década de 50, o destino exclusivo do urânio saído das minas do Katanga (aliás, as minas de urânio são uma das razões para a construção da base aérea em Kamina, assunto que será analisado com mais detalhe posteriormente) não é suficiente para fazer ceder a intransigência belga a este respeito – o seu interesse pelo Katanga, fornecedor de um minério de vital importância estratégica, mantém-se desde a II Guerra Mundial, apesar de, com o diversificar do leque de fornecedores, ser mais reduzido. As capacidades de Kamina não escapam aos observadores militares americanos, cuja perícia em termos militares as autoridades belgas optam por respeitar, sem, no entanto, autorizar que passe de meras trocas de conhecimento ocasionais.<sup>181</sup>

#### *A internacionalização da questão colonial – as Nações Unidas*

---

<sup>179</sup> White, William S. “Malanism absent in Belgian Congo”. In *New York Times* de 12 de maio de 1952.

<sup>180</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1108, telegrama de Vieira Leitão para o ministério dos Negócios Estrangeiros de 11 de janeiro de 1951 e Estante 25, Prateleira 5, Maço 1353, ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 18 de março de 1954.

<sup>181</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 25, Prateleira 5, Maço 1353, ofício de Franco Nogueira ao diretor-geral da administração política e civil do ministério do Ultramar de 3 de dezembro de 1953.

No plano multilateral, apesar de Portugal aderir às Nações Unidas apenas em 1955, os Negócios Estrangeiros portugueses e procuram manter-se a par do desenvolvimento da questão colonial nas instituições internacionais. O consulado em Leopoldville, particularmente, segue a posição belga assumida enquanto estado simultaneamente fundador dessa instituição e administrador de territórios que são designados por não-autónomos – designação que dará azo a discordâncias entre os estados-membros quanto à sua definição e às competências atribuídas à ONU pelos Capítulos XII e XIII da Carta.<sup>182</sup>

A Bélgica, do seu lado, opõe-se não só à criação do chamado Comité das Informações, uma comissão criada com o objetivo de analisar as informações entregues ao Secretário-Geral pelas disposições do artigo 73.º, mas também às tentativas da ONU em assumir poder de decisão sobre o Ruanda-Urundi, entregue no regime de mandato à administração belga, após a I Guerra Mundial, pela SDN. O Comité das Informações acaba por ruir frente à oposição conjunta da França e da Grã-Bretanha, mas a Assembleia Geral delibera criar, a 18 de janeiro de 1952, um novo comité com a competência de definir o estatuto de território não-autónomo, novamente com a oposição da Bélgica. É a este ponto que o consulado de Leopoldville atribui a criação da tese belga e a sua atitude é claramente apreciada pelo cônsul – “pela clareza [...], a Bélgica prestou sem contestação um serviço a todos os países para quem as questões coloniais oferecem um interesse vital e não são apenas um mero pretexto de propaganda política mais ou menos interessada.”<sup>183</sup>

Com a sua entrada em dezembro de 1955, a diplomacia portuguesa em Nova Iorque começa a executar as estratégias estabelecidas pelo governo em relação às posições a serem assumidas dentro dos próprios organismos, entre as quais a gestão da questão dos territórios sob administração portuguesa na Península Índica será uma das centrais. Apesar das precauções dadas por delegados de países amigáveis, como o Canadá, a Nova-Zelândia e Austrália, e até pelos próprios delegados britânicos, de que a posição que os delegados portugueses desejam assumir na 4.ª Comissão<sup>184</sup> da XI Assembleia Geral da

---

<sup>182</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 15, Maço 13654, *A posição da Bélgica, como potência colonial, perante a O.N.U. e a sua recente evolução* (29 de setembro de 1953).

<sup>183</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 15, Maço 13654, *A posição da Bélgica, como potência colonial, perante a O.N.U. e a sua recente evolução* (29 de setembro de 1953). Entende-se por tese belga a defesa de uma interpretação alargada dos conceitos inscritos no Capítulo XI da Carta das Nações Unidas, tais como territórios não-autónomos e autogoverno, defendendo que países como os Estados Unidos da América, o Canadá, o Brasil, a Etiópia ou a Austrália também possuíam territórios e populações indígenas sem direito à autodeterminação, estando em incumprimento dos artigos 73.º e 74.º da Carta ao não aceitarem supervisão nem fornecerem informação à ONU, conforme defendiam para as potências coloniais europeias. *Vd. de Jaegere, "The "Belgian thesis" today"* para informação sobre a Tese Belga e as suas ramificações.

<sup>184</sup> Conhecida como Comissão Especial de Políticas e Descolonização.

ONU é insustentável e dará margem para que estes sejam alvo de ataques contínuos pelo bloco de países anticolonialistas liderado pela Índia, a posição assumida por Portugal é intransigente: “nada tínhamos a negociar, pelo que não havia compromisso viável.”<sup>185</sup>

Ao longo dos seus esforços de lobbying, a delegação portuguesa foi identificando os delegados com que seria frutífero realizar contactos e os com que seria inútil para uma eventual votação sobre a posição assumida por Portugal em relação aos territórios considerados não-autónomos pela ONU. É interessante notar-se que, além disso, optaram por não contactar aqueles cujo apoio assumiram como garantido, uma vez que partilhavam os mesmos objetivos, incluindo neste grupo não só espanhóis, franceses, britânicos e australianos, mas também belgas. Posteriormente, a delegação supõe que um apoio excessivamente público dos países colonialistas pode ter efeitos contrários ao desejável, levando a que solicitem à França, Bélgica, Grã-Bretanha e Austrália que não defendam a posição portuguesa caso não lhes seja solicitado. Portugal rejeita, também, a tese belga, considerando-a excessivamente arriscada para o ambiente que lhe era hostil na 4.<sup>a</sup> Comissão da Assembleia Geral. A estratégia da sua argumentação, é, então, clarificada: é da competência exclusiva de cada estado interpretar a sua constituição e definir a existência e limites daquilo que pode ser considerado, ou não, um território não autónomo.<sup>186</sup>

O debate relativo à resposta portuguesa à transmissão de informações sobre os seus territórios acabou por ser-lhe, inicialmente, favorável – tanto o delegado jugoslavo, como o delegado iraquiano tentam encontrar uma posição de compromisso junto à delegação portuguesa, que rejeita liminarmente qualquer recuo. Quando, no dia seguinte a essa abordagem, estes acusam Portugal de possuir territórios não-autónomos sob a forma de colónias, utilizando o termo ultramarino como um artifício jurídico para evitar essa questão, o retorque português rejeita-o, defendendo a igualdade jurídica entre os territórios metropolitanos e os territórios ultramarinos, e apesar destes estarem tutelados por uma pasta ministerial específica, numerosas outras também possuíam competências nelas. Sendo Portugal, do ponto de vista da constituição salazarista, um estado pluricontinental unitário, e sobrepondo-se esta ao Direito Internacional da Carta da ONU, não se encontrava sob qualquer obrigação internacional de prestar informações às Nações Unidas, optando fazê-lo, de forma seletiva, por mera cortesia. O Ceilão, firmemente alinhado

---

<sup>185</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 52, Prateleira 41, Maço 2815, relatório do delegado português à 4.<sup>a</sup> Comissão da XI Assembleia Geral da ONU (novembro de 1956 a fevereiro de 1957).

<sup>186</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 52, Prateleira 41, Maço 2815, relatório do delegado português à 4.<sup>a</sup> Comissão da XI Assembleia Geral da ONU (novembro de 1956 a fevereiro de 1957).

ao bloco anticolonial, propõe uma resolução contra a posição portuguesa, que se torna num dos principais pontos da reunião da 4.<sup>a</sup> Comissão.<sup>187</sup>

A conservação da delegação belga e de outras delegações dos países europeus com territórios coloniais em silêncio, a pedido do delegado português e de Adriano Moreira, intervenções oportunas da delegação do Brasil e a cooperação de outros delegados sul-americanos, permitem a gestão do debate nos termos da delegação portuguesa e o seu lobbying vai dando resultados, mesmo que limitados. Pelo final do debate, a pedido português, as potências coloniais e outras do bloco ocidental expõem a sua argumentação, incluindo-se não só a Bélgica, mas também o Canadá, a Grã-Bretanha, a Itália, a Holanda e os Estados Unidos. No final, o resultado é mais favorável do que o estimado, inicialmente, pela delegação portuguesa: apesar da resolução contra Portugal ser aprovada por uma pluralidade de 35 votos, conta com 33 votos contra (os portugueses estimavam que qualquer votação a seu propósito poderia contar, apesar, com cerca de 20 votos contra) e com a abstenção das Honduras, Tailândia, Venezuela e Argentina.<sup>188</sup>

Para o debate da resolução em plenário, assume-se ser a estratégia mais prudente a mudança do sentido de voto de alguns países latino-americanos, além da evidente conservação dos votos contra a resolução que Portugal tinha conseguido assegurar na 4.<sup>a</sup> Comissão. O equilíbrio dos blocos dificultou as estimativas da delegação portuguesa, que enveredou pelo *lobbying* junto a numerosas delegações e reuniu com os seus aliados da 4.<sup>a</sup> Comissão, acabando por se optar pela tentativa de restabelecer a regra de dois-terços para questões do artigo 73.º através de uma proposta sueca, aprovada por pluralidade de 39 votos. O chumbo da resolução contra Portugal, submetida à regra de dois terços, estava, agora, garantido para a XI sessão. O mesmo sucederia, *per* memorando de autor não identificado, na sessão seguinte da Assembleia Geral, com a delegação belga a manter-se firme no seu apoio à delegação portuguesa em matéria de debate sobre assuntos coloniais.<sup>189</sup>

#### *A internacionalização das questões coloniais – as Conversas Quadripartidas e a CCTA*

---

<sup>187</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 52, Prateleira 41, Maço 2815, relatório do delegado português à 4.<sup>a</sup> Comissão da XI Assembleia Geral da ONU (novembro de 1956 a fevereiro de 1957).

<sup>188</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 52, Prateleira 41, Maço 2815, relatório do delegado português à 4.<sup>a</sup> Comissão da XI Assembleia Geral da ONU (novembro de 1956 a fevereiro de 1957).

<sup>189</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 52, Prateleira 41, Maço 2815, relatório do delegado português à 4.<sup>a</sup> Comissão da XI Assembleia Geral da ONU (novembro de 1956 a fevereiro de 1957), relatório do delegado português à 4.<sup>a</sup> Comissão da XII Assembleia Geral da ONU (setembro a dezembro de 1957) e *memorandum* de agosto de 1958.

Já em 1945-46 a França e a Grã-Bretanha tinham entendido as vantagens da cooperação entre os impérios coloniais europeus, especialmente com o início da discussão das questões dos territórios “não-autónomos” no seio das Nações Unidas. Em 1946, a Bélgica é convidada a juntar-se a estes dois países nessas conversações multilaterais, mas tanto o Foreign Office, o Colonial Office e o Dominions Office do governo britânico concluem que, tendo em conta a perceção da ocupação “retrógrada” que Portugal leva a cabo em África, não é vantajoso o convidar Portugal a participar logo em 1946. Em 1947, formalizam-se as conversas num sentido tripartido: Bélgica, Grã-Bretanha e França, com a África do Sul e Portugal a serem mantidos de fora.<sup>190</sup>

No entanto, com o agudizar da Guerra Fria e com as próprias mudanças das dinâmicas dos impérios coloniais e o bloco ocidental, a exclusão de Portugal destas conversas deixa de ser uma opinião unânime no governo britânico, com certos setores governamentais (nomeadamente o Foreign Office) a considerarem benéfico para a defesa da Europa ocidental e para a oposição à expansão da influência soviética a inclusão do governo português nestas iniciativas. A sua exclusão, com manifestações de desagrado pelo governo português, mantém-se até a década de 50, pela mesma altura em que é formalizada a CCTA. Oliveira afirma que Portugal e Salazar em particular mantêm uma atitude de reserva e prudência em relação a iniciativas de cooperação regional, temendo que se ponha em causa a política de nacionalizações coloniais que leva a cabo desde a década de 30 e um *encroachment* da soberania portuguesa nas colónias por potências maiores ou com maior capacidade de atuação, nomeadamente a África do Sul, mas também a própria Grã-Bretanha e a França. Tal como acaba por acontecer na CCTA, e talvez resultado da prudência que aquele autor refere, a França e a Grã-Bretanha marcam o passo das reuniões, com a Bélgica e Portugal a assumirem papéis secundários – um diplomata britânico desabafa, inclusive, após a sessão de 1957 em Paris, que “the Belgian and Portuguese delegations had disappointingly few positive contributions to offer; and the burden of discussion fell almost entirely on the French and British delegations, particularly the latter.”<sup>191</sup>

Simultaneamente, crescente atenção dedicada pelos norte-americanos e pelas Nações Unidas ao continente africano e aos territórios coloniais, também motiva a França e a Grã-Bretanha a tomarem ações no sentido de conter a cada vez maior hostilidade

---

<sup>190</sup> Oliveira, *Os despojos da Aliança*, 67–68.

<sup>191</sup> Oliveira, 71–72. The National Archives, United Kingdom (TNA-UK), CO936/541, ofício do African Department de 1 de agosto de 1957.

internacional ao colonialismo e às iniciativas de intervencionismo de nos territórios sob administração europeia, particularmente nos aspetos técnicos da gestão e desenvolvimento dos territórios e das populações indígenas. É nesse sentido que, na década de 50, começam as reuniões, primeiro sem caráter institucional, da Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara (CCTA), idealizada como uma organização paralela aos órgãos da ONU que dispense a sua intervenção ou force que essa intervenção passe pelas administrações coloniais. Apesar de serem estas duas potências a marcarem o ritmo da Comissão – a França mais focada na sua instrumentalização política, a Grã-Bretanha mais disposta a incentivar o seu potencial técnico – as potências secundárias que a compõem, nas quais se incluem Portugal e Bélgica, não deixam de ter um papel relevante. Também são incluídas a África do Sul e a Rodésia do Sul.<sup>192</sup>

Por admissão da própria historiografia, o estudo da CCTA e da participação portuguesa nesta instituição permanece incipiente, mesmo nos seus aspetos políticos: sabe-se que a entrada belga foi relativamente pacífica para franceses e britânicos e o mesmo não se pode dizer em relação ao convite a Portugal para integrar as reuniões da Comissão, que se inseriu na tensão gerada pelas diferentes visões que o Foreign Office (focado na integração de Portugal no bloco ocidental) e o Colonial Office (que encara a política colonial portuguesa como retrógrada e um risco para a posição britânica em África caso lhe seja dado respaldo) tinham em relação à posição que a Grã-Bretanha devia assumir perante o aliado português, conforme já foi referido anteriormente. A Comissão reúne duas vezes por ano, debatendo temas de carácter técnico como epidemiologia, solos, urbanização e agricultura, entre outros essenciais para a avaliação e adoção de políticas de desenvolvimento nos territórios coloniais. A Portugal cabe os serviços estatísticos da organização e acolhe várias reuniões de peritos. A sua perspectiva perante a CCTA, tal como a belga, não deixa de apresentar semelhanças à posição francesa, que a entende como um mecanismo para afastar a influência das Nações Unidas e dos Estados Unidos do continente africano, gerando tensões com a vontade britânica de aproveitar o organismo do ponto de vista técnico.<sup>193</sup>

---

<sup>192</sup> Kent, *The internationalization of colonialism: Britain, France and Black Africa, 1939-1956*, 263–85; Ágoas e Castelo, «Ciências sociais, diplomacia e colonialismo tardio», 412–17, 425; Oliveira, *Os despojos da Aliança*, 72.

<sup>193</sup> Ágoas e Castelo, «Ciências sociais, diplomacia e colonialismo tardio», 412–17, 425; Alexandre, *Contra o Vento*, 97–98; Oliveira, *Os despojos da Aliança*, 72–73.

No que diz respeito à investigação realizada no âmbito desta dissertação, não foram detetadas tendências de concordância ou discordância assumidas pelas delegações belga e portuguesa. A delegação portuguesa alinha repetidamente com as posições defendidas pela delegação britânica e as interações entre essas delegações são frequentes nas atas das sessões da CCTA, mas o mesmo não pode ser dito em relação às delegações belga e portuguesa. A própria documentação é marcada por destacar principalmente as divergências e concordâncias anglo-francesas, secundarizando os restantes membros da CCTA.<sup>194</sup>

A propósito das Conversas Quadripartidas, já com a participação portuguesa, reúnem em Lisboa delegados dos quatro países, entre 28 e 31 de julho de 1958, para discutir uma longa ordem de trabalhos. É nesta sessão que a Bélgica apresenta as alterações jurídicas que estão a ser levadas a cabo no Congo, com a criação das bases necessárias para a instituição de poder local eleito por sufrágio universal, suscitando o interesse dos portugueses quanto à formação de novos partidos políticos. Destaca, também, o desenvolvimento da rede escolar no Congo e a criação de duas instituições de ensino superior, com vista a capacitar a população indígena a assumir a direção política e a administração da colónia, mas de forma controlada e favorável aos interesses belgas. A delegação portuguesa, por sua vez, “declarou nada ter a comunicar” quanto a alterações jurídicas do estatuto dos seus territórios ultramarinos.<sup>195</sup>

Belgas e portugueses concordam que o anticolonialismo é um “fenómeno artificial” no seio das Nações Unidas, independente das questões de fundo e mais derivado de questões de “prestígio e vaidade pessoal”, destacando o perigo que a sua propaganda representa “nas massas não preparadas para compreenderem com justeza e verdade o fenómeno”. Portugal destaca-se enquanto interlocutor privilegiado para os países latino-americanos, capazes de servir como contrapeso ao chamado “bloco afro-asiático” que lidera a ofensiva contra as potências coloniais na ONU, valendo-lhe o acordo da delegação

---

<sup>194</sup> As atas das sessões da CCTA encontram-se dispersas por vários maços no Arquivo Histórico Diplomático, sem uma ordem sequencial – foram consultadas, principalmente, as atas das sessões mais tardias. Como se refere, as conclusões a que se chegaram quanto aos contactos entre Portugal e a Bélgica nesta instituição foram limitadas e os relatórios elaborados pelos representantes portugueses, nos quais se inclui Franco Nogueira, não foram úteis a este respeito. O protagonismo da Grã-Bretanha e da França também está presente na documentação portuguesa, conforme é visível, por exemplo, Arquivo Histórico Diplomático, Sala 3, Estante 117, Prateleira 4, Maço 39854, informação de serviço de Franco Nogueira de 10 de fevereiro de 1953.

<sup>195</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 52, Prateleira 41, Maço 2815, *Relatório das Conversas quadripartidas entre França, Bélgica, Grã-Bretanha e Portugal acerca de problemas relativos às Nações Unidas \* Lisboa – 28 a 31 de julho 1958.*

francesa. O crescente interesse da União Soviética em África a partir de finais de 50 também não passa despercebido aos belgas, que notam a abertura de uma embaixada no Gana e a propagação de emissões de rádio do Bloco de Leste no Congo – aliás, as propagações rádio, as missões diplomático-comerciais e a visita de congoleses a Moscovo são elençadas como os principais meios de penetração dos interesses soviéticos na sua colónia, mas a delegação portuguesa atribui pouco interesse à questão da penetração soviética direta em África, focando-se na expansão do islamismo e das seitas neorreligiosas nativistas na África Central e do Sul.<sup>196</sup>

Na sessão seguinte, realizada em Bruxelas entre 2 e 4 de setembro de 1959, as temáticas e o conteúdo das discussões mantêm-se, em grande medida, inalterado. A admissão de um número cada vez maior de antigas colónias europeias, agora independentes, é apresentada por Portugal como uma oportunidade para potenciar clivagens no bloco afro-asiático da ONU, mas a Bélgica foca grande parte da sua intervenção nas posições assumidas por Haile Selassie, temendo a aproximação da Etiópia à Rússia. Portugal mantém a sua rejeição de possuir territórios sob tutela ou não-autónomos e segue a posição belga quanto à recusa da instalação de órgãos da ONU no seu território, considerando-os possíveis fontes de subversão. Quanto à administração dos territórios, a Bélgica relata um acelerar da concessão de autonomia ao Congo belga e de instabilidade consequente, culminando numa crise da política metropolitana; Portugal volta a não relatar qualquer tipo de alteração. No entanto, nota-se uma divergência entre Portugal e França, favoráveis à inclusão de Espanha e África do Sul nas Conversações, e a Grã-Bretanha e a Bélgica, que se mantiveram reservadas.<sup>197</sup>

Com a independência de muitos dos territórios africanos administrados pelos europeus, a utilidade das Conversas Quadripartidas reduz-se, com a própria Grã-Bretanha a admitir não desejar a sua continuação após a independência dos territórios franceses e belgas em África. O fim da Bélgica enquanto potência colonial também terá, certamente,

---

<sup>196</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 52, Prateleira 41, Maço 2815, *Relatório das Conversas quadripartidas entre França, Bélgica, Grã-Bretanha e Portugal acerca de problemas relativos às Nações Unidas \* Lisboa – 28 a 31 de julho 1958.*

<sup>197</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 52, Prateleira 41, Maço 2815, *Conversas Quadripartidas entre França, Bélgica, Grã-Bretanha e Portugal sobre problemas relativos às Nações Unidas – relatório da delegação portuguesa Bruxelas 2 a 4 de Setembro 1959.* Os representantes britânicos notam que a ausência de declarações portuguesas em relação a desenvolvimentos políticos nas colónias é algo habitual – The National Archives, United Kingdom (TNA-UK), CO936/543, ofício de Charles Stirling de 9 de outubro de 1959. O mesmo ofício relata a divergência em relação à inclusão de Espanha e África do Sul nas conversações.

consequências na sua atitude perante a delegação portuguesa e perante o anticolonialismo na Assembleia Geral da ONU, numa cronologia que extravasa o âmbito desta investigação.<sup>198</sup>

No que diz respeito à CCTA, a quantidade cada vez maior de países africanos independentes também gera dissidências acentuadas no seio da Comissão, das quais se destaca mais a questão da admissão de novos membros. A Grã-Bretanha deseja admitir novos países, independentes, para eliminar a reputação de “clube de homens brancos”, posição que é acompanhada pela França. Tanto Portugal, como a Bélgica opõem-se a este desejo, desejando conservar a CCTA como um organismo essencialmente europeu. Esta instituição não sobrevive à década de 60.<sup>199</sup>

#### *As visitas das autoridades coloniais e os investimentos belgas em Angola*

Parte da política de aproximação entre as administrações coloniais portuguesa e belga em África resultou, na década de 50, na visita do governador-geral do Congo belga a Angola, a abril de 1950, e do governador-geral de Angola, ao Congo belga, entre 18 e 28 de setembro desse ano. Antes de passá-las em revista, no entanto, importa contextualizar a manutenção da proximidade luso-belga em termos de investimentos em Angola. É no início da década de 50 que se renova o interesse pela exploração mineira da maior colónia portuguesa – agora, tanto o ferro, como o petróleo são identificados como alvos capazes de potenciar o desenvolvimento económico colonial, num processo que Pires defende como um sinal de internacionalização da economia portuguesa do pós-guerra após a abertura à iniciativa privada.<sup>200</sup>

Telo identifica Luanda como a área mais promissora para a prospeção, com a Petrofina, belga, a ser escolhida em detrimento de duas concorrentes norte-americanas, em 1951, para levar a cabo esse empreendimento. Até 1955, a empresa belga investe avultadas somas para preparar a exploração e refinação deste produto, mas a rentabilidade do projeto é posta em causa quando se conclui que o lençol de petróleo de Luanda é bastante inferior ao que se tinha assumido inicialmente. A exploração em Cabinda, no entanto, é entregue aos norte-americanos em 1955, uma vez que o governo português se mostra pouco disposto a aceitar as pretensões da Petrofina de assumir esse empreendimento e

---

<sup>198</sup> The National Archives, United Kingdom (TNA-UK), FO371/146515, telegrama do Foreign Office n.º 1761.

<sup>199</sup> Oliveira, *Os despojos da Aliança*, 74.

<sup>200</sup> Pires, "Modernização e industrialização em contexto colonial", 507.

arriscar criar um monopólio belga num setor de elevada importância para a economia colonial.<sup>201</sup>

Regressando à temática das visitas, das quais o incentivo dos interesses económicos não pode ficar alheio, a de Jungers, em abril, deixou um rasto limitado na documentação dos arquivos portugueses, dificultando a avaliação do seu real impacto e das opiniões das autoridades portuguesas. Destacam-se os registos fotográficos presentes no Arquivo Histórico Militar e um documentário produzido por António de Sousa para o governo-geral angolano. Nele, é visível a receção militar ao dignatário belga, a participação em cerimónias religiosas e a exibição de várias obras do colonialismo português. Há, no entanto, quanto à visita de Silva Pais ao vizinho belga, a preocupação de fazer uma recolha e preservação exaustiva das peças de imprensa portuguesas e belgas que dela resultaram, tanto as dedicadas mais concretamente à visita, como as dedicadas ao colonialismo português em geral, recolha que sobreviveu no Arquivo Histórico Ultramarino até aos dias de hoje.<sup>202</sup>

*O Comércio* dá nota, numa coluna de 16 de setembro, de terem sido convidados pelos belgas, a par do governador, correspondentes do seu periódico, d'*A Província de Angola* e do *Diário de Luanda* e também repara na publicitação da visita pelos periódicos belgas, bem como dos esforços de aproximação das “relações económicas e espirituais das duas grandes colónias”. Ao chegar, Silva Carvalho não perde a oportunidade de fazer um discurso de caracterização das relações disfrutadas entre o Congo belga e Angola, ligados “por muitas afinidades e interesses comuns” e enfrentando problemas de natureza semelhante – no discurso, aliás, estão patentes vários pontos do pensamento geopolítico das elites políticas ocidentais europeias: a cooperação entre os países coloniais motivada pelo reconhecimento de mais aspetos comuns do que antagónicos nas diferentes colonizações europeias em África e a importância do continente para a independência

---

<sup>201</sup> Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, 264.

<sup>202</sup> Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, *Visita a Angola de sua excelência o governador-geral do Congo belga*, de António de Sousa. Deste comentário, a Cinemateca refere ter subsistido apenas a banda de imagem, apesar de se conhecer a existência de som associado às filmagens. Quanto aos registos fotográficos, estão presentes em Arquivo Histórico Militar, Fototeca, Série B2, MD, Número 5. Arquivo Histórico Ultramarino, A2.050.04/029.00181, Viagem do Governador Geral de Angola ao Congo Belga 1950. Os registos da imprensa, apesar de se assumir que existem, não foram recolhidos ou não subsistiram nos arquivos ministeriais, contrastando com os registos da visita de Silva Pais ao Congo belga.

geopolítica dos países da Europa ocidental. Esta tonalidade e os elogios da colonização belga manter-se-ão ao longo dos seus discursos na visita aos diversos pontos da colónia.<sup>203</sup>

A visita também não deixa de exibir o desejo de promoção propagandística dos belgas, conforme é visível na visita de Silva Pais à província do Katanga e à atenção que é dada ao desenvolvimento económico desta região, visto pela imprensa portuguesa como um exemplo para o desenvolvimento “pelo interesse que pode merecer o estabelecimento em Angola de estas indústrias em idênticas condições, a fim de melhorar o nível de vida das populações nativas”, reconhecido como elevado.<sup>204</sup>

Pela parte da imprensa congoleza, a visita é caracterizada como “une date mémorable”. A defesa da cooperação e o reconhecimento de problemas comuns ao Congo belga e a Angola não são dissimilares do tratamento que é feito na imprensa portuguesa à visita, com os portugueses a serem caracterizados como “amis” a trabalhar para “l’élévation constante de leur seconde patrie [Angola]”, dando nota que a visita de Jungers ao vizinho angolano em abril passado se destinou à observação do trabalho de colonização e exibindo registos fotográficos de infraestruturas de diversa natureza construídas em Angola. Além disso, o *L’Avenir Colonial Belge* também elabora uma reportagem detalhada sobre diversos assuntos na colónia portuguesa, nomeadamente o ensino, o turismo e a evolução económica, enquanto o *L’Essor du Congo* procura elaborar uma síntese introdutória à geografia, administração, economia e população de Angola e *Le Courrier d’Afrique* se debruça mais sobre assuntos industriais, replicando a apresentação propagandística do Congo feita pela imprensa angolana.<sup>205</sup>

#### *A cooperação militar luso-belga em África*

Com a entrada na NATO e o adensamento da Guerra Fria, agora com dois blocos claramente consolidados, a Bélgica leva a cabo uma intensificação dos seus planos de preparação militar do Congo e de consolidação da sua posição geoestratégica e militar em África, enveredando pelo caminho da cooperação bilateral com Portugal em matéria de

---

<sup>203</sup> *O Comércio* de 16 de setembro de 1950. O programa da visita está disponível no número de 19 de setembro de 1950 do mesmo periódico ou no número de 22 de setembro de 1950 do *Diário de Luanda*. O discurso de Silva Pais à sua chegada a Leopoldville está disponível no número de 22 de setembro de *O Comércio* ou no número do mesmo dia do *Província de Angola*. *O Comércio* de 28 de setembro de 1950.

<sup>204</sup> *O Comércio* de 29 de setembro de 1950.

<sup>205</sup> *L’Avenir Colonial Belge* de 19 de setembro de 1950, de 21 de setembro de 1950 e de 25 de setembro de 1950. *L’Essor du Congo* de 23 de setembro de 1950. *Le Courrier d’Afrique* de 21 de setembro de 1950.

defesa de áreas com interesse estratégico para ambas as potências na África central – em particular, a foz do Zaire, que já foi sobejamente demonstrada como de alto interesse para a sustentabilidade da presença belga no Congo e à qual são subsidiárias infraestruturas como os importantes portos do Lobito e de Matadi.

A 16 e 17 de julho de 1951, uma delegação belga, chefiada pelo administrador-geral das colônias Van Den Abeele<sup>206</sup>, desloca-se a Lisboa para discutir com técnicos portugueses, chefiados pelo almirante Ortins de Bettencourt<sup>207</sup>, no ministério da Defesa Nacional, as necessidades da defesa do território do Baixo-Zaire. Apesar dos portugueses reconhecerem que o Baixo-Zaire é de maior importância para a Bélgica do que para si – afinal, é a economia congoleza a depender do caminho de ferro de Benguela e dos portos e aeroportos angolanos, especialmente em caso de guerra – a captura dessa região pode servir de base para futuras ameaças a Angola, motivando a sua disponibilidade para a cooperação; além disso, a enfática defesa belga da utilização de meios luso-belgas para a defesa dessa região sustem-se no seu desejo de não depender de outras potências para a defesa do Congo, perigando a sua soberania – opinião partilhada pela delegação portuguesa, que “concorda com o interesse político de que o problema se reveste”.<sup>208</sup>

A delegação portuguesa recusa qualquer tentativa, por parte da delegação belga, de planear ou firmar um acordo que extravase a questões puramente técnicas e militares, alegando não lhe ter sido delegado essas competências e que caberá aos Negócios Estrangeiros português e belga a sua elaboração, deixando patente reticências que poderão ter duas justificações plausíveis – a disponibilidade inicial portuguesa para firmar acordos era limitada, de forma geral, em relação à belga, ou Bettencourt, chefe da delegação

---

<sup>206</sup> Pelo apelido não foi possível apurar a identidade deste indivíduo, identificado meramente como administrador-geral das colônias num anexo documental.

<sup>207</sup> Manuel Ortins de Bettencourt (1892-1969) foi um almirante português que exerceu, entre outras, as funções de Ministro da Marinha entre 1936 e 1944 e de Chefe de Estado Maior das Forças Armadas entre 1951 e 1955.

<sup>208</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1108, Ofício do chefe de gabinete do ministro da Defesa Nacional para o secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros de 31 de julho de 1951. Destaca-se que antes do encerramento da primeira sessão plenária, “VAN DEN ABEELE acrescentou que, na opinião do Governo belga, os dois Governos Português e Belga deviam estar preparados para assumir inteiramente o encargo de defesa do baixo curso do rio Zaire em caso de guerra, para evitar que pudesse haver pretexto para a ingerência de terceiro país.” No entanto, a Bélgica reconhece a necessidade de algum apoio exterior para a defesa do Congo, conforme já foi referido e também é visível em Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1108, telegrama de Vieira Leitão para o ministério dos Negócios Estrangeiros de 2 de janeiro de 1951. O reconhecimento da importância das infraestruturas em Angola pelos militares belgas é mencionado em Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 25, Prateleira 5, Maço 1353, ofício de Franco Nogueira ao diretor-geral da administração política e civil do ministério do Ultramar de 3 de dezembro de 1953.

portuguesa, estava receoso de assumir comprometerimentos políticos e ser acusado de voluntarismo abusivo. Os belgas contrapõem com um memorando conjunto sem cariz vinculativo, para servir de base a futuras negociações, formula aceitável para os portugueses.<sup>209</sup>

Do memorando resultante, destaca-se o reconhecimento da necessidade de colaboração em matéria de defesa, mas que os aspetos políticos subjacentes ultrapassam a competência de ambas as delegações, sendo necessário aos seus governos encontrar uma altura oportuna para firmar um acordo de defesa comum. As ameaças de comprometimento das vias de comunicação marítimas e a sabotagem são salientadas como as principais preocupações em caso de conflito, com a divisão dos meios entre competências de defesa passiva (prevenção) e defesa ativa (combate). Em tempos de paz, recomenda-se a criação de linhas de comunicação direta entre os comandos militares do Congo belga e de Angola.<sup>210</sup>

O Ministério da Defesa Nacional, então chefiado por Santos Costa, reconhece a necessidade de colaborar com os belgas para evitar a criação de um espaço vazio suscetível de ser ocupado, dentro dos limites estabelecidos pelos interesses de natureza política, mais do que de natureza militar e técnica. Assim, mais do que um acordo motivado por objetivos militares, o ministério de Santos Costa reconhece na colaboração luso-belga na defesa do Baixo-Zaire uma questão iminente política – reforçando esse ponto com o reconhecimento da limitação que cerca o número de meios a ser atribuído pelas Forças Armadas portuguesas.<sup>211</sup>

Estas iniciativas culminam na assinatura do “Acordo entre Portugal e a Bélgica sobre a defesa da foz e baixo curso do Rio Zaire” a 21 de dezembro, ainda nesse ano, com van Zeeland a representar a Bélgica e Vieira Leitão e Manuel Rocheta a representarem Portugal. Este acordo, inserido na já referida ideia de África enquanto reduto das metrópoles europeias e em dinâmicas política que ultrapassam o âmbito militar, enquadra-se num contexto mais vasto de participação portuguesa em iniciativas de colaboração militar

---

<sup>209</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1108, Ofício do chefe de gabinete do ministro da Defesa Nacional para o secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros de 31 de julho de 1951.

<sup>210</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1108, Ofício do chefe de gabinete do ministro da Defesa Nacional para o secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros de 31 de julho de 1951.

<sup>211</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1108, Informação do ministério da Defesa Nacional de novembro de 1951.

internacionais, tal como as conferências de Nairobi, em 1952, e de Dacar, em 1954, dedicadas à organização dos transportes militares no continente africano.<sup>212</sup>

A redação do acordo luso-belga foi marcada, do lado português, pela necessidade de reduzir as atribuições das forças portuguesas, principalmente pelo reconhecimento de insuficiência de meios navais para o teatro africano pelo Estado-Maior da Armada, o que tem reflexos no texto final do acordo firmado entre ambos. O reconhecimento das maiores responsabilidades da Bélgica e do seu interesse na defesa do território também está patente na atribuição do comando operacional das forças terrestres a um oficial belga, mesmo que este tenha de ser secundado por um oficial português no seu estado-maior, conforme é admitido, posteriormente, por um diplomata português ao ministro belga em Lisboa.<sup>213</sup>

No Congo belga, a construção das bases de Kamina e Kitona, bem como de uma nova base naval (a de Banana) prosseguem ao longo dos anos 50, conforme dá nota Vieira Leitão em março de 1954. A chegada dos paraquedistas à primeira permite a sua operacionalização mesmo antes da conclusão da sua construção e a dimensão considerável da base aérea não deixará de ser utilizada como instrumento de propaganda pelo governo-geral. A presença destas tropas metropolitanas no Congo, uma novidade, levou à criação de um comando único belga que supervisione todas as tropas metropolitanas presentes na colónia, sem estar dependente da administração colonial ou da sua tutela ministerial, sendo acompanhado pela expansão da *Force Publique* em efetivos e número de oficiais europeus destinados a cumprir comissões de serviço em África.<sup>214</sup>

O equipamento da base de Kamina também força os belgas a recorrer à cooperação com as autoridades portuguesas devido à insuficiência das suas infraestruturas portuárias – as dificuldades do porto de Matadi levam ao desembarque de material de guerra e

---

<sup>212</sup> Alexandre, *Contra o Vento*, 381.

<sup>213</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1108, Texto definitivo do Acordo Técnico Luso-Belga Relativo À Defesa Comum Da Foz e do Baixo-Curso do Rio Zaire (Congo) e Notas relativas aos artigos do “Acordo entre Portugal e a Bélgica sobre a defesa da foz e baixo curso do Rio Zaire”. Manuel Rocheta admite ao representante diplomático belga que a zona em questão não integra as áreas consideradas fundamentais defender em Angola num conflito, e que a sua adesão foi motivada, principalmente, pelo desejo de “estreitar a colaboração com os nossos vizinhos belgas em África, diante dos graves perigos, que a ambos ameaçam e aos interesses das potências, naquelas paragens.”, em Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 25, Prateleira 5, Maço 1353, apontamento de conversa de Manuel Rocheta com o ministro da Bélgica em Lisboa de 3 de setembro de 1952.

<sup>214</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1109, ofício de Vieira Leitão para o ministro dos Negócios Estrangeiros de 29 de março de 1954 e Maço 1353, ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 18 de março de 1954. Um artigo de um jornalista belga descreve a imponência da base de Kamina e as suas valências, bem como a caracterização dos homens europeus e das suas famílias, é uma clara peça de propaganda da capacidade belga para desenvolvimento do Congo – Poelmans, R. “Les bases militaires belges d’Africa”. In *Pages Congolaises*, sem data.

de outro tipo de abastecimentos no porto do Lobito, a que o governo português concede facilidades ao autorizar a redução do imposto de selo de 1,5% sobre o material em trânsito pelo território angolano, com efeitos retroativos, após um pedido da legação belga em Lisboa. Em argumentação com o inspetor superior das alfândegas do ministério do Ultramar, Manuel Rocheta defende que esta decisão, além de gesto de boa vontade, também assegura a defesa do norte de Angola, argumento aceite com a resposta positiva dada pelo ministério. Nesse mesmo ano de 1954, ambos os governos também acordam facilitar a entrada de navios de guerra portugueses nas infraestruturas portuárias congolenses e de navios de guerra belgas nas infraestruturas portuárias angolanas, através de notas diplomáticas.<sup>215</sup>

#### *A política belga para o Congo e as percepções lusas*

Quanto à política interna congolense, parte das preocupações da administração colonial no Congo belga, no início da década, dão continuidade às questões da década de 40, mas começam a assumir uma nova feição com o agudizar da Guerra Fria – se, inicialmente, os movimentos nativistas e neorreliгиозos eram vistos como uma preocupação pelas autoridades coloniais devido ao perigo de dinamização de uma corrente reivindicativa indígena, agora começam a ser interpretados como movimentos suscetíveis de infiltração comunista. Se a bibliografia reconhece que a atenção dada pela URSS ao continente africano foi limitada até à década de 60, a preocupação de infiltrações soviéticas nas colónias europeias em vista de as destabilizar não deixou de ser uma preocupação partilhada tanto por belgas, como por portugueses. A censura de imprensa considerada como subversiva é imposta pelo governo-geral de Jungers em novembro de 1950, mas os próprios funcionários reconhecem ser impossível controlar, de forma total, a entrada de publicações indesejadas pelo governo-geral do Congo, estando dispostos a revelar as suas insatisfações à diplomacia portuguesa em Bruxelas: sustentam que o aparelho de segurança interna em montagem é insuficiente para as suas atribuições e que os critérios da admissão do pessoal administrativo são desleixados em relação à necessidade de assegurar a fidelidade do funcionalismo à Bélgica. Apesar de defenderem a necessidade de vigilância e controlo, reconhecem que uma política excessivamente discriminatória e limitativa para os indígenas, e atitudes de colonos europeus que reflitam sentido de

---

<sup>215</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 10, Prateleira 7, Maço 66780, ofício de Franco Nogueira de 24 de novembro de 1954, ofício de Manuel Rocheta ao inspetor superior das alfândegas do ministério do Ultramar de 21 de agosto de 1954, apontamento entregue ao ministro da Bélgica a 6 de março de 1954 e maço 66408, ofício de Paulo Cunha ao ministro belga em Lisboa de 15 de Junho de 1955.

superioridade civilizacional, são incubadoras para a penetração do ideário revolucionário nestas populações.<sup>216</sup>

As entidades portuguesas em Bruxelas dão nota daquilo que é identificado como um dos principais problemas enfrentados pela administração do Congo belga ao longo da década de 50, com raízes na década anterior. Van Reybrouck que os anos do pós-guerra foram caracterizados pelo abandono do espaço rural em massa, com Kinshasa a aumentar de 50 mil habitantes em 1940 para 300 mil habitantes em 1955. O desenvolvimento das economias urbanas e o aumento repentino da população dos centros, sobrecarregando as infraestruturas e a capacidade de absorção populacional, bem como o resultante abandono do espaço rural e dos sectores que nele assentam – em particular o agrícola – “ameaça comprometer perigosamente”, na visão de Vieira Leitão, “a economia agrícola da Colónia.” prevista no Plano Decenal.<sup>217</sup>

A política de “assimilação” que Jungers procura adotar no final do seu mandato, com o objetivo de garantir a integração plena de indígenas aculturados (*évolués*) é vista como a última hipótese de manter o Congo sob soberania belga a longo prazo e gera temor nas autoridades portuguesas. Novais Machado, no seu relatório sobre o Discurso do Governador-Geral de 1951, defende que qualquer instabilidade no Congo teria reflexos imediatos em Angola, especialmente devido à comunidade bakongo estar presente em ambos os lados da fronteira e à comunidade numerosa de indígenas angolanos a trabalhar na colónia belga, interligando as populações do norte de Angola e do sul do Congo. A mudança de política pela administração colonial, na sua opinião, poderá ter vindo demasiado tarde para atenuar a crescente tensão entre a população indígena e os migrantes europeus que se considera espalhar por toda a colónia, podendo acabar como um foco de instabilidade inadvertido ao abrir a porta às reivindicações de direitos políticos e independência e também, como Novais Machado considera acontecer, gerar reações negativas nos colonos europeus que veem o seu estatuto social ameaçado pela elevação e integração indígena. É por este ponto que a documentação portuguesa começa a caracterizar a atitude belga em relação ao estabelecimento de uma política colonial como desorientação e

---

<sup>216</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1108, ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 4 de abril de 1951. A atenção limitada que a URSS atribui a África até a década de 60 é referida, por exemplo, em Alexandre, *Contra o Vento*, 58.

<sup>217</sup> van Reybrouck, *Congo*, 206-207. Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1108, ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 12 de fevereiro de 1951.

hesitação, conforme se constata na correspondência particular de Vieira Leitão e em numerosos officios, incluindo no próprio relatório supramencionado.<sup>218</sup>

Jungers não terá oportunidade de ver os efeitos da nova política de assimilação, uma vez que não será reconduzido no cargo. A sua sucessão ou continuação é motivo de debate nos meios políticos belgas e este não escapa, nem é ignorado pela diplomacia portuguesa. Novais Machado nota, em maio do ano final de Jungers como governador-geral, que os principais indivíduos do meio industrial e comercial do Congo, bem como a *Société* e as missões religiosas, certamente satisfeitos com a política desenvolvimentista, mas também de reivindicação de crescente autonomia face ao dirigismo político de Bruxelas, são favoráveis à sua continuação no cargo.<sup>219</sup>

O governador-geral é sucedido por Léo Pétillon nesse posto, o homem que cria o conceito de comunidade belgo-congolesa numa altura em que a metrópole ensaiava mudanças na sua política colonial. O consulado português informa que a sua nomeação foi bem recebida pelas forças vivas coloniais, esperando que seja capaz de resolver a questão do alto custo de vida e as insuficiências das infraestruturas para satisfazer as necessidades da economia colonial. Acrescenta também possuir simpatia pela comunidade portuguesa no Congo, apesar de não tecer comentários sobre a sua abertura à cooperação com Angola e Portugal no plano colonial. Pétillon servirá dois mandatos, sendo reconduzido no final de 1956, algo que as autoridades portuguesas não escondem favorecer e recebem com agrado.<sup>220221</sup>

Em finais de 1953, a legação de Portugal na Bélgica nota a adoção de uma nova política educacional no Congo – a de reforço da instrução da população indígena,

---

<sup>218</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 23, Prateleira 1, Maço 1235, relatório sobre a política de assimilação no Congo belga. Neste propósito, discorda-se de Alexandre, *Contra o Vento*, 374 quando afirma que o Congo era visto, internamente, "como uma colónia modelo, sem problemas que apelassem a uma reforma política." As mudanças levadas a cabo por Jungers e Pétillon não são justificáveis caso não houvesse a noção de problemas que exigissem reformas que tivessem valor político - tal como o certificado de matrícula ou a carta de mérito cívico. Havia, sim, a indisponibilidade de mudar o governo paternalista e reforçar a politização do Congo belga. Assim que abdicam dessa posição, as novas dinâmicas já não possibilitam à Bélgica manter o controlo através de concessões graduais.

<sup>219</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 20, Prateleira 4, Maço 1108, officio de Novais Machado ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 10 de maio de 1951.

<sup>220</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 23, Prateleira 1, Maço 1235, officio de Novais Machado ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 7 de dezembro 1951 e Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, officio de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 17 de dezembro de 1956.

<sup>221</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 23, Prateleira 1, Maço 1235, officio de Novais Machado ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 7 de dezembro 1951 e Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, officio de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 17 de dezembro de 1956. Vanthemsche, *Belgium and the Congo, 1885-1980*, 84-85.

alargando o seu acesso a estabelecimentos de ensino, com o intuito de criar uma elite indígena que sirva as necessidades da sua colónia. Nota, no entanto, a cautela com que procedem com esta política, mantendo os seus números reduzidos – os critérios de admissão assentam, também, na “situação moral, económica e social da família a que pertence”, garantindo que apenas os filhos das famílias mais em linha com os objetivos belgas, pelo menos em teoria, seriam selecionados para pertencer à elite indígena que se procurava fomentar.<sup>222</sup>

Ao mesmo tempo que, em meados do ano seguinte, eram gerados temores pelo perigo de alastramento de tensões políticas características à metrópole – e, consequentemente, a perda do estatuto apartidário em que se procurava manter a política colonial belga – com a nomeação de um antigo ministro da Instrução liberal e secularista para a pasta das Colónias, o governo socialista de Van Acker prosseguia com a expansão da política para o ensino, decretando a criação de um “Conselho Superior do Ensino no Congo”. Também é neste período que o ensino superior é criado no Congo – através da universidade católica de Lovaina, em Leopoldville, e da universidade secular, em Elisabethville.<sup>223</sup>

Mabille e Van Reybrouck concordam com a avaliação das limitações desta política que é feita por Vieira Leitão, com, por exemplo, o ensino técnico a continuar “peu développé” e os restantes ramos subordinados aos interesses da “tríade” colonial – o estado, a Igreja e os interesses económicos. Valentim Alexandre, por outro lado, identifica essa tendência tanto na política de desenvolvimento belga, como na portuguesa – o contraste entre os esforços destes dois países e dos esforços britânicos e franceses consiste, principalmente, à fraca atenção dada por belgas e portugueses ao ensino secundário e superior. Será esta fraca atenção dada aos níveis mais elevados do ensino que compromete a aplicação dos princípios da descolonização francesa e britânica, “sem forças locais cooperantes devidamente implantadas e consolidadas”.<sup>224</sup>

---

<sup>222</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira 1, Maço 1037, ofício de Manuel Roseta para o chefe de gabinete do ministro do Ultramar de 17 de novembro de 1953 e Estante 30, Prateleira 3, Maço 1569, ofício de Vieira Leitão para o ministro dos Negócios Estrangeiros de 17 de maio de 1954.

<sup>223</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira 1, Maço 1037, ofício de Manuel Roseta para o chefe de gabinete do ministro do Ultramar de 17 de novembro de 1953 e Estante 30, Prateleira 3, Maço 1569, ofício de Vieira Leitão para o ministro dos Negócios Estrangeiros de 17 de maio de 1954.

<sup>224</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 19, Prateleira 1, Maço 1037, ofício de Manuel Roseta para o chefe de gabinete do ministro do Ultramar de 17 de novembro de 1953 e Estante 30, Prateleira 3, Maço 1569, ofício de Vieira Leitão para o ministro dos Negócios Estrangeiros de 17 de maio de 1954.

Ao longo do tempo, a tónica negativa das avaliações portuguesas à política colonial belga vai-se intensificando, conforme as políticas adotadas pelo quarto governo de Van Acker vão esbarrando numa oposição cada vez mais acentuada dos apoiantes do partido católico, que veem as políticas de enfraquecimento do ensino confessional típico dos socialistas e liberais na metrópole começarem a ser aplicadas no Congo. Os periódicos associados aos setores conservadores da política belga, em particular o *La Libre Belgique*, criticam abertamente da política colonial do governo, arrastando os assuntos ultramarinos para o plano do debate político metropolitano. Não só, no entanto, uma vez que a política de ensino e a nova orientação assimilacionista da administração colonial também vão gerar uma réplica das já referidas Questões Escolares no próprio território congolês - em abril de 1956, pouco mais que dois anos depois, a embaixada portuguesa<sup>225</sup> relata estar em curso uma ofensiva da Igreja contra a política educativa e o ministério das Colónias liderado pelos liberais – inclusive com a colaboração das próprias missões religiosas, pela voz do vigário do Katanga – acontecimentos também seguidos de perto pelo consulado em Leopoldville.<sup>226</sup>

Os socialistas belgas também não se coíbem de alargar a discussão dos assuntos coloniais, convocando um congresso com essa finalidade para julho desse ano. Nele, a embaixada portuguesa nota as divergências entre os ministros, mais conservadores nas questões coloniais e claramente ultrapassados pelas bases, e os líderes sindicais, com grande influência no partido, que planeiam incentivar a sindicalização da população congoleza, enquanto a facção democrata-cristã divulga o manifesto da *Conscience Africaine*, cujo contexto é analisado posteriormente, e propaga as reivindicações do episcopado congolês.<sup>227</sup>

O incentivo da migração de população belga para o Congo, já defendido por Godding, mantém-se na política colonial belga da década de 50, segundo uma declaração ministerial de Van Acker no parlamento belga, em defesa da colonização e

---

Reybrouck, *Congo*, 204; Mabilille, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*, 280; Alexandre, *Contra o Vento*, 62, 375.

<sup>225</sup> A legação de Portugal na Bélgica foi elevada à categoria de embaixada a 25 de janeiro de 1956.

<sup>226</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 16, Prateleira 8, Maço 67187, ofício de Trigueiros de Aragão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 16 de abril de 1956, Sala C, Estante 23, Prateleira 1, Maço 1235, relatório político mensal n.º 12 (1 a 31 de agosto de 1954) do consulado geral de Portugal no Congo belga e Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, ofício de Trigueiros de Aragão de 16 de abril de 1956. Trigueiros Aragão atribui a ofensiva no *La Libre Belgique* à pena de Raoul Crabbé, um redator do *La Libre Belgique* e do semanário *Le Phare-Dimanche* condecorado pelo governo português.

<sup>227</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, ofício de Hall Themido ao diretor-geral da administração política e civil do ministério do Ultramar de 18 de dezembro de 1956.

desenvolvimento que considera estar a ser levado a cabo pela Bélgica em África e tomando por objetivo o favorecimento da extensão das zonas atribuídas ao colonato e da migração de jovens casais para a colónia com permanência a longo prazo. Van Reybrouck menciona que o desenvolvimento do Congo incentivou a saída de numerosos jovens valões e flamengos da metrópole para a colónia - pelo gráfico do anexo IV, constata-se que de 1950 para 1958, o número de colonos belgas aumentou de 39.006 para 86.736.<sup>228</sup>

Também a questão da arquitetura política congoleza se mantém premente na política colonial belga – afinal, já no pós-guerra imediato o governo tinha começado a estudar a melhor maneira de integrar a população local sem comprometer as linhas gerais do domínio belga no Congo, como já foi referido no capítulo anterior. O *lobby* dos colonos não revela ter sucesso aquando a discussão parlamentar de uma revisão constitucional que altere a relação entre o Congo belga e a metrópole em finais de 1953: se os parlamentares parecem admitir a alteração do estatuto do Congo, eliminando-se o conceito de colónia e passando a ser parte integrante de um Estado único, à semelhança do que aconteceu com a Revisão de 1951 que aboliu o Ato Colonial português, Futscher Pereira parece seguro em afirmar que a concessão de direitos políticos aos colonos residentes no Congo está longe de ser plausível. Esse *lobby* mantém a sua pressão, no entanto, sobre a metrópole para a concessão de direitos políticos e a criação de instituições representativas que retirem o carácter quase autocrático ao posto de governador-geral e a concentração do poder em Bruxelas.<sup>229</sup>

Os investimentos portugueses nos territórios coloniais, com a criação dos Planos de Fomento em meados da década, levam ao reforço das interligações bilaterais ultramarinas entre Portugal e a Bélgica – com os planos de expansão da ferrovia em Angola, a sua ligação aos caminhos de ferro congolezes exigem a consulta das autoridades belgas, que manifestam a sua concordância com a ligação de Nova Ambuíla, então Nova Caipemba, ao Caminho de Ferro de Matadi e a disponibilidade de estudar outras ligações transfronteiriças almejadas pelos planos portugueses. É para esses estudos que é criada uma comissão mista luso-belga, que reúne em Bruxelas a dezembro de 1957 e na qual

---

<sup>228</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 30, Prateleira 3, Maço 1569, ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 5 de maio de 1954. Vd. anexo IV desta dissertação e van Reybrouck, *Congo*, 203, "Walloons and Flemings left for "the Congo" in great number [...]; by 1952 their numbers [de europeus] had risen to 69,204, more than ever before.»

<sup>229</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 23, Prateleira 1, Maço 1235, ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 11 de maio de 1953 e relatório político mensal n.º 2 (1 a 31 de outubro de 1953) do consulado geral de Portugal no Congo belga.

participam técnicos de engenharia portugueses. Nas suas conclusões, os portugueses pensam que a ligação ferroviária poderá trazer dividendos ao aumentar o tráfego do porto de Matadi, o que também motiva a recusa das outras propostas portuguesas, cujos dividendos económicos para os belgas seriam pouco significativos.<sup>230</sup>

### *A relevância da opinião pública*

A opinião pública e as tentativas de a influenciar ganham relevo na documentação desta cronologia, algo reconhecido por Valentim Alexandre como uma das armas identificadas pelo Governo português como suscetíveis de serem utilizadas contra as crescentes pressões anticoloniais vindas do exterior, apesar de ser “em termos muito medidos e controlados”.<sup>231</sup>

Tanto os movimentos em oposição ao colonialismo português em África, como os sectores mais colonialistas e lusófilos, começam as suas investidas junto da opinião pública belga. Num artigo assinado por “Santos Mansagam” no *L’Afrique et le Monde*, periódico anticolonial de alcance inicialmente limitado, são rebatidas as afirmações da delegação portuguesa na Assembleia Geral das Nações Unidas, em que é afirmado que as populações coloniais têm autonomia política em províncias juridicamente semelhantes às províncias metropolitanas – a delegação rejeita, como já foi referido, a posse de territórios coloniais e não-autónomos por Portugal. O autor, no entanto, caracteriza estas afirmações como uma injúria à verdade – além da distinção entre o estatuto de assimilado (que o autor defende constituírem 95% da população) e indígena, também refere as questões do trabalho forçado e dos abusos físicos que mantêm Portugal como um executor de práticas coloniais antiquadas, escudando-se em artifícios jurídicos e retóricos que não se sustentam quando comparados à realidade.<sup>232</sup>

Outro prisma oferece um ensaio de autor incerto no periódico regional valão *Le Courrier de l’Escaut* – defende-se ter sido a colonização a alavancar o progresso dos indígenas africanos, notando-se diferença entre as metodologias britânica, portuguesa, francesa e belga. No que à belga diz respeito, o autor afirma verificar-se a manutenção do

---

<sup>230</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 9, Prateleira 2, Maço 66694, relatório da primeira reunião da comissão luso-belga em Bruxelas em 16 e 17 de dezembro de 1957 (23 de dezembro de 1957).

<sup>231</sup> Alexandre, *Contra o Vento*, 383.

<sup>232</sup> *L’Afrique et le Monde* de 1 de agosto de 1957. A embaixada portuguesa refere ser habitual a publicação de artigos hostis ao colonialismo português neste periódico em 1958 – Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 16, Maço 67187, ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 4 de março de 1958.

Congo enquanto colónia, mas com a entrada da população indígena no funcionalismo público, dificultada pelo bilinguismo; os portugueses, por outro lado, investem na alfabetização da população indígena e no desenvolvimento dos territórios coloniais através do III Plano Quinquenal, baseando a sua política colonial em três eixos: difusão da língua portuguesa, difusão do catolicismo e ausência de discriminação racial, sendo os únicos europeus, nas palavras do autor, a acreditar numa “véritable fraternité entre Noirs et Blancs”. O artigo termina com o autor afirmando não ser possível encontrar qualquer aspiração de autonomia ou independência por parte dos indígenas, em contraste com os restantes territórios administrados pelos estados europeus em África. Uma publicação identificável como peça propagandística, desde logo pela minúcia na apresentação do investimento financeiro português nos territórios africanos e pela defesa da ausência de hostilidade dos indígenas para com a administração colonial, bem como pelo contraste inicialmente estabelecido com a política colonial francesa, britânica e belga.<sup>233</sup>

O impacto real destes artigos é difícil de avaliar – a Bélgica permanecia uma potência colonial sem sinais de pretender descolonizar o Congo, pelo que os governos dificilmente aceitariam ser influenciados pelos artigos de cariz anticolonial e, na correspondência de Vieira Leitão com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e com Oliveira Salazar, e até na própria bibliografia, não são palpáveis indícios de que a população belga, de forma generalizada, se começava a mobilizar contra o colonialismo. Por outro lado, não se dispõe de provas que os artigos favoráveis ao colonialismo são plantados pelo governo português numa tentativa de influenciar a opinião pública belga – o conhecimento aprofundado que, por exemplo, o autor do artigo no *Le Courrier de l'Escaut* dispõe do III Plano Quinquenal tanto pode significar que é um indivíduo ao qual foram fornecidas informações de forma propositada, como pode meramente ter acesso a fontes de informação da política colonial portuguesa e ter agido de forma autónoma.

No entanto, é possível depreender certos aspetos da simpatia ou antipatia com que o colonialismo português era visto na metrópole belga no final da década de 50. Por admissão de Vieira Leitão, é expectável aos diplomatas portugueses que os sectores políticos do conservadorismo belga sejam mais favoráveis à política colonial portuguesa do que os sectores políticos da esquerda – e a sua surpresa é admitida quando, num periódico de extrema-direita com alcance razoável, são feitas críticas à administração portuguesa

---

<sup>233</sup> *Le Courrier de l'Escaut* de 13 de junho de 1957.

dos territórios em África.<sup>234</sup> Leitão admite a utilidade de tentativas de influenciar a imprensa local e a opinião pública, como admite ser feito pela embaixada da União Indiana em relação à questão de Goa, mas refere a exigência avultada de recursos financeiros e humanos de que apenas algumas representações diplomáticas dispõem em Bruxelas, dificultando, por exemplo, ações da embaixada portuguesa no sentido oposto.<sup>235</sup>

As autoridades diplomáticas portuguesas na embaixada e no ministério, e a própria PIDE, não ficarão, no entanto, inertes – levam a cabo ações no sentido de recolher informação e identificar os autores dos artigos considerados hostis à presença de Portugal em África. Identificam os heterónimos utilizados por grupos, entre os quais se inclui “Silva Mangani”, “Mada” e, possivelmente, o já referido “Santos Mansagam”, que servem de cobertura nas críticas à administração colonial portuguesa contidas nos artigos do *L’Afrique et le Monde*. As diligências portuguesas, no entanto, surtem algum efeito, mesmo que limitado – Paul Fabo<sup>236</sup> confessa, segundo Vieira Leitão, ao primeiro secretário da embaixada portuguesa estar sob pressão dos Negócios Estrangeiros belgas para revelar a identidade dos autores. Se a indisponibilidade financeira limita a capacidade de ripostar na imprensa e junto à opinião pública, a embaixada portuguesa já se tinha revelado disposta a agir junto das autoridades belgas para travar este tipo de críticas em 1952, gerando desconforto devido ao zelo que os governantes belgas têm pelas leis de liberdade de imprensa.<sup>237</sup>

O próprio consulado português em Leopoldville reconhece a utilidade de tentar influenciar a opinião pública belga, mesmo que a opinião emitida pelo sucessor de Novais Machado seja mais contida, não reivindicando uma política sistemática de *opinion-making*, nem alegando a sua utilidade e simultânea impossibilidade por falta de recursos. Futscher Pereira defende o impacto de certos acontecimentos na colónia belga –

---

<sup>234</sup> Estas críticas estão presentes num artigo do flamengo *De Linie* de 14 de dezembro de 1957. Assentam, essencialmente, na afirmação do atraso social das colónias portuguesas, na crítica do trabalho obrigatório e dos baixos salários, e da insuficiência da rede de ensino.

<sup>235</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 16, Prateleira 8, Maço 67187, ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 30 de janeiro de 1957.

Um levantamento não-exaustivo de artigos e ensaios presentes na imprensa belga e a sua respetiva posição perante o colonialismo português consiste no anexo II da presente dissertação. Foi feito com base, essencialmente, nos recortes de imprensa recolhidos pela legação/embaixada portuguesa em Bruxelas.

<sup>236</sup> Paul Fabo (1906-1973) foi um jornalista francófono nascido no Benim, diretor do periódico *L’Afrique et le Monde*.

<sup>237</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 16, Prateleira 8, Maço 67187, ofício de Franco Nogueira ao diretor da PIDE de 21 de março de 1958 e ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 12 de dezembro de 1957. O caso de 1952, em que as autoridades belgas confessam a sua incapacidade de conter as críticas ao colonialismo portuguesas na imprensa, é relatado em Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 34, Pasta 1, Carta de Vieira Leitão a Oliveira Salazar de 6 de janeiro de 1952.

referindo-se, concretamente, à planeada visita de Craveiro Lopes a Angola – e as vantagens no convite de jornalistas belgas seletos para acompanhar a visita e difundir informação transmitida de forma controlada pela administração colonial.<sup>238</sup>

Noutro ponto, as ações belgas no sentido de influenciar a opinião pública norte-americana também terão influência explícita nos esforços de diplomacia pública portugueses noutros países. Manuel Rocheta, a escrever pelos Negócios Estrangeiros ao embaixador em Washington, Esteves Fernandes, dá nota de um artigo favorável à administração belga em África publicado na *Newsweek*. Rocheta dá instruções a Esteves Fernandes para que seja clarificado se estes artigos são resultado de uma política concertada pela embaixada belga – cuja existência é confirmada pela literatura desde a II Guerra Mundial, como já foi referido – mas, mais importante que isso, afirma ser útil a criação de um programa análogo pela embaixada portuguesa, favorecendo a deslocação de jornalistas a Angola e Moçambique. Apesar de Esteves Fernandes ver desmentida a afirmação de que a embaixada belga seria responsável pela publicação de uma série de outros artigos na *Sunset*, informações que obtém a título confidencial afirmam que aqueles seriam resultado do financiamento por grupos norte-americanos com interesses económicos no Congo, contradizendo a versão transmitida pelas autoridades belgas.<sup>239</sup>

A legação belga tem a preocupação de conter alguns reparos feitos na imprensa portuguesa contra o Congo Belga - preocupação que o governo português se demonstra disponível para aliviar, conforme evidencia um caso passado com o *Diário da Manhã* em início de 1953. Uma série de artigos de João de Castro Osório<sup>240</sup> a propósito da Conferência de Berlim e da atuação da Bélgica, considerada prejudicial aos interesses portugueses em África no final de Oitocentos, levam a uma queixa pelo ministro da Bélgica e a diligências dos serviços de imprensa dos Estrangeiros portugueses junto ao chefe de

---

<sup>238</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 43, Prateleira 4, Maço 2269, ofício de Futscher Pereira ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 28 de fevereiro de 1954.

<sup>239</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 23, Prateleira 1, Maço 1235, ofício de Esteves Fernandes ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 13 de maio de 1953 e ofício de Manuel Rocheta ao embaixador de Portugal em Washington de 12 de janeiro de 1953. Em dezembro de 1951, já a embaixada portuguesa tinha dado nota da divulgação de propaganda favorável ao colonialismo belga paga por si – Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 23, Prateleira 1, Maço 1235, ofício de Esteves Fernandes ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 12 de dezembro de 1951.

<sup>240</sup> Assume-se que seja João de Castro Osório Oliveira (1899-1970), escritor e dramaturgo nacionalista português.

redação do periódico, Eduardo Freitas da Costa<sup>241</sup>, e ao diretor, Manuel Múrias<sup>242</sup>. Múrias defende-se argumentando que os artigos são essencialmente peças históricas e que a própria imprensa belga não se coíbe de criticar o colonialismo português, mas acaba por ceder às pressões dos serviços do ministério. A natureza autocrática do regime português permite-lhe um contraste com a atuação dos governos belgas junto à imprensa – as solicitações são atendidas de forma mais pronta.<sup>243</sup>

Em maio de 1958, o ministro das Colónias belga pertencente ao Partido Liberal, Auguste Buisseret<sup>244</sup>, já referido pelo papel secularizante que assumiu enquanto antigo ministro da Instrução Pública e pelos temores de que a sua tomada da pasta das Colónias pudesse representar uma investida sobre a influência das missões no Congo, concede uma entrevista ao *Diário Ilustrado*. Mencionando o seu desejo de não entregar o monopólio do ensino às missões católicas e protestantes, defende a opção do governo belga em expandir o sistema de ensino no Congo com uma base estatal, opção essa que tem esbarrado na oposição dos meios mais conservadores e confessionais na colónia. O *Diário* admite, no entanto, não ser esse o principal assunto da entrevista que, aliás, o ministro se recusa a elaborar devido à proximidade do ato eleitoral legislativo belga.<sup>245</sup>

O ministro não se coíbe, no entanto, de falar da colonização portuguesa, um “modelo”, nas suas palavras, assente em “províncias leais e prósperas”. Com interesses comuns no continente africano, Buisseret defende a união belgo-portuguesa quando o colonialismo é posto em causa a nível internacional, optando-se pelo caminho da crescente cooperação – sendo um membro do governo em funções, parece certo que o ministro liberal não exporia, de forma tão afincada, uma opinião que não refletisse a política que o governo belga pretendia seguir em África.<sup>246</sup>

No governo-geral de Angola e no consulado de Leopoldville, noutra perspetiva, uma das preocupações que começa a ser identificada na documentação, é a posição que

---

<sup>241</sup> Eduardo Freitas da Costa (1915-1980) foi um jornalista nacionalista português que serviu como chefe de redação de *A Vitória* e do *Diário da Manhã*.

<sup>242</sup> Manuel Maria Murias Júnior (1900-1960) foi um político, escritor e jornalista nacionalista português que dirigiu o *Diário da Manhã*.

<sup>243</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 40, Prateleira 4, Maço 2099, informação de serviço de José Paço d’Arcos de 19 de janeiro de 1953.

<sup>244</sup> Auguste Buisseret (1888-1965) foi um político liberal belga. Caracterizado pelo seu secularismo e pela francofilia, ocupou diversas pastas em governos socialistas e católicos, sendo mais perene a sua permanência à frente das Colónias durante 4 anos (1954-1958).

<sup>245</sup> *Diário Ilustrado* de 22 de maio de 1958.

<sup>246</sup> *Diário Ilustrado* de 22 de maio de 1958.

certos indígenas angolanos, migrados e aculturados no Congo belga, começam a assumir perante o colonialismo português. Os referidos artigos no *L’Afrique et le Monde* assinados por heterónimos, com posições críticas em relação ao colonialismo português, particularmente em Angola, são atribuídos a angolanos residentes em Boma e educados em missões católicas belgas, junto à fronteira com Angola. Começa a ser palpável, nos documentos, uma tensão latente que não se voltaria a aligeirar.<sup>247</sup>

*A desestabilização – o Plano van Bilsen, o manifesto Conscience Africaine, as eleições de 1957 e a Expo58*

Quando Pétillon abandona o cargo de governador-geral, o contexto que se desenha é completamente diferente daquele aquando sua chegada ao cargo. O seu sucessor, Hendrik Cornelis<sup>248</sup>, é considerado um homem com experiência vasta nos assuntos congolezes pelo consulado em Leopoldville e a sua escolha é vista como acertada e uma manutenção das linhas políticas gerais já definidas. A diplomacia portuguesa no Congo considera Cornelis um indivíduo próximo dos interesses portugueses em África e disponível para a contínua aproximação entre a colónia belga e Angola. Será, no entanto, o último a ocupar este cargo. A Pétillon, por seu lado, cabe regressar a Bruxelas para ocupar a pasta das Colónias, sucedendo ao ministro liberal que o tutelava, Buisseret, durante escassos meses, numa tentativa de reaproximar o governo-geral ao ministério.<sup>249</sup>

A exportação das disputas partidárias para o Congo desagrada às forças vivas coloniais, que procuram manter afastadas as intrigas da política metropolitana, para evitar a politização generalizada da população, ainda arredada, juridicamente, dos direitos políticos – isto arrisca, na sua ótica, a generalização dos desejos de autonomia e independência por parte da população indígena, pondo em causa o *status quo* colonial que tem vindo a ser mantido desde o início do pós-guerra até 1956. Além disso, pelo próprio relato do embaixador português, este desenvolvimento não é bem-visto por Baudouin, que pretende que o Congo seja colocado “no plano exclusivamente nacional”. É em dezembro de 1955 que é publicado o Plano van Bilsen, da autoria de um académico belga, defendendo a

---

<sup>247</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 16, Prateleira 8, Maço 67187, ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 3 de dezembro de 1957 e ofício da repartição de gabinete do governo-geral de Angola ao cônsul de Portugal em Léopoldville de 6 de novembro de 1957.

<sup>248</sup> Hendrik Cornelis (1910-1999) foi um funcionário colonial belga que serviu como último governador-geral do Congo belga entre 1958 e 1960.

<sup>249</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 16 de julho de 1958 e ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 8 de julho de 1958.

aplicação de políticas desenvolvimentistas que preparem o Congo para a autonomia no prazo de 30 anos, formando-se uma comunidade belgo-congolesa do tipo *Commonwealth*. Na colónia, a reacção faz-se sentir logo no início de 1956, com a publicação do já referido manifesto da *Conscience Africaine* que é geralmente favorável ao plano de van Bilsen, reivindicando melhores condições e mais igualdade para os indígenas, em cooperação com a metrópole. O mesmo não pode ser dito da reacção da ABAKO e de Kasa-vubu, que temem perder a sua ascendência sobre a contestação indígena aos belgas. O contra-manifesto publicado pela ABAKO é o primeiro grande apelo à independência imediata do Congo, sem qualquer contrapartida para os belgas, gerando apreensão nos círculos coloniais.<sup>250</sup>

O manifesto da *Conscience Africaine* e a própria criação e dinamização da ABAKO não seriam possíveis sem a política belga de criação de uma comunidade “europeizada” desde os últimos anos da II Guerra Mundial, a qual apelidam de *évolués* (um estatuto semelhante ao dos assimilados na Angola portuguesa)– congolezes que aspiram ao modo de vida europeu e à integração na vida política da colónia em igual estatuto aos belgas metropolitanos, tendo sido educados nas missões religiosas e, muitos deles, empregues nos negócios europeus ou na própria administração colonial, criando círculos de convívio próprios (*cercles des évolués*) onde era discutida a política e a produção cultural: a própria ABAKO, no início, não passou de uma associação cultural dos bakongo. A criação da carta de mérito cívico e do certificado de matrícula são precisamente tentativas de resposta por parte das autoridades coloniais aos anseios dos évolués, concedendo-lhes mais direitos jurídicos, mas sem efeitos na discriminação social e da desigualdade económica.<sup>251</sup>

A tensão latente força uma alteração profunda no sistema político colonial. Bruxelas opta, finalmente, pela criação de formas de participação política – um poder local eleito, com circunscrições políticas dedicadas aos indígenas, que adquirem o direito ao voto pela primeira vez. Os presidentes dessas circunscrições, criadas primeiro em

---

<sup>250</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 16, Prateleira 8, Maço 67187, ofício de Trigueiros de Aragão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 16 de abril de 1956 e Sala C, Estante 23, Prateleira 1, Maço 1235, relatório político mensal n.º 12 (1 a 31 de agosto de 1954) do consulado geral de Portugal no Congo belga. van Reybrouck, *Congo*, 202, 230–38; Mabilie, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*, 280. A conversa entre Vieira Leitão e Baudouin, onde também é expressa a vontade que tem de haver uma aproximação luso-belga em política africana, é relatada em Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 34, Pasta 2, Carta de Vieira Leitão a Oliveira Salazar de 20 de maio de 1956.

<sup>251</sup> van Reybrouck, *Congo*, 214–19; Makombo, "Le manifeste Conscience Africaine (1956)"; Mabilie, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*, 279.

Léopoldville, Elisabethville e Jadotville, respondem perante um administrador belga, mas não deixa de ser o primeiro ato democrático no Congo, com as eleições a serem organizadas para 8 de dezembro de 1957. A ABAKO tem resultados bastante expressivos na capital congoleza – 139 de 170 mandatos na assembleia municipal e seis dos oito presidentes indígenas eleitos.<sup>252</sup>

Factualmente, a propaganda belga destinada a criar a imagem de uma colónia-modelo não passou de exatamente isso – propaganda. A ideia idílica contrasta com as concessões sucessivas e com as medidas tomadas pelos governos belgas, quer socialistas, quer católicos, com vista a, simultaneamente, combater a ostracização internacional do colonialismo através de políticas desenvolvimentistas e gerir as tensões sociais e políticas delas derivadas, sendo a democratização do poder local o início de um processo de concessão de direitos políticos cada vez mais reivindicados tanto por europeus, como por indígenas. As eleições comunais de dezembro de 1957 foram consideradas, pela diplomacia portuguesa em Bruxelas, como “o primeiro movimento de uma evolução já agora irreversível” e por um periódico internacional como “the beginnings of formal political life” – o nacionalismo africano toma a dianteira, em detrimento das forças favoráveis à Bélgica e dos grupos nacionalistas de inspiração católica que as autoridades portuguesas defendem ser resultado de ações hostis da *Propaganda Fide*.<sup>253</sup>

No ano seguinte, 1958, a Bélgica organiza a Exposição Universal na sua capital. Centenas de congolezes, incluindo soldados da *Force Publique*, são convidados pela metrópole, entrando em contacto não só com as dinâmicas sociais e políticas da Europa, mas também com compatriotas de todo o ponto da colónia belga. Indígenas de diversos pontos do Congo, sindicalistas e trabalhadores, políticos da direita e da esquerda belgas, uma socialização que abre portas e mundos a um mundo que, até agora, estava fechado à mente da maioria dos indígenas congolezes – um risco que, relata a bibliografia, Pétilion, agora ministro, identifica para a manutenção do poder belga em África.<sup>254</sup>

---

<sup>252</sup> van Reybrouck, *Congo*, 235–38; Vanthemsche, *Belgium and the Congo, 1885-1980*, 83–84.

<sup>253</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, ofício de Vasco da Cunha para o embaixador de Portugal em Bruxelas de 25 de fevereiro de 1956, Estante 30, Prateleira 3, Maço 1569, telegrama de Vieira Leitão para o ministério dos Negócios Estrangeiros de 2 de dezembro de 1958, Estante 23, Prateleira 1, Maço 1235, ofício de Vieira Leitão ao ministério dos Negócios Estrangeiros de 16 de janeiro de 1958 e Sala 10, Estante 5, Prateleira 2, Maço 66693, ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 11 de fevereiro de 1958. *New York Times* de 9 de dezembro de 1957. As divergências entre Portugal e o Vaticano a propósito do colonialismo são visíveis na documentação consultada, com particulares críticas à Congregação em questão.

<sup>254</sup> van Reybrouck, *Congo*, 239–41.

Em finais desse ano, depois do início do mandato de Cornelis a encabeçar a colónia belga e o regresso dos congolezes depois da Expo58, o governo de Eyskens ainda considerava restar-lhe tempo para encaminhar a situação congoleza de modo que fosse favorável aos interesses belgas em África, apesar de já admitir a possibilidade do estatuto de colónia em que o Congo se via mantido não ser viável a longo prazo – algo que já causava receio nos Estrangeiros portugueses desde 1956. Por admissão de Hemelrijck, a comissão nomeada para estudar as futuras relações entre a Bélgica e o Congo previa ter, em janeiro, concluído o seu trabalho, assentando-se em deixar ao critério dos congolezes decidir a manutenção de uma associação com a Bélgica ou a independência plena, mas que a transição deveria ser realizada em etapas o mais demoradas possível, para criar nos *évolués* uma vontade favorável à associação com a Bélgica. As repercussões dos acontecimentos na África Equatorial Francesa estavam a alastrar-se pela colónia belga e o governo admitia-se impotente em travá-la.<sup>255</sup>

A multiplicação de forças políticas congolezas, nas quais se inclui a ABAKO, o MNC e a União Congoleza de Elisabethville, e as suas reivindicações por cada vez mais autonomia e independência são acompanhadas pelo consulado português em Leopoldville, bem como a aproximação de certos grupos políticos congolezes a outros movimentos de nacionalismo africano transfronteiriços, particularmente os de Brazzaville. Para Siqueira Freire, o impacto dos acontecimentos para a situação colonial portuguesa consiste em dois pontos: o do impacto internacional e o do impacto interno nas colónias. O risco da mobilização dos indígenas angolanos residentes no Congo belga contra o colonialismo português e da politização das populações indígenas sob administração portuguesa direta é elencado como um dos perigos adjacentes à crescente fervilhação da situação política além da fronteira de Angola, suscetível de “contaminar” a colónia portuguesa, opinião que o cônsul afirma ser partilhada pela polícia política portuguesa e, também pela *Sûreté* em Leopoldville.<sup>256</sup>

Qual, então, a reação apropriada defendida pelo cônsul aos crescentes sinais de politização e de alteração de dinâmicas na colónia belga? A segurança do território

---

<sup>255</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, ofício de Vasco da Cunha para o embaixador de Portugal em Bruxelas de 25 de fevereiro de 1956, Estante 30, Prateleira 3, Maço 1569, telegrama de Vieira Leitão para o ministério dos Negócios Estrangeiros de 2 de dezembro de 1958, Estante 23, Prateleira 1, Maço 1235, ofício de Vieira Leitão ao ministério dos Negócios Estrangeiros de 16 de janeiro de 1958.

<sup>256</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 24 de outubro de 1958.

angolano, afirma, depende exclusivamente da atuação angolana. Defende a tomada de medidas que prevejam infiltrações dos movimentos nacionalistas africanos através de Leopoldville, Brazzaville e Ponta-negra, principais pontos em ebulição dos territórios coloniais belga e francês que ameaçam, principalmente o Congo português, com uma fronteira altamente às linhas étnicas dos bakongo principal etnia de apoio à ABAKO – o seu nacionalismo étnico, reivindicando o legado do antigo Reino do Congo, é incompatível com a divisão colonial da região vinda do período alto do imperialismo europeu em África. Além disso, o cônsul considera a cooperação entre a *Sûreté*, ainda salvaguardada do processo de africanização levado a cabo pelo governo-geral, e os serviços da PIDE em Angola fundamental, assumindo que a presença belga em África se prolongará.<sup>257</sup>

---

No fundo, a maior parte da década de 50 é um período mais de continuidade que rutura no que aos contactos luso-belgas no âmbito colonial diz respeito: as dinâmicas multilaterais intensificam-se com a entrada de Portugal na ONU e com o desenvolvimento de estratégias para enfrentar o bloco anticolonial na Assembleia Geral e nas comissões pela diplomacia portuguesa, que tem, na delegação belga, um aliado constante contra a investida de países como a Índia, a Jugoslávia e o Iraque. É na década de 50, de facto, que organizações como a CCTA e sessões como as das Conversas Quadripartidas, sempre com um fundo subjacente, das potências que as promovem, de determinar a melhor maneira de lidar com a crescente internacionalização e crítica ao colonialismo – no entanto, a própria documentação reconhece que Portugal e a Bélgica assumem um papel secundário, particularmente nas Conversas Quadripartidas, face à França e à Grã-Bretanha, potências com mais capacidade de influência e de marcar o passo. Ainda na questão do multilateralismo, com o novo ímpeto para a integração europeia, estabelece-se uma dinâmica oposta entre Portugal e a Bélgica – o primeiro vira as suas costas à Europa, enquanto a segunda se torna num dos motores da integração pelas figuras de van Zeeland e Henri Spaak. No entanto, ambas as classes dirigentes concordam em relação aos perigos de abrir as economias coloniais à integração europeia, logo apontando a Itália e a Alemanha como os grandes vencedores dessa abertura. A internacionalização das colónias é sempre

---

<sup>257</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 24 de outubro de 1958.

combatida por Portugal e pela Bélgica, reeditando um padrão que já se verificava no entre-guerras, designadamente na Comissão Permanente dos Mandados da SDN.

Vieira Leitão tem, de um ponto de vista comparativo, uma estadia anormalmente prolongada no posto que ocupa até à sua saída da carreira diplomática – permanece em Bruxelas ao longo de toda a cronologia desta investigação, enquanto os cônsules em Leopoldville, conforme já foi evidenciado, se vão sucedendo. Pela correspondência de Vieira Leitão, é visível a sua proximidade pessoal a Salazar e a várias das figuras que circundam a família real belga, notando-se, até, algumas discordâncias com os vários que vão ocupando a pasta dos Negócios Estrangeiros até 1961. Serão estas proximidades a justificação para que Vieira Leitão esteja encarregue da representação de Portugal na Bélgica durante grande parte dos anos 60, toda a década de 50 e metade da década de 40? Não há base documental que permita sustentar essa afirmação, mas é claro que o diplomata português é uma das principais fontes de informação sobre o colonialismo belga e a política belga em geral para Oliveira Salazar.

No que diz respeito às opiniões formadas pelo embaixador, é identificável na sua correspondência o progressivo descrédito que começa a sentir pelos meios políticos belgas no que diz respeito à política colonial, com uma notável excepção. A já referida “exportação” dos conflitos partidários para o plano colonial fá-lo temer que se perca “com grande dano para nós, o único ponto de equilíbrio que ainda resta [em África]”. É em meados da década de 50 que se nota o desenvolvimento de uma certa cumplicidade entre Vieira Leitão e a família real belga em torno da questão colonial, com o embaixador a aprovar das posições e reflexões feitas por Baudouin, uma das figuras que mais esforços encetou para a manutenção de laços belgas ao Congo e que, a Vieira Leitão, confessou “que tinha no mais alto apreço a amizade portuguesa, que faria tudo quanto estivesse ao seu alcance para cimentar essa amizade e que entendia que nos devíamos apurar sempre mutuamente. Considera apoio essencial à nossa salvação em África, defendendo-nos dos inimigos... e dos amigos.”<sup>258</sup>

Os esforços em acompanhar e cativar a opinião pública também são redobrados – seja ela a belga, levando a lamentos da embaixada portuguesa relativos à falta de recursos financeiros para a influenciar, seja a portuguesa, que a belga procura sustentar através de

---

<sup>258</sup> Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 34, Pasta 2, Carta de Vieira Leitão a Oliveira Salazar de 20 de maio de 1956 e carta de Vieira Leitão a Oliveira Salazar de 7 de julho de 1956.

intervenções dos serviços de censura portugueses e entrevistas, seja a própria norte-americana, que mereceu atenção intensa da diplomacia pública dos Estrangeiros belgas, atenção sempre acompanhada pela embaixada portuguesa em Washington. As visitas recíprocas dos governadores-gerais do Congo belga e de Angola às colónias, e a extensa produção mediática resultante, também não deve ser desligada da questão da opinião pública nem restrita a meras visitas protocolares.

A cooperação militar luso-belga para a defesa da foz do Congo é perfeitamente inserível nas dinâmicas da Guerra Fria – a preocupação de um conflito europeu que leve à ocupação de grande parte do continente pelos soviéticos, as suas possíveis investidas em África, vista como reduto da Europa no próximo conflito bélico, a desejável proximidade entre Portugal e Bélgica para aligeirar a sua dependência militar de outras potências. A descolonização belga levará, no entanto, ao fim deste tipo de iniciativas, pelo óbvio motivo de que a Bélgica já não possuía interesses estratégicos na defesa territorial de uma colónia que já não detinha.

Quanto à política interna congoleza, é palpável um sentimento de descrença no funcionalismo português que aparenta derivar para apreensão, não obstante a visão positiva que alguns possuem do desenvolvimentismo do Plano Decenal – a adoção de políticas como a política de assimilação de Jungers, bastante tardia, é considerada um risco caso seja mal executada, podendo levar à perda do controlo sobre a população indígena; a partidarização das questões políticas e da própria sociedade portuguesa, potenciando instabilidade, também é entendida de forma negativa, uma vez que as autoridades portuguesas sempre rejeitaram as tentativas propagandísticas belgas de apresentar o Congo como uma colónia modelo. De maneira geral, no entanto, não são identificáveis críticas às escolhas para os lugares cimeiros da administração colonial belga pelos portugueses, apesar do mesmo não poder ser dito em relação às opções que aqueles tomam. Tudo isto, é claro, com um alicerce subjacente de medo de possível “contaminação” dos indígenas angolanos no Congo belga e do transbordo de qualquer tipo de alterações para a colónia portuguesa.

Logo no início de 1959, os acontecimentos alteram o cenário de forma profunda e a desagregação do império colonial belga assume uma velocidade vertiginosa, conforme se procurará demonstrar no capítulo seguinte.

## 4 – Os anos de charneira (1959-1960)

---

*“O caso do Congo é um misto de inépcia, de fantasia e de suficiência.”*<sup>259</sup>

Vieira Leitão correspondendo-se com Oliveira Salazar a 15 de agosto de 1960

Este capítulo, pela riqueza documental e dos eventos em estudo, dedica-se exclusivamente a dois anos. O primeiro ponto aborda a questão dos tumultos de 4 de janeiro e das principais consequências que tiveram não só no Congo belga, mas também em Angola e em Portugal; analisados os tumultos, segue-se para a análise do ano de 1959 com base em três fontes de informação: o consulado de Léopoldville, a embaixada e os ministérios portugueses e a polícia política portuguesa. O segundo ponto traça um panorama dos últimos seis meses da colonização belga, antes de focar a sua atenção no próprio dia da independência do Congo, 30 de junho de 1960.

### 4.1. – 1959: o ano da ebulição

*Os tumultos de 4 de janeiro de 1959 e as consequências imediatas*

A 4 de janeiro, numa iniciativa da ABAKO, uns milhares de congolezes aglomeraram-se num campo de basquetebol da YMCA, em Léopoldville – têm a expectativa assistir a uma conferência de um dos líderes da AKABO, que acaba por não acontecer. As autoridades belgas proíbem a reunião, levando à intervenção das forças de segurança, o que agita os ânimos e faz despoletar atos de violência que os belgas têm dificuldade em conter na capital, entre o dia 4 e dia 7. O balanço oficial refere a morte de 42 congolezes, bem como centenas de feridos, tanto europeus como indígenas. Os danos materiais, que ascendem a milhões de francos, são de diversa natureza. No dia 7, o líder da ABAKO, Kasa-buvu, é detido, juntando-se a inúmeros dos que já tinham sido presos durante e no rescaldo dos motins. A 13, vem a reação belga – uma declaração governamental extensa,

---

<sup>259</sup> Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 34, Pasta 3, Carta de Vieira Leitão a Oliveira Salazar de 15 de agosto de 1960.

mas, mais importante que ela, o célebre discurso do rei Baudouin, onde é mencionado, sem equívocos, o propósito da independência pela primeira vez.<sup>260</sup>

Como seria de esperar a comunidade portuguesa foi afetada pela violência dos “graves acontecimentos” em Leopoldville. As autoridades consulares portuguesas referem a destruição de numerosos estabelecimentos e a presença de voluntários portugueses armados no policiamento noturno, com mulheres e crianças a resguardarem-se nas instalações do consulado— Siqueira Freire não identifica mortos portugueses, mas afirma que os prejuízos materiais são elevados. Os Negócios Estrangeiros portugueses apontam sucintamente a importância dos acontecimentos para Portugal – não só há uma comunidade lusa expressiva em Leopoldville, como inspira apreensão o significado da agitação dos indígenas tão perto de uma colónia portuguesa.<sup>261</sup>

Os ecos dos acontecimentos na imprensa portuguesa são profundos. Ainda em março, o *Diário Popular* fazia um relato dos resultados dos tumultos, com os europeus a serem apresentados como as principais vítimas da violência praticada. A responsabilidade é atribuída a “criaturas indignas e falhas de sensibilidade moral” que atacam principalmente as escolas e as missões religiosas, rejeitando-se qualquer atributo nacionalista ou crise de carestia como motivação. A comunidade portuguesa, por sua vez, é caracterizada como corajosa, louvando-se alguns dos congolezes que lhes deram abrigo em necessidade. No entanto, a imprensa portuguesa faz espelho daquela que a opinião de variados membros da elite política do Estado Novo – os acontecimentos em Leopoldville são o resultado do falhanço da política de assimilação tardia e apressada levada a cabo pela Bélgica no Congo, que contrasta com o louvor lusotropicalista que o *Diário Popular* faz ao colonialismo português.<sup>262</sup>

Pouco depois dos motins de Leopoldville, na imprensa belga, o *Standaard*, periódico flamengo, caracteriza Portugal como inquieto, mas com intenções firmes em África. Os motins, descrevem, tiveram grande impacto nos meios portugueses não só devido à proximidade de Angola à colónia belga, mas também devido a potenciais aspirações

---

<sup>260</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 15, Maço 13553, informação de Henrique Cabrita para a direção-geral de Administração Política e Civil do ministério do Ultramar de 27 de janeiro de 1959. Mabile, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*, 280; van Reybrouck, *Congo*, 245–50.

<sup>261</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 43, Prateleira 4, Maço 2269, telegrama do ministério dos Negócios Estrangeiros ao embaixador português em Bruxelas de 6 de janeiro de 1960; telegrama de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 7 de janeiro de 1959; telegrama de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 29 de janeiro de 1959 e telegrama de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 5 de janeiro de 1959.

<sup>262</sup> *Diário Popular* de 6 de março de 1959.

anexionistas dos nacionalistas congolese em relação ao Congo português. O risco de “contaminação” da colónia portuguesa e o temor da infiltração dos movimentos nacionalistas pelo ideário revolucionário comunista causam apreensão em Lisboa.<sup>263</sup>

De facto, Valentim Alexandre faz menção não só do impacto que os tumultos tiveram nos portugueses e no comércio de retalho na capital da colónia belga, mas também das suas repercussões em Angola. O governador-geral, Sá Viana Rebelo, considera a situação em Leopoldville sob controlo dos belgas a 7 de janeiro, mas os efetivos adstritos ao controlo da fronteira das duas colónias são reforçados. Os colonos portugueses, por sua vez, solicitam autorização para formarem milícias de autodefesa, temendo a insuficiência dos meios militares. A tensão, no entanto, dissipa-se e as autoridades militares portuguesas em Angola duvidam da capacidade de mobilização dos eventos no Congo belga junto dos indígenas angolanos.<sup>264</sup>

A reação belga aos tumultos de janeiro exigiu a cooperação com as autoridades militares portuguesas, quando aquela passa por reforçar a presença militar em Kitona com um batalhão de paraquedistas metropolitanos e o envio de mais meios, para aumentar a capacidade de resposta tanto dessa base, como da de Kamina. Estes dois projetos militares da década de 50 serão, no processo de descolonização do Congo, um dos focos de atrito entre a Bélgica, que estará ciosa de os manter nas suas mãos, mas não o consegue fazer sem apoio internacional, e os novos governantes do Congo, pouco desejosos de manter uma Espada de Dâmocles a pairar sobre si, conforme se expandirá adiante. Vieira Leitão identifica como objetivos dos belgas, com o reforço da capacidade de Kamina e Kitona, aumentar a capacidade de resposta a novos tumultos caso o estado de desordem se agrave, mas, também, tornar a colaboração dos belgas na defesa das rotas marítimas do sul de África indispensável para os seus parceiros. A passagem destas tropas foi feita através de Lisboa com a colaboração da Força Aérea portuguesa, valendo-lhe o agradecimento do Chefe de Estado Maior da Força Aérea belga.<sup>265</sup>

*O ano de 1959 avaliado pelo consulado em Leopoldville*

---

<sup>263</sup> *Standaard* de 15 de janeiro de 1959.

<sup>264</sup> Alexandre, *Contra o Vento*, 478–79.

<sup>265</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 9, Prateleira 3, Maço 66702, ofício de Franco Nogueira ao chefe de gabinete do ministro da Defesa Nacional de 10 de março de 1959; Sala C, Estante 23, Prateleira 1, Maço 1235, telegrama de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 4 de março de 1959 e ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 29 de janeiro de 1959.

O consulado em Leopoldville procura controlar – ou pelo menos, manter-se a par – do impacto dos eventos na colônia belga na comunidade portuguesa e nos indígenas angolanos na capital. Siqueira Freire considera que, decorrido um mês sobre os acontecimentos, as consequências imediatas dos tumultos assumem um papel secundário e a evolução da situação política volta a tomar o centro das suas atenções. As alterações na arquitetura política congoleza, com o alargamento da presença indígena e dos colonos europeus nos órgãos, têm como consequência principal a multiplicação de grupos políticos – sejam eles a favor de uma solução de independência total (União Nacional Congoleza) ou de uma solução federal ultramarina (Agrupamento Congolês). Nota-se, no entanto, a valorização do comandante da *Force Publique*, o general Jansens, pela atitude que assumiu perante os motins, que o cônsul afirma fazer contraste com a inabilidade de Cornelis, abalado pelos acontecimentos, e de van Hemelrijck. Siqueira Freire relata, também, que certos círculos belgas atribuem a instabilidade vivida no Congo à independência da colônia francesa vizinha (Congo-Brazzaville) e à sua influência desestabilizadora – mas critica a falta de sentido de responsabilidade assumida por estes círculos.<sup>266</sup>

A visita de Hemelrijck ao Congo, em junho, é considerada um fracasso pautado por conflitos entre si e o governador-geral e pela aberta contestação dos nacionalistas à sua presença na colônia, contrastando com o regresso triunfal de Kasa-vubu a Leopoldville pouco antes. A preparação do boicote às eleições de dezembro de 1959 é referida pelo cônsul, mas este foca-se mais na cisão no MNC que resultou na criação da facção de Lumumba (MNC-Lumumba) e na facção de Kalonji (MNC-Kalonji), com Siqueira Freire a não se coibir de tecer considerações negativas sobre o caráter de Lumumba e de Kalonji, especialmente a propósito do papel do último na desordem em Luluabourg que exigiu a intervenção da *Force Publique*. A preocupação dos movimentos nacionalistas congolezes é, agora, a constituição de um governo provisório o quanto antes, mas só o atingem após as primeiras eleições parlamentares no Congo, em maio de 1960. A par da PIDE, conforme é elaborado de seguida, Siqueira Freire toma nota da aproximação da ABAKO aos interesses bakongo e à sua implantação na província do Baixo-Congo, mas não avalia o impacto que isto poderá ter na relação com os indígenas em Angola.<sup>267</sup>

---

<sup>266</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 9 de fevereiro de 1959.

<sup>267</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 20 de maio de 1959, ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 11 de junho de 1959 e ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 26 de agosto de 1959.

Por volta de agosto, o consulado envia três cartas apreendidas que alega serem da autoria de angolanos, com destino a Angola: de D.M. para Pedro Thinani, no Quibocolo; de Simão Bayard para Dombassi Sebastião, de Luanda e de Afonso [sobrenome ilegível] para Pedro Kava, também de Luanda. Das três, o consulado atribui mais importância à carta de D.M., avaliação com a qual se concorda – é uma carta mais extensa e com conteúdo mais variado.<sup>268</sup>

D.M. tece ligações com um período histórico anterior à colonização, afirmando que a independência tem como resultado “uma forma de novo governo na qual os brancos não mais participarão”. Kasa-vubu é enaltecido por D.M. como um “grande soberano” a encabeçar o movimento independentista congolês em Bruxelas, conseguindo atingir todas as suas pretensões lá e tendo como objetivo a unificação dos bakongo, incluindo os sob administração portuguesa. Mais acrescenta que esse líder congolês tenciona enviar representantes para Angola com vista a auscultar as aspirações dos indígenas – D.M. incentiva Thinani a apelar por um novo regime quando for contactado pelos representantes de Kasa-vubu, afirmando que este expulsará os europeus.<sup>269</sup>

Simão Bayard, na carta a Dombassi, revela estar a ser discutido o assunto da independência, assumindo-se que se refere à independência do Congo, e confessa a sua participação em ataques às missões religiosas. Afonso limita-se a mencionar a prisão de alguns dos seus conhecidos e a sua convicção num novo conflito entre indígenas e europeus no Congo, desejando discutir isso com Pedro Kava pessoalmente.<sup>270</sup>

Há algumas conclusões a serem retiradas desta correspondência – todas com o pressuposto da sua veracidade – apesar da investigação não ter permitido aprofundar a identidade dos seus autores. Primeiro – que havia contactos entre os indígenas angolanos em Angola e em Leopoldville, com discussão dos acontecimentos (conforme confirmam Simão e Bayard) e das implicações da independência para as comunidades europeias no Congo, para os indígenas congolese e também para os próprios angolanos. Segundo – que o sentimento de pertença aos bakongo levou alguns dos indígenas angolanos a

---

<sup>268</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, cartas anexas ao ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 14 de agosto de 19459.

<sup>269</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, cartas anexas ao ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 14 de agosto de 19459.

<sup>270</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, cartas anexas ao ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 14 de agosto de 19459.

aproximarem-se da ABAKO e de Kasa-vubu, dando alguma credibilidade às preocupações da PIDE, acerca das quais elaboraremos de seguida.

Quando van Hemelrijck se demite em Setembro, situação tratada noutra parte desta investigação, o ministério do seu sucessor, Schryver, elabora um plano faseado de eleições – eleições locais em dezembro de 1959 (que se realizam, apesar de forma irregular), eleições regionais em março de 1960 e eleições nacionais em agosto e setembro de 1960 – que criem, de forma controlada e progressiva, instituições administrativas através do sufrágio universal masculino e estabeleçam os pressupostos necessários para que os dois países, Congo e Bélgica, possam decidir quais as ligações comunitárias entre os dois países, com uma clara preferência belga pela constituição de laços através da família real e o domínio belga em instituições económicas chave. Este plano, no entanto, terá a mesma perenidade que o seu ministro – os resultados da conferência da Mesa Redonda anulam a maioria das expectativas belgas.<sup>271</sup>

O cônsul elabora um importante relatório para os Negócios Estrangeiros, datado de novembro de 1959, em que procura sintetizar os acontecimentos recentes e avaliá-los do ponto de vista político. Concorde-se com o diplomata quando este afirma que “o problema congolês, globalmente considerado, caracteriza-se pela extrema fluidez das situações”, fluidez que considera como resultado das hesitações na política belga em encontrar soluções e medidas para lhe fazer face. Siqueira Freire afirma que a autoridade colonial belga se debilitou excessivamente antes de ser criada uma alternativa local viável, atomizando os diversos movimentos em competição pelo poder e abrindo o cenário à intervenção estrangeira, potenciada pela utilização de *proxies* a favor dos seus interesses. É dedicada bastante atenção às dinâmicas que resultaram na prisão de Lumumba até à exigência da sua libertação pelos delegados congolezes na conferência da Mesa Redonda, bem como às reservas que a Bélgica procura manter em relação à salvaguarda dos seus interesses económicos e financeiros no Congo após uma eventual descolonização, em particular às cotas do Governo-Geral do Congo em diversas instituições, cujo controlo os belgas tentam assegurar. Finaliza o relatório repetindo aquilo que entende serem os resultados mais perigosos da internacionalização da questão do Congo – enquanto prisioneiro,

---

<sup>271</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 8, Prateleira 8, Maço 66688, ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 24 de outubro de 1959.

Lumumba, começa a ser visto como uma figura do anticolonialismo internacional e um preso político, com o alegado reforço de “infiltração comunista” através do lago Malebo.<sup>272</sup>

#### *O ano de 1959 no Congo avaliado pela embaixada e pelos ministérios portugueses*

Na Europa, a diplomacia portuguesa teme a saída belga de África no período que se segue imediatamente aos tumultos do início de janeiro – tal pode significar a criação de uma potência hostil vizinha de Angola e do exclave de Cabinda, tal como a independência do Congo-Brazzaville representa para a colónia belga agora em ebulição. A ideia de que certos territórios podem manter períodos de acalmia durante mais uns tempos, como se esperava do Congo belga e dos territórios portugueses em África, bastante confortável para os meios políticos portugueses, está definitivamente a ser posta em causa.<sup>273</sup>

O embaixador confessa a sua dificuldade em acompanhar a resposta ao agudizar da hostilidade dos movimentos independentistas congolezes, caracterizando a questão do Congo como “muito confusa” num telegrama de 24 de março de 1959 devido às iniciativas de van Hemelrijck e aos conflitos internos entre as diversas pastas do governo belga. No entanto, pelos relatos que vai fazendo ao seu ministério, é possível depreender que a ação do diplomata vai muito em linha de recolher informações e influenciar a situação para minorizar o risco que um movimento de descolonização descontrolado representaria para Angola, em linha com o que já foi afirmado.<sup>274</sup>

Em finais de abril, o adido colonial belga das embaixadas belgas em Paris e Lisboa conferencia com Meneses Rosa na capital portuguesa. Numa reunião em que se trata das causas dos tumultos de Leopoldville e das suas consequências, transparece a percepção da falta de coordenação da desordem, vista como um evento inorgânico, e a preocupação,

---

<sup>272</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, informação de 9 de novembro de 1959 anexa ao ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 9 de novembro de 1959.

<sup>273</sup> Num telegrama de 16 de janeiro, Vieira Leitão tinha referido “nosso grande interesse belgas não sejam eliminados de África” – Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 9, Prateleira 3, Maço 6698, telegrama de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 19 de janeiro de 1959. Além disso, apesar de não ter sido recuperada correspondência relativa aos tumultos de janeiro, Vieira Leitão não deixa de confessar a Salazar, em setembro, que “a questão do Congo, [...] tem continuado a fazer-me cabelos brancos por causa de Angola”, deixando bem claro o que estava em causa, para si, com os desenvolvimentos no Congo - Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 34, Pasta 2, carta de Vieira Leitão a Oliveira Salazar de 28 de setembro de 1959. Alexandre, *Contra o Vento*, 479–80.

<sup>274</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 23, Prateleira 1, Maço 1235, telegrama de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 3 de março de 1959 e telegrama de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 24 de março de 1959.

pelos portugueses, de que o tema seja levado à Assembleia-Geral das Nações Unidas, onde pode ser discutido no âmbito dos territórios não-autónomos. Os belgas rejeitam essa apreensão devido ao estado de ebulição em que se encontram outros territórios coloniais, que não mereceram resoluções que recomendassem a fixação de datas para a sua independência. A cooperação militar entre belgas e portugueses em África é um assunto referido, mas o adido prefere que essa discussão seja feita por representantes dos Estados-Maiores. Meneses Rosa, além disso, procura obter informações sobre a ação da Igreja no Congo, nomeadamente sobre papel da Universidade de Louvaina na formação de quadros para os movimentos anticoloniais e o porquê de as missões católicas terem sido especialmente visadas durante os tumultos – os belgas desresponsabilizam-se com a ausência de uma concordata, não tendo controlo sobre as ações das autoridades eclesiásticas, bem como com o predomínio do protestantismo nos bakongo.<sup>275</sup>

Oliveira Salazar toma interesse pessoal nos acontecimentos do Congo belga, conforme se depreende por um telegrama enviado ao embaixador português em Bruxelas a outubro de 1959. O presidente do Conselho mantém-se a par da situação através da correspondência particular que troca com Vieira Leitão e dá-lhe instruções para que mantenha a sua atenção na “evolução política belga a respeito África”, preocupando-se com a política da *Propaganda Fide*. Além disso, Salazar demonstra proximidade a alguns dos atores políticos belgas – com van Zeeland de passagem por Lisboa, aproveita para trocar impressões sobre o “deslize” da mensagem real e a impossibilidade de travar os acontecimentos em curso. Apesar da proximidade do Congo a Angola, a Presidência do Conselho dá nota das repercussões limitadas que a instabilidade e as pretensões dos bakongo têm nesse território.<sup>276</sup>

A ambiguidade das declarações governamentais belgas causa apreensão nos meios metropolitanos, incapazes de ver clareza quanto à relação futura entre a Bélgica e o Congo. A ideia proclamada de uma união belgo-congolesa, considera Vieira Leitão, não é atingível pela política seguida pelo atual ministro do Congo, van Hemelrijck, excessivamente baseada na vontade dos representantes da ABAKO, classificados como marionetas de “agitadores astutos”. Por outro lado, o embaixador nota a multiplicidade de

---

<sup>275</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 8, Prateleira 8, Maço 66688, ofício de Franco Nogueira ao chefe de gabinete do ministro do Ultramar de 31 de março de 1959 e apontamento de conversa de Meneses Rosa com o adido colonial da embaixada belga em Lisboa de 29 de abril de 1959.

<sup>276</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 8, Prateleira 8, Maço 66688, telegrama de Oliveira Salazar ao embaixador português em Bruxelas de 9 de outubro de 1959.

opiniões na política, na imprensa, na finança e até no clero, gerando uma situação de difícil interpretação.<sup>277</sup>

A visita de Baudouin aos Estados Unidos da América em maio, por outro lado, deixa má impressão no embaixador português – o discurso do rei perante o Congresso, onde apela à simpatia dos congressistas, é visto como sinal de fraqueza da posição belga pelo embaixador, estando forçados a procurar o apoio da superpotência que os tutela de forma pública. O embaixador, aliás, revela-se um crítico da política seguida pelos belgas a propósito do Congo, caracterizando-os por “permanente insensatez” e com “falta de equilíbrio”.<sup>278</sup>

Em setembro, van Hemelrijck demite-se, consumada a rutura com os seus colegas de governo. Vieira Leitão nota um alinhamento da imprensa apoiante dos católicos em torno de van Hemelrijck e da política de concessões repentinas que tinha levado a cabo desde que sucedeu a Leo Petillon, além das expectáveis críticas da imprensa de feição socialista, na oposição ao governo. A entrada de Schryver como ministro do Congo e do Ruanda-Urundi é vista por Vieira Leitão como uma tentativa de iniciar um período de acalmia na política metropolitana, mas um escândalo rapidamente abalou essa esperança. O embaixador termina afirmando que a autoridade belga no Congo está em liquefação desde 4 de janeiro, não conseguindo interpretar qual será a política levada a cabo por de Schryver – se a continuação das concessões de van Hemelrijck, se uma aposta séria na criação de uma estrutura tipo *Commonwealth* através de um processo controlado, conforme Schryver tinha confessado preferir. O consulado, por outro lado, não assinala grande reação à demissão de van Hemelrijck nos meios congolezes.<sup>279</sup>

Na documentação produzida pela embaixada no final do ano, sustentando as afirmações da bibliografia, são identificáveis vários polos de poder político que comprometem qualquer tipo de frente unida e coesa face à unidade congoleza em relação ao desejo de independência – o governo belga está em fricção com o parlamento, os partidos católico, liberal e socialista em competição entre si e até há divergências internas entre os

---

<sup>277</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 18 de março de 1959.

<sup>278</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 24 de abril de 1959 e ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 14 de maio de 1959.

<sup>279</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 16 de setembro de 1959, ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 12 de setembro de 1959 e ofício de Meneses Rosa ao diretor-geral da Administração Política e Civil do ministério do Ultramar de 9 de setembro de 1959.

próprios governantes e os seus partidários. Este fenómeno é considerado uma novidade pela bibliografia, uma vez que até à década de 50, as elites políticas mantiveram um consenso em relação à política colonial, independentemente do partido, com as dissidências a não transbordarem os círculos políticos mais restritos. Num episódio relatado, a recusa de convocar o parlamento para discutir a situação congoleza pelo governo leva à contestação dos parlamentares e a críticas não só dos socialistas na oposição, mas também da própria imprensa católica e liberal. A pulverização da unidade belga face aos acontecimentos do Congo não escapa às autoridades portuguesas – o embaixador português, aliás, identifica como um “dos grandes males da questão congoleza” a sua partidarização, enfraquecendo qualquer tentativa de resposta.<sup>280</sup>

#### *O ano de 1959 no Congo avaliado pela PIDE*

A criação da delegação da PIDE em Angola nos anos 50, noutra perspetiva, permite que seja recolhido outro tipo de informação além daquela que o consulado em Léopoldville procura reunir – desconhece-se a existência de documentação relevante entre 1954 e 1958, apenas tendo sido localizada documentação relativa ao ano de 1959.<sup>281</sup>

A polícia política portuguesa rejeita ter sido surpreendida pela eclosão da instabilidade na colónia belga, considerando que todos os territórios administrados por europeus em África estão sujeitos a esse risco. A PIDE atribui a criação de movimentos pró-independência no Congo à já referida independência do Ghana e à ação transfronteiriça de Nkrumah, com o impacto das conferências do Cairo e de Accra, onde se reuniram vários movimentos anticoloniais, representantes étnicos e observadores de alguns estados, a também desempenhar um papel. Além disto, a PIDE alega que a União Soviética procura intensificar a sua penetração no continente africano, aproveitando-se da propaganda anti-europeia e da xenofobia em África que diz ter vindo a ser cultivado. Apesar de terem registado a presença de delegados da UPA em Accra, os serviços da PIDE rejeitam que exista, em Angola, movimentos significativos contra a presença portuguesa em África a

---

<sup>280</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 9, Prateleira 3, Maço 66702, ofício de Meneses Rosa ao diretor do Gabinete de Negócios Políticos do ministério do Ultramar de 17 de maio de 1960. *Vd. Vanthemsche, Belgium and the Congo, 1885-1980*, 44–47, 85–86, a propósito da questão do consenso generalizado na política colonial belga e partidarização da questão a partir da década de 50 do século XX.

<sup>281</sup> Esta afirmação vai em linha com o defendido por Alexandre, *Contra o Vento*, 468.

essa data e apelam à intensificação da monitorização dos pequenos grupos em formação.<sup>282</sup>

A presença de população com ligações tribais aos bakongo em Angola, no Congo português, leva a que a PIDE tenha particular atenção em relação às movimentações da ABAKO. Esta polícia identifica esforços dessa organização política em mobilizar as lealdades tribais dos bakongo em Angola em torno de Kasavubu, com vista à sua unificação ao principal movimento no Baixo Congo. Em destaque estão a criação de postos da ABAKO junto à fronteira com Angola, de que a PIDE dá nota: em Luvaga (a 20 quilómetros da fronteira angolana), Kimbula (próximo da fronteira por Sacandica), Songololo (a 20 quilómetros de Luvo) e em Banza e Kinzole (próximo de Béu). Nos officios do consulado em Leopoldville, a atenção dada à ABAKO, e ao próprio MNC de Lumumba, está mais assente no acompanhamento dos eventos do que na avaliação dos riscos que esses eventos representam.<sup>283</sup>

Outro dos temas sobre a qual a polícia política portuguesa procurou obter informações foi as dinâmicas nacionalistas em progressivo desenvolvimento no Congo belga, especialmente a partir de 1959. Em dezembro desse ano, observam um congresso de movimentos federalistas congolese em Kisantu, organizado pelos principais representantes dos independentistas, com vista a preparar a conferência da Mesa Redonda; também dão nota do sucesso que partidos pró-independência têm nas eleições comunais a 13 desse mês, apesar de não lhe atribuírem valor político e considerar que o seu principal objetivo – definir os interlocutores congolese a participar na conferência – não foi atingido. O cônsul português em Leopoldville, refere um detalhe que escapa à PIDE – a proliferação das ideias federalistas em certos movimentos, especialmente fortes na província do Caxanga, dando indícios da futura secessão desta província na primeira Crise do Congo.<sup>284</sup>

### *O fim de 1959*

---

<sup>282</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 15, Maço 13552, informação n.º 5/59 de 9 de janeiro de 1959. A PIDE toma nota da sede da UPA em Léopoldville.

<sup>283</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, informação n.º 178/59-GU de 26 de novembro de 1959. *Vd.*, a propósito do seguimento dos eventos pelo consulado, por exemplo, Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, officio de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 8 de outubro de 1959.

<sup>284</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, informação n.º 226/59-GU de 31 de dezembro de 1959 e officio de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 31 de dezembro de 1959.

Em dezembro de 1959, já estando em curso a plena perda de controlo dos acontecimentos pelas autoridades belgas em África, Baudouin chega a Stanleyville. Após, como já foi referido, ter reconhecido o “caminho da independência” no seu discurso de janeiro, o monarca belga permanece fiel às suas tentativas de manter algum tipo de ligação belga ao território congolês – se por um lado, as aspirações do povo congolês são legítimas, é necessário evitar uma evolução “desordenada” e a união e fraternidade entre o Congo e a Bélgica são aquilo que deseja. O que *Le Figaro* relata sobre o acolhimento do rei faz contraste com o que sucedeu em 1955 – é recebido com gritos de independência na capital da colónia, descrita como um feudo da ABAKO. Apesar de Siqueira Freire reconhecer a impressão favorável deixada por Baudouin, o cônsul português não consegue omitir a força da contestação levada a cabo pelos independentistas contra a presença europeia e a encarceração de Lumumba, considerando que os resultados da visita real serão muito variáveis consoante a província e que o Baixo-Congo, a par de Leopoldville, é um problema delicado difícil solução. Vieira Leitão, por seu turno, atribui mais importância ao impacto das ações do rei na metrópole – os seus esforços para a manutenção de laços entre a metrópole e a colónia deixam-no bem cotado junto da opinião pública e das individualidades políticas belgas.<sup>285</sup>

As eleições previstas para esse mês, por seu turno, são boicotadas pela ABAKO, pelo MNC e pelo PSA – a independência imediata torna-se no caminho pretendido e o gradualismo belga não é aceitável num contexto de sucessivos tumultos e motins. Os movimentos congolezes dividem-se, agora, pelo seguinte compasso: radical (independência imediata) ou moderado (gradualismo pró-belga); unitário (a favor de um estado centralizado) ou federalista (a favor dos interesses regionais e tribais face ao poder central). Nesta linha, em final de 1959, van Reybrouck identifica a ABAKO como radical e federalista, o MNC de Lumumba como radical e unitário, e o novo Conakat de Moisés Tshombé, radicado no Catanga, como moderado e federalista. Estes três indivíduos serão os protagonistas no pós-independência imediato, a par de Mobuto, num âmbito que já ultrapassa esta dissertação.<sup>286</sup>

---

<sup>285</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala C, Estante 30, Prateleira 3, Maço 1569, telegrama de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 19 de dezembro de 1959, Estante 48, Prateleira 7, Maço 2600, ofício de Siqueira Freire ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 23 de dezembro de 1959 e ofício de Franco Nogueira ao diretor-geral da Administração Política e Civil do ministério do Ultramar de 23 de dezembro de 1959. *Le Figaro* de 29 de dezembro de 1959.

<sup>286</sup> van Reybrouck, *Congo*, 253, 255–56.

## 4.2. – 1960: o ano de expectativa

### *Os últimos 6 meses*

1960 abre com a realização da importante Conferência da Mesa Redonda, a primeira de duas – uma reunião entre sessenta delegados belgas e noventa delegados congolese com o objetivo de discutir os principais problemas do Congo. Figuras como Kasabuvu e Tshombé assumiram a função de delegados, enquanto Lumumba, detido desde o ano anterior, acaba libertado e trazido a Bruxelas por exigência dos congolese. A principal questão que acaba por ser debatida na conferência é simples, mas crucial para o futuro do Congo: o estabelecimento da data em que se tornaria formalmente independente. Os congolese veem o seu objetivo principal atingido, as tentativas belgas de escolher uma data o mais distante possível falham e, no quinto dia da conferência, estabelece-se o dia 30 de junho deste ano como o dia em que o Congo passaria a estado independente da Bélgica. Dos delegados belgas, nota-se a fraca resistência às pretensões dos congolese devido ao temor do início de uma guerra colonial, à semelhança da já referida Guerra da Argélia, e à ausência de qualquer respaldo parlamentar ou da maioria da opinião pública no que a uma intervenção militar diz respeito. Os belgas, mantendo-se como as principais figuras nas instituições militares, económicas e financeiras, mantinham a esperança de controlar o processo de independência através de mecanismos de pressão, entendendo poder dar-se ao luxo de fazer este tipo de concessões formais.<sup>287</sup>

Vieira Leitão não augura bom futuro para as tentativas belgas em criar uma democracia parlamentar num Congo independente, especialmente após a “completa incapacidade revelada pelos delegados congolese à Mesa Redonda”. No entanto, o embaixador, numa crítica bastante reminescente da antipatia salazarista ao materialismo norte-americano, desconsidera os belgas de um ponto de vista moral, atribuindo o seu comodismo e individualismo à riqueza do país. A resposta à crise congolese foi tardia precisamente porque apenas foi formulada quando o bem-estar material belga foi ameaçado pela desconsideração dos seus interesses económicos em África, não obstante “tudo o que aconteceu desde janeiro de 1959 [ter] a marca da incoerência.”<sup>288</sup>

Em março de 1960, avalia as consequências daquilo que pensa ser uma independência prematura para as relações luso-belgas: a “obsessão” belga com os seus interesses

---

<sup>287</sup> van Reybrouck, 256–59; Vanthemsche, *Belgium and the Congo, 1885-1980*, 92.

<sup>288</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 15, Maço 13654, ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 3 de março de 1960.

económicos na África central leva a uma alteração do discurso que consiste na apresentação do colonialismo belga como um empreendimento humanitário para as populações indígenas, contrastando com as ambições coloniais das grandes potências, que acabam por miná-lo (discurso que Vieira Leitão considera estar repleto de falta de seriedade); a posição do representante belga nas Nações Unidas, alinhado com a França no que diz respeito à Guerra da Argélia, começa a ser criticada no parlamento, podendo ameaçar a continuidade dos seus interesses num Congo independente; em suma – a opinião de Vieira Leitão é que a Bélgica dá indícios de começar a adotar posições anticolonialistas. A manutenção de influência da metrópole no Congo pode ser, apesar de tudo, um mecanismo de pressão para resguardar investidas congoleas sobre as colónias administradas por Portugal, caso a embaixada em Bruxelas consiga fazer valer o seu peso, com os meios políticos e coloniais belgas a acreditarem, segundo Vieira Leitão, que a posição portuguesa em África é estável. Este considera, no entanto, improvável que a boa-vontade dos atuais ministros seja suficiente para resistir às pressões do partido católico e do partido liberal, onde assume que a maioria se converte à hostilidade contra as potências coloniais, tal como aconteceu no partido socialista belga.<sup>289</sup>

Um dos mecanismos identificados pelos belgas como maneira de manter o controlo sobre a situação congolea, mesmo após a independência, é a influência que ainda exercem sobre a *Force Publique*, já referida no início deste ponto. Pouco antes dos motins de julho, de Schrijver afirma que um dos primeiros acordos a firmar com o Congo será o fornecimento de instrutores, oficiais e técnicos à força congolea, numa altura em que o general Émile Janssens se mantém como autoridade cimeira de um corpo de oficiais essencialmente belga e recusa a sua africanização. O seu interesse em manter Kamina e Kitona sob a sua jurisdição, além das óbvias considerações estratégicas que esses pontos de apoio podiam ter no deflagrar de um conflito, também se subordinam à ideia de possuir ferramentas para pressionar e controlar os governos do Congo independente.<sup>290</sup>

A feição pan-africanista dos independentistas do Congo não deixa de ter reflexos no colonialismo português, perceptíveis principalmente através da imprensa. Sendo Angola um território tão interligado com a colónia belga, não é de espantar que uma figura

---

<sup>289</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 15, Maço 13654, ofício de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 3 de março de 1960.

<sup>290</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 9, Prateleira 3, Maço 66702, ofício de Meneses Rosa ao diretor do Gabinete de Negócios Políticos do ministério do Ultramar de 17 de maio de 1960. van Reybrouck, *Congo*, 284–85.

como Patrice Lumumba teça considerações sobre a colónia portuguesa, nomeadamente de a “libertar” da tutela colonial. A reação da imprensa portuguesa é sumariada pelo periódico belga *Dimanche Presse*, sendo geralmente negativa – o monárquico *A Voz* rejeita uma identidade angolana própria, considerando tanto indígenas como europeus ‘portugueses’, enquanto o *Diário de Notícias* e o *Diário da Manhã* (o primeiro em linha com o regime, o segundo a voz da União Nacional) apelam à tranquilidade e à responsabilidade, reconhecendo ser provável que Lumumba assuma cargos governamentais após a independência do Congo.<sup>291</sup>

A propósito do *Diário da Manhã*, a identificação como órgão de comunicação da União Nacional leva a que a imprensa belga se mantenha atenta aos comentários que dedica à situação portuguesa – a 7 de junho, o esquerdista *Le Monde du Travail* considera o *Diário da Manhã* como pessimista em relação à situação no Congo belga, 23 dias antes da data estabelecida para a concessão de independência. O *Diário da Manhã* defende que a atitude assumida pelos belgas consiste na abdicação, iniciada há 15 anos, de uma região onde investiram imenso capital e esforço – atribui aos belgas, também, a maior parte da responsabilidade pelos acontecimentos, estando em linha com a opinião corrente da diplomacia portuguesa.<sup>292</sup>

Na reta final, o colonialismo português aparenta, de facto, ter impacto na mentalidade dos círculos colonialistas belgas. O *Diário da Manhã* relata uma mensagem enviada pelo conde Corswaren à agência *Nex*, criticando os dirigentes belgas por seguirem os exemplos francês e britânico e estarem dispostos a, pelo menos, tentar dar um cariz ordenado ao processo de descolonização do Congo, ao invés de resistir. Portugal é dado como um exemplo pelo conde pela sua intransigência no que aos territórios ultramarinos diz respeito.<sup>293</sup>

Outros órgãos de comunicação, nomeadamente o esquerdista *Drapeau Rouge*, dedica a sua atenção à situação nas colónias portuguesas e à perspetiva dos movimentos de libertação em formação – a FRAIN e o MPLA, divulgando os seus comunicados e denúncias da repressão portuguesa nos territórios africanos e da situação dos indígenas. O

---

<sup>291</sup> *Dimanche Presse* de 5 de junho de 1960.

<sup>292</sup> *Le Monde du Travail* de 7 de junho de 1960. A mesma passagem é referenciada no *L’Afrique et le Monde* de 9 de junho de 1960, sem qualquer tipo de apreciação, mas evidenciando o impacto que as opiniões contidas neste órgão tinham em certos círculos belgas.

<sup>293</sup> *Diário da Manhã* de 27 de março de 1960. *A Voz* de 27 de março de 1960 elabora o artigo com a carta do conde Corswaren. São tecidas críticas às tentativas de criar uma democracia parlamentar no Congo sem atenção às autoridades tradicionais e a manutenção do Congo como estado unitário.

mesmo faz o socialista *La Gauche*, denunciando o conceito de província ultramarina como artifício retórico do salazarismo para rejeitar a tutela internacional da ONU e utilizando os relatos de um correspondente congolês em Thysville para criticar as prisões em massa e as demonstrações de força que visam reprimir o mesmo tipo de tumultos que aconteceram em Leopoldville. A PIDE, descrita como a *gestapo* portuguesa, é acusada de violência contra os detidos, alguns dos quais acabam levados a Lisboa.<sup>294</sup>

A questão das bases também é uma preocupação da diplomacia portuguesa em Bruxelas. A sua centralidade nos compromissos militares assumidos por Portugal e pela Bélgica em 1953 não pode ser descurada – Kamina tem como área de influência todo o Katanga, região já demonstrada como de interesse a Portugal, mas é Kitona que oferece um ponto essencial de suporte para qualquer operação militar na zona da foz do rio Congo. Sendo tidas como hostis, Vieira Leitão apela a diversos membros do governo belga que não entreguem as bases às autoridades congoleas, pelo menos não de forma imediata.<sup>295</sup>

Em abril, sucede-se a segunda Conferência da Mesa Redonda, à qual tanto a historiografia como os próprios elementos que a integram atribuem menos importância. É nesta conferência que os belgas desenham a arquitetura que lhes permite manter o controlo das finanças e da economia do Congo após a sua independência – o conjunto de ações detidas pelo Governo-Geral congolês é transferido por uma companhia belgo-congolesa e o Comité Especial do Catanga, que detém uma importante parte das ações da *Union Minière*, é dissolvido e o Congo independente passará a ser um sócio minoritário com pouco poder de decisão, perdendo o controlo da principal empresa na região que compõe grande parte da riqueza do país.<sup>296</sup>

As primeiras eleições de âmbito nacional no Congo realizam-se no final de maio, contando com uma abstenção reduzida e, também, com um cenário parlamentar fragmentado como consequência. Os partidos de cariz regionalista são os grandes vencedores, com Kasa-vubu e a ABAKO a obter predominância no Oeste, Tshombé no sudeste e Lumumba no centro e no noroeste. Sem maiorias significativas – o MNC-Lumumba, partido mais votado, só atinge 33 de 137 mandatos no parlamento – a formação de um governo

---

<sup>294</sup> *Drapeau Rouge* de 9 de junho de 1960. *La Gauche* de 3 de outubro de 1959.

<sup>295</sup> Arquivo Histórico Diplomático, Sala 10, Estante 9, Prateleira 3, Maço 66702, telegrama de Vieira Leitão ao ministro dos Negócios Estrangeiros de 13 de fevereiro de 1960.

<sup>296</sup> van Reybrouck, *Congo*, 261–63.

de coligação entre partidos de cariz regionalista e tribal é uma tarefa árdua. Quando Kasa-vubu não consegue formar um acordo de governo, os belgas confiam essa tarefa a Lumumba, enquanto reforçam a sua presença militar e nomeiam um novo representante junto dos congolese. A 23 de junho, o Congo forma o seu primeiro governo, uma semana antes do dia de independência.<sup>297</sup>

### *30 de junho de 1960*

O dia da independência do Congo chega – apesar do país apenas ter 16 diplomados no ensino superior, das forças armadas não contarem com um único oficial congolês, da Bélgica manter uma presença significativa no território através das bases de Kamina e Kitona. Baudouin voa até Kinshasa para transferir a soberania do estado a Kasa-vubu, agora o primeiro Presidente do Congo. Humilhação inesperada – um indígena rouba a espada ao rei dos belgas, aclarando um clima de tensão que, já estando presente e sendo expectável, fica à vista de todos os presentes.<sup>298</sup>

No Palácio Nacional, antiga residência do governador-geral, Baudouin é o primeiro a discursar: uma apologia de Leopoldo II e da colonização belga, que cai mal a Lumumba. Se o discurso de Kasa-vubu pode ser classificado como moderado e conciliador, o terceiro, do agora primeiro-ministro, está longe disso. Lumumba relata a luta congolese contra a humilhação que considera ter sido o colonialismo belga, uma humilhação assente na segregação, no roubo das riquezas congolese, na escravização dos congolese. Apesar de Lumumba se retrair para garantir a permanência do rei dos belgas até ao fim da cerimónia, com um segundo discurso conciliador, os danos estavam feitos, mesmo com a continuação das celebrações. O *Diário da Manhã* destaca, principalmente, o papel do rei Baudouin durante a cerimónia de independência – quando a sessão termina, após o discurso de Lumumba que o periódico classifica pela sua “rudeza”, a ovação a Baudouin é destacada e escreve-se que “eram mais os vivas ao Rei do que à independência”. Os relatos presentes no *Diário de Notícias* são do mesmo teor – destaque ao papel do rei na cerimónia, com críticas ao discurso de Lumumba. Os resultados da independência – as Crises do Congo, o assassinato de Lumumba, as intervenções estrangeiras – escapam aos objetivos da narrativa que esta investigação estabeleceu.<sup>299</sup>

---

<sup>297</sup> van Reybrouck, 263–65.

<sup>298</sup> *Idem*, 267–79.

<sup>299</sup> *Idem*, 267–79; Mabille, *Nouvelle histoire politique de la Belgique*, 281. *Diário da Manhã* de 1 de julho de 1960. *Diário de Notícias* de 1 de julho de 1960.

### 5.1. – Síntese da investigação apresentada e conclusões gerais

Na década de 40, um novo mundo começa a definir-se. A ascensão das superpotências assenta sobre os destroços dos impérios europeus, com a Grã-Bretanha e a França, as potências coloniais de primeiro plano, a observarem um declínio relativo enquanto tentam manter a sua autonomia estratégica ao reafirmar a sua autoridade sobre os territórios ultramarinos – nem sempre com sucesso e, na maioria dos casos, dependente do apoio dos Estados Unidos, conforme já foi exposto. A Bélgica sai da II Guerra Mundial com o seu território metropolitano destruído e um poder central recém-chegado do exílio após uma ocupação de quase cinco anos, o que deu ao Congo uma autonomia sem precedentes enquanto os ministros belgas se refugiaram em Londres. O urânio, esse recurso essencial para a máquina de guerra aliada, mereceu não só a atenção de norte-americanos e britânicos (que repartiram entre si as responsabilidades), mas também de Oliveira Salazar, certamente ciente da penetração dos EUA na colónia vizinha a Angola e cioso de a limitar nos territórios de soberania portuguesa, algo facilitado pela entrega da responsabilidade de assegurar a exportação do urânio português aos britânicos. O tópico do urânio congolês e dos acordos belga-americanos a este respeito atravessa a correspondência de Vieira Leitão com Salazar de forma pontual, desvanecendo-se à medida que as fontes de urânio se vão multiplicando.

Quanto à já referida autonomia adquirida pelo Congo, este nunca quererá abdicar dela, conforme já foi exposto. Na sua capital, o consulado português é a principal fonte de informação para as autoridades portuguesas no que à colónia belga diz respeito. Todos os diplomatas que ocupam esse posto entre 1945 e 1960 reclamam melhores condições para as instalações consulares portuguesas, com recursos bastante mais limitados que as suas homólogas europeias. Além disso, a sua ação pauta-se pela avaliação dos riscos e benesses que Angola pode recolher do Congo – desde a identificação de caminhos para a cooperação económica (o caso da utilização das infraestruturas), possíveis inspirações para a política desenvolvimentista (Novais Machado apelar à “construção” de um Plano Decenal português), mas também riscos (a influência que as dinâmicas congoleas podem exercer, por exemplo, sobre os indígenas angolanos empregados no Congo). Apesar de Eduardo Vieira Leitão, que ocupa o posto diplomático português mais importante na

Bélgica ao longo de toda esta cronologia, se dedicar principalmente aos assuntos da política europeia, quando se debruça sobre o colonialismo, há semelhanças entre as suas preocupações e as dos diversos cônsules portugueses de Léopoldville – as influências que os acontecimentos do Congo poderão ter em Angola. No entanto, também se destaca a sua avaliação da política colonial belga em termos internacionais, e a necessidade de Portugal manter a Bélgica enquanto potência colonial amiga num contexto internacional que lhe vai sendo crescentemente hostil ou, pelo menos, apático.

A preparação de África para uma nova deflagração global, desta vez não entre as potências europeias, mas entre o bloco liderado pelos norte-americanos e o bloco liderado pela URSS, encontra um plano de fundo comum entre portugueses e belgas. Grande parte da elite política europeia, como se procurou demonstrar, mantém a ideia da manutenção do império enquanto peça fundamental para a geopolítica europeia, com o continente africano a servir de retaguarda e reduto às metrópoles – a construção das bases de Kamina e Kitona, entre outras infraestruturas políticas e militares importantes, bem como o Acordo de Defesa de 1951, não podem ser meramente entendidos como mecanismos de consolidação da presença europeia em África no sentido de assegurar a posse do território em caso de instabilidade interna, mas sim como uma vontade real por parte de, neste caso, Portugal e a Bélgica, de prepararem as suas colónias para um conflito que se julgava eminente.

Se a internacionalização das questões coloniais permanece limitada durante a década de 40, o mesmo não se verifica na década de 50. Há semelhanças identificáveis entre a política belga e a política portuguesa no que diz respeito à inserção dos seus espaços coloniais no novo mundo bipolar. A Grã-Bretanha é identificada por ambas enquanto potência tutelar e os belgas consideram que tanto a URSS como os EUA atribuem mais importância aos continentes europeu e asiático num período inicial, mas reconhecem que estes têm cada vez mais ascendência social e cultural sobre si, substituindo-se aos britânicos. O medo do isolamento e a dependência que a Bélgica tem do Plano Marshall para a sua reconstrução levam à sua aceitação da aplicação dos capitais norte-americanos no Congo, mas não sem exigir a participação de capital autóctone nas iniciativas, uma política que também mantém em relação às iniciativas sul-africanas, evidenciando reservas semelhantes às portuguesas quanto a uma possível hegemonia da África do Sul na parte austral do continente.

A cooperação entre Portugal e Bélgica na ONU virá apenas na década de 50, após a segunda tentativa de admissão dos portugueses nesta instituição, pautando-se pela discrição e colaboração os delegados portugueses: estes assumem sempre a colaboração dos belgas, não lhes dedicando grandes esforços de *lobbying*. Até lá, a Bélgica procura aproximar-se de Portugal no plano colonial, procurando criar iniciativas análogas àquelas que estavam a ser levadas a cabo entre a França e a Grã-Bretanha., mas a documentação não permite afirmar com segurança que estas foram concretizadas. Aliás, um dos dissabores da diplomacia portuguesa na década de 40 foi, precisamente, a sua exclusão das conversações entre a Grã-Bretanha, a França e a Bélgica para determinar a melhor maneira de abordar a questão colonial no plano internacional. Pela mesma altura da formalização da CCTA, Portugal é incorporado nestes esforços de colaboração multilateral das potências coloniais, mas, em início da década de 60, já apresentam pouca relevância.

Paralelamente, os belgas levam a cabo golpes de charme que não escapam à atenção das autoridades portuguesas ao longo da década de 50. Os seus esforços de diplomacia pública, bastante focados nos Estados Unidos, de criar a imagem de uma colónia modelo, social e economicamente harmoniosa, com um colonialismo benevolente, são identificados e desconstruídos em vários pontos por diversos diplomatas portugueses (desde logo, Novais Machado em 1949, analisando o discurso de abertura do conselho do governo de Jungers). Manuel Rocheta instrui Esteves Fernandes para que este recolha informações sobre a diplomacia pública belga, desejando a criação de um programa português análogo. Vieira Leitão, por sua vez, lamenta não possuir os recursos financeiros necessários para uma presença assídua na imprensa belga, capaz de influenciar a opinião pública, mas não permanece inerte, procurando, a par dos restantes funcionários da embaixada e dos Negócios Estrangeiros portugueses, e da própria PIDE, recolher informação e identificar a autoria de certos artigos particularmente hostis a Portugal, conforme se depreende pelo caso do *L'Afrique et le Monde*, bem como utilizar mecanismos de influência informais junto às autoridades belgas, que admitem a sua limitação de controlar a imprensa livre.

A política belga para o Congo é observada com empenho pelas autoridades portuguesas. Os debates entre a política da via nacional, privilegiando a utilização e desenvolvimento das infraestruturas congoleesas para que estas tenham capacidade de ir ao encontro das necessidades económicas da colónia, e a política da via do Lobito, defendida por certos sectores económicos e políticos congoleeses, que defende a utilização das

infraestruturas angolanas para satisfazer as suas necessidades, são seguidos atentamente pelo consulado em Léopoldville e pelo próprio Vieira Leitão. No plano local, as administrações coloniais também estabeleceram laços diretos no sentido de se aproximarem, conforme as visitas recíprocas dos governadores-gerais revelam.

É essa temática, nos anos 50, que causa os maiores temores nas autoridades portuguesas que acompanham os assuntos belgas e congolezes, rejeitando a imagem de acalmia como um estratagema propagandístico visando ocultar a insatisfação latente na colónia. Desde a ideia do perigo da infiltração comunista, aproveitando-se do descontentamento e das reivindicações dos indígenas, até às aspirações dos colonos europeus em número crescente, tudo cria uma imagem de mal-estar latente que os portugueses sublinham nos seus ofícios. As políticas para os indígenas levadas a cabo por Jungers no final do seu mandato são vistas com receio e as iniciativas que os belgas começam a levar a cabo, na tentativa de transformarem a sua colónia, são caracterizadas pelos portugueses como hesitantes e desorientadas. Além disso, o início dos conflitos partidários em relação à política colonial, com riscos de politização do cenário social congolês, também desagrada às autoridades portuguesas.

O plano Van Bilsen, o manifesto *Conscience Africaine*, a criação de organizações da ABAKO e a crescente politização do Congo é causa e consequência da política colonial belga, tentando dar resposta a dinâmicas que acabam por ser agravadas pelas suas iniciativas, segundo Van Reybrouck. A aceleração cada vez maior rumo à descolonização, que é bastante acentuada a partir dos tumultos de Léopoldville, torna-se incontornável no final da década.

De maneira alguma, conforme se procurou expor, a descolonização do Congo agradou às autoridades portuguesas – coube-lhes, principalmente, precaver os interesses da comunidade portuguesa em Léopoldville, num ponto inicial, e conter qualquer tipo de “contaminação” que os eventos do Congo pudessem causar a Angola, posteriormente. Tanto o consulado em Leopoldville, como a embaixada portuguesa em Bruxelas, como a própria PIDE têm essa prioridade ao longo do ano de 1959 – proteger a estabilidade que criam manter-se em Angola, enquanto os belgas ensaiavam atos eleitorais com os indígenas e procuravam assegurar a continuidade dos seus interesses na África central, mesmo que de forma informal. Os eventos do Congo belga assumem importância de tal forma que o próprio Oliveira Salazar dá instruções, de forma direta, a Vieira Leitão para que este acompanhe a evolução da política colonial belga e confidencie com notáveis belgas,

como van Zeeland. Para a diplomacia portuguesa, a principal causa da fraqueza belga é clara: a sua incapacidade de manter uma frente unida, com os partidos a digladiarem-se interna e externamente face a grupos congolezes com um fim último em comum – alcançar a independência. Os seus esforços para criar uma democracia parlamentar, semelhante à belga, numa colónia que consideram imatura também são criticados pelos portugueses – tanto na imprensa adstrita ao regime, que considera a política colonial belga como uma abdicação, como na correspondência particular que Vieira Leitão envia a Oliveira Salazar.

Em 1960, a independência do Congo, confirmada pelos belgas após a primeira Conferência da Mesa Redonda, causam uma mudança na diplomacia portuguesa. Cumpre-lhe agora, assegurar a continuidade de algumas das iniciativas de colaboração com os belgas, procurando manter o controlo europeu dos grandes investimentos militares que foram levados a cabo: Kitona é essencial para a defesa da foz do Congo e Kamina tem como área de influência todo o Catanga, bastante importante para a economia do sertão angolano. Noutra âmbito, também lhe cabe preparar as relações que terá de estabelecer com o novo estado, tema que não é abrangido por esta investigação.

---

Os acontecimentos que se seguem à independência congoleza são uma narrativa de destruição, morte e colapso de um estado numa guerra civil. Lumumba e Kasavubu nunca alinham os seus objetivos, Moisés Tchombé lidera a secessão do Catanga e Mobuto, apoiado pelo bloco ocidental, é o responsável por terminar a I República congoleza e a crise que a envolveu através de um regime autoritário e altamente personalizado. Será ele, aliás, um dos principais responsáveis pelo assassinato de Lumumba, um acontecimento ainda envolto em controvérsia. Também o segundo Secretário-Geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, foi uma das vítimas deste conflito, com a queda do DC-6 que o transportava a levantar suspeitas de ter sido propositada.<sup>300</sup>

Para Vieira Leitão, apesar dos esforços belgas, “[t]udo se desmoronou com inacreditável rapidez.” O mau estar gerado pela independência congoleza é acentuado nos meios portugueses – a Bélgica representou, até 1960, uma potência colonial com interesses alinhados com a permanência portuguesa em África, gerando uma incógnita a partir

---

<sup>300</sup> *Vd.* por exemplo, a propósito do assassinato de Lumumba, Gerard, Emmanuel e Bruce Kuklick. *Death in the Congo: Murdering Patrice Lumumba*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015. As controvérsias em torno da morte de Hammarskjöld são levantadas, por exemplo, por Susan Williams em *Who Killed Hammarskjöld? - The UN, The Cold War and White Supremacy in Africa*. Londres: Hurst, 2011.

daí. A própria posição norte-americana gera ressentimento na embaixada portuguesa em Bruxelas pela falta de apoio prestado aos europeus – uma “mania do suicídio nas questões internacionais”. Irá a Bélgica juntar-se ao movimento anticolonial internacional? A resposta a esta pergunta extravasa o âmbito da presente investigação, mas é uma questão que não deixa de ser levantada pelo embaixador ainda antes da independência do Congo.<sup>301</sup>

## 5.2. – Os possíveis caminhos do futuro

Importa referir, analisada toda a documentação relevante e já possuindo uma visão global sobre o seu conteúdo, uma das principais dificuldades identificadas ao longo desta dissertação. A criação de um fio cronológico mais coerente e robusto ao longo deste texto foi impossibilitada pelas lacunas da própria documentação – a complementaridade poderá passar, no futuro, por uma recolha exaustiva na imprensa, mas a quantidade monumental de edições de periódicos, tanto belgas, como portugueses, tanto metropolitanos, como coloniais, que teria de ser consultada é excessiva para as condições subjacentes a uma tese de mestrado. Fica, assim, registado um dos possíveis caminhos de investigação futura que este trabalho pretende estimular, na esperança de ser não só complementado, mas também debatido, contestado e rebatido.

Uma narrativa de base cronológica não é a única possibilidade de investigação futura que se apresenta como resultado desta dissertação. Há detalhes em certas temáticas que podem ser abordados como objeto de estudo próprio. Desde logo, a questão das relações económicas entre o Congo e Angola e da história empresarial e financeira belga, com grande relevo para a economia colonial portuguesa. O papel da SGB nas opções de política de exploração ou desenvolvimento económico, bem como as presunções e decisões com relevância política influenciadas pelo seu peso na economia angola, permanecem por descortinar de forma detalhada.

As ligações entre a ditadura portuguesa e a família real belga também merecem ser abordadas com alguma profundidade que seria tangente à visão global que esta dissertação procurou construir. A este respeito, a correspondência de Vieira Leitão com Oliveira Salazar é bastante elucidativa: o embaixador português possuiu um à-vontade com certas figuras da família real que lhe permitiu ser o elo entre esta e Oliveira Salazar, uma figura cujo regime, segundo Franco Nogueira na biografia que redigiu sobre o ditador

---

<sup>301</sup> Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 34, Pasta 3, Carta de Vieira Leitão a Oliveira Salazar de 28 de junho de 1960.

português, era bastante admirado nesse vértice da pirâmide formada pela elite belga. Não só a correspondência tem potencial de produzir uma investigação com esse objeto de estudo autónomo, como seria fundamental consultar a documentação dos arquivos belgas, onde poderá estar a correspondência que Vieira Leitão menciona ser enviada por Salazar.<sup>302</sup>

Também permanece outro tipo de documentação que não foi possível consultar e analisar de forma eficaz por motivos vários – a documentação eminentemente geopolítica do Arquivo da Defesa Nacional, os relatos das unidades no Arquivo Histórico Militar, a documentação da DIAMANG detida pela UMinho e extensa literatura memorialística.

Outro aspeto a salientar é o facto de este trabalho veicular essencialmente a perspetiva portuguesa das relações luso-belgas. As fontes provêm, essencialmente, de arquivos portugueses e não se reuniram as condições necessárias para explorar as belgas. Todo um mundo paralelo, mas que certamente será rico, permanece por estudar no lado belga – como são abordadas estas questões na documentação belga? É uma questão que permanece por responder.

A já referida primeira Crise do Congo, que atravessou toda a I República, merece ser um objeto de estudo autónomo.<sup>303</sup> Velez já o demonstrou em relação ao Catanga e às dinâmicas estabelecidas entre Moisés Tchombé e Oliveira Salazar, mas as possíveis ligações entre os bakongo angolanos e os bakongo congolezes ao longo da Guerra Colonial portuguesa, bem como as dinâmicas entre Mobuto, o Estado Novo e os movimentos de libertação permanecem por aclarar.<sup>304</sup>

Elencados alguns dos caminhos possíveis de seguir após esta investigação, exige-se agora um momento de autocrítica. Desde logo, a tipologia e as temáticas da documentação que foi sendo encontrada e analisada forçaram inúmeras mudanças no plano de investigação inicial: a adoção de uma estrutura cronológica, em detrimento de uma estrutura temática, devido à superficialidade com que vários temas são tratados nos documentos, não permitindo uma análise aprofundada sem recolhas bastante mais exaustivas. No

---

<sup>302</sup> Nogueira, *O Ataque (1945-58)*, 91-92.

<sup>303</sup> Neste caso, a expressão I República refere-se ao conceito historiográfico criado para se referir ao regime criado em 1960 e que termina em 1965, com o fim da primeira Crise do Congo e a ascensão de Mobuto à presidência.

<sup>304</sup> Velez, *Salazar-Tchombé*.

entanto, tentou-se construir alguma coerência temática, apesar da organização cronológica dos capítulos.

Por outro lado, considera-se que os objetivos a que nos propusemos foram atingidos de forma limitada. A cronologia não abordou o período de maior isolamento internacional de Portugal, não sendo possível determinar se a Bélgica, à semelhança de potências como a RFA, contribuiu para atenuar a ostracização portuguesa ao longo da Guerra Colonial – no entanto, a manutenção de laços amistosos com Portugal após a II Guerra Mundial até à descolonização do Congo, não obstante a intransigência da política colonial portuguesa, é bastante clara, com alguns interesses comuns identificados e iniciativas de colaboração expostas.

Contudo, apesar do estudo de algumas das ligações ser passível de aprofundamento ao longo desta cronologia, considera-se que a principal questão de partida – a inserção dos contactos luso-belgas numa conjuntura especialmente desafiante para o *status quo* colonial em África – foi cumprida. Quanto às secundárias, como a identificação das influências mútuas de forma clara, isso exigirá a consulta dos arquivos belgas, ou até de outros países; na opinião do autor, os indícios presentes na documentação portuguesa foram sistematizados e interpretados, mas de forma inevitavelmente sucinta.

## Fontes

---

### Arquivos

Arquivo Histórico Diplomático

Arquivo Histórico Militar

Arquivo Histórico Ultramarino

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo Oliveira Salazar

Biblioteca Nacional de Portugal

Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema

National Archives

NATO Library (<https://www.nato.int/>)

### Plataformas/Arquivos Digitais

Memórias d'África e d'Oriente (<http://memoria-africa.ua.pt/>)

### Fontes Impressas

*Annuaire Statistique de la Belgique et du Congo Belge*

*Anuário Consular e Diplomático Português*

*Anuário Estatístico de Angola*

*Boletim Semanal dos Serviços Económicos do Banco Nacional Ultramarino*

### Fontes Publicadas

Salazar, António de Oliveira. *Discursos e Notas Políticas*. 5.<sup>a</sup> Edição revista. Coimbra: Coimbra Editora, 2016.

## **Imprensa**

*A Província de Angola*

*A Voz*

*De Lindie*

*Diário da Manhã*

*Diário de Luanda*

*Diário Ilustrado*

*Dimanche Presse*

*Drapeau Rouge*

*L'Afrique et le Monde*

*L'Essor du Congo*

*La Gauche*

*Le Courrier d'Afrique*

*Le Courrier de l'Escaut*

*Le Courrier de l'Escaut*

*Le Matin d'Anvers*

*Le Phare Dimanche*

*Mercure*

*New York Times*

*O Comércio*

*Pages Congolaises*

*Standaard*

## Referências bibliográficas

---

- Ageron, Charles-Robert. "La survivance d'un mythe : la puissance par l'empire colonial (1944-1947)". *Outre-Mers. Revue d'histoire* 72, n.º 269 (1985): 387–403.
- Ágoas, Frederico, e Cláudia Castelo. "Ciências sociais, diplomacia e colonialismo tardio: a participação portuguesa na Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara (CCTA)". *Revista Estudos Históricos* 32, n.º 409 (Maio-Agosto 2019): 409-28.
- Alexandre, Valentim. *Contra o Vento - Portugal, o Império e a maré anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates, 2017.
- Bang, Peter Fibiger. "The Collapse of Colonial Empires and the Rise of Superpowers". Em *The Oxford World History of Empire*, por Peter Fibiger Bang, C. A. Bayly, e Walter Scheidel, 1113–22. Oxford: Oxford University Press, 2021.
- Bosschere, Guy de. "L'indépendance de l'Angola et son enjeu économique". *Présence Africaine*, n.º 98 (1976): 196–210.
- Buettner, Elizabeth. *Europe after Empire - Decolonization, Society and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- Castaño, David. *Paternalismo e Cumplicidade (As Relações Luso-Britânicas de 1943 a 1949)*. Lisboa: Associação dos amigos do Arquivo Histórico Diplomático, 2006.
- Clarence-Smith, Gervase. "Business Empires in Angola under Salazar, 1930-1961". *African Economic History*, n.º 14 (1985): 1–13.
- . "Les investissements belges en Angola, 1912-1961". Em *Entreprises et entrepreneurs en Afrique (xix e et xx e siècles)*, 423–41. Paris: Harmattan, 1983.
- . *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: A Study in Economic Imperialism*. Manchester University Press, 1985.
- Conway, Martin. "Belgium's Mid-Twentieth Century Crisis: Crisis of a Nation-State?". *Revue Belge d'Histoire Contemporaine* 35, n.º 4 (2005): 573–96.
- . *The Sorrows of Belgium - Liberation and Political Reconstruction, 1944-1947*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

- Davidson, Basil. *The African Awakening*. Londres: Jonathan Cape, 1955.
- Dujardin, Vincent. "La régence - les clés d'une Belgique nouvelle (1944-1950)". Em *La Belgique sans roi*, por Vincent Dujardin e Mark Van den Wigngaert, 79–143. Bruxelas: Le CRI, 2010.
- Dujardin, Vincent, e Michel Dumoulin. *L'union fait-elle toujours la force?* Bruxelas: Le Cri, 2008.
- Gerits, Frank. "'Défendre l'oeuvre que nous réalisons en Afrique': Belgian Public Diplomacy and the Global Cold War (1945–1966)". *Dutch Crossing* 40, n.º 1 (2 de janeiro de 2016): 68–80.
- Helmreich, Johnathan E. *Gathering Rare Ores - The Diplomacy of Uranium Aquisition, 1943-1954*. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- Hunt, Michael J. *The World Transformed, 1945 to the Present*. 2.<sup>a</sup> ed. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- Jaegere, Samuel de. "The "Belgian thesis" today". Dissertação de Mestrado, Universidade de Lund, 2003.
- Jourdain de Alencastro, M. "Diamond Politics in the Angolan Periphery: Colonial and Postcolonial Lunda 1917–2002". Tese de Doutoramento, Oxford University, 2014.
- Kent, John. *The internationalization of colonialism: Britain, France and Black Africa, 1939-1956*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1992.
- Mabille, Xavier. *Nouvelle histoire politique de la Belgique*. Bruxelas: CRISP, 2011.
- Makombo, Jean-Marie Mutamba. "Les évolués: situation au Congo belge". Em *Le manifeste Conscience Africaine (1956): élites congolaises et société coloniale. Regards croisés*, editado por Nathalie Tousignant. Bruxelas: Presses universitaires Saint-Louis, 2009.
- McIntyre, Donald. "The Development of Britain's Megathon Warheads". Dissertação de Mestrado, University of Chester, 2006.
- Meneses, Filipe Ribeiro de. *Salazar - uma biografia política*. Alfragide: D. Quixote, 2009.

- Ministério da Defesa Nacional da República da Coreia. *The History of United Nations Forces in the Korean War*. Vol. 3. Seul: The War History Compilation Committee, 1974.
- Moore, Bob. "Dutch Decolonization". Em *Crisis of Empire - Decolonization and Europe's Imperial States*, por Martin Thomas, Bob Moore, e L.J. Butler, 223–303. Londres: Bloomsbury, 2015.
- Nogueira, Franco. *O Ataque (1945-1958)*. Volume IV de *Salazar*, por Franco Nogueira. Coimbra: Atlântida Editora, 1980.
- Oliveira, Pedro Aires. *Os despojos da Aliança: a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Tinta-da-china, 2007.
- Peden, G. C. "Suez and Britain's Decline as a World Power". *The Historical Journal* 55, n.º 4 (2012): 1073–96.
- Pereira, Bernardo Futscher. *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*. Alfragide: D. Quixote, 2012.
- Pires, Leonardo Aboim. "Modernização e industrialização em contexto colonial: a exploração petrolífera em Angola (1965-1974)". *Labor e Engenho* 11, n.º 4 (26 de dezembro de 2017): 507–19.
- Regnault, Jean-Marc. "France's Search for Nuclear Test Sites, 1957-1963". *The Journal of Military History* 67, n.º 4 (2003): 1223–48.
- Reybrouck, David van. *Congo - The Epic History of a People*. Londres: Fourth Estate, 2014.
- Rosas, Fernando. "Introdução - a política colonial no Estado Novo e a Assembleia Nacional". Em *A Questão Colonial no Parlamento 1935-74*, por Fernando Rosas (coord.), Maria Fernanda Rollo e Ana Catarina Pinto, 9–24. IV Volume de *A Questão Colonial no Parlamento*. Lisboa: Assembleia da República, 2023.
- . *Salazar e o Poder - A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China, 2013.
- . "Um "império" à margem da Assembleia Nacional (1934-1949)". Em *A Questão Colonial no Parlamento*, por or Fernando Rosas (coord.), Maria Fernanda Rollo

- e Ana Catarina Pinto. IV Volume de *A Questão Colonial no Parlamento*. Lisboa: Assembleia da República, 2023.
- Shlaim, Avi. "The Protocol of Sèvres, 1956: Anatomy of a War Plot". *International Affairs* 73, n.º 3 (1997): 509–30.
- Telo, António José. *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- Thomas, Martin. "French Decolonization". Em *Crisis of Empire - Decolonization and Europe's Imperial States*, por Martin Thomas, Bob Moore, e L.J. Butler, 111–221. Londres: Bloomsbury, 2015.
- . "Resisting Decolonisation - Empire and Republic in post-war France". Em *The Routledge History of Western Empires*, por Robert Aldrich e Kirsten McKenzie, 483–96. Londres: Routledge, 2014.
- Vaïsse, Maurice. *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2020.
- Vanthemsehe, Guy. *Belgium and the Congo, 1885-1980*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- Velez, Rui Bonita. *Salazar-Tchombé - O envolvimento de Portugal na questão da Cautanga*. Linda-a-Velha: DG Edições, 2012.
- Vellut, Jean-Luc. *Congo: ambitions et désenchantements, 1880-1960*. Paris: Karthala, 2017.
- Westad, Odd Arne. *A Guerra Fria - Uma História do Mundo*. Lisboa: Temas e Debates, 2018.
- . "The Cold War and the international history of the twentieth century". Em *The Cold War - Origins*, editado por Melvyn P. Leffler e Odd Westad, 1:1–19. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

# Anexo I – População europeia e sul-africana no Congo belga 1945-1959

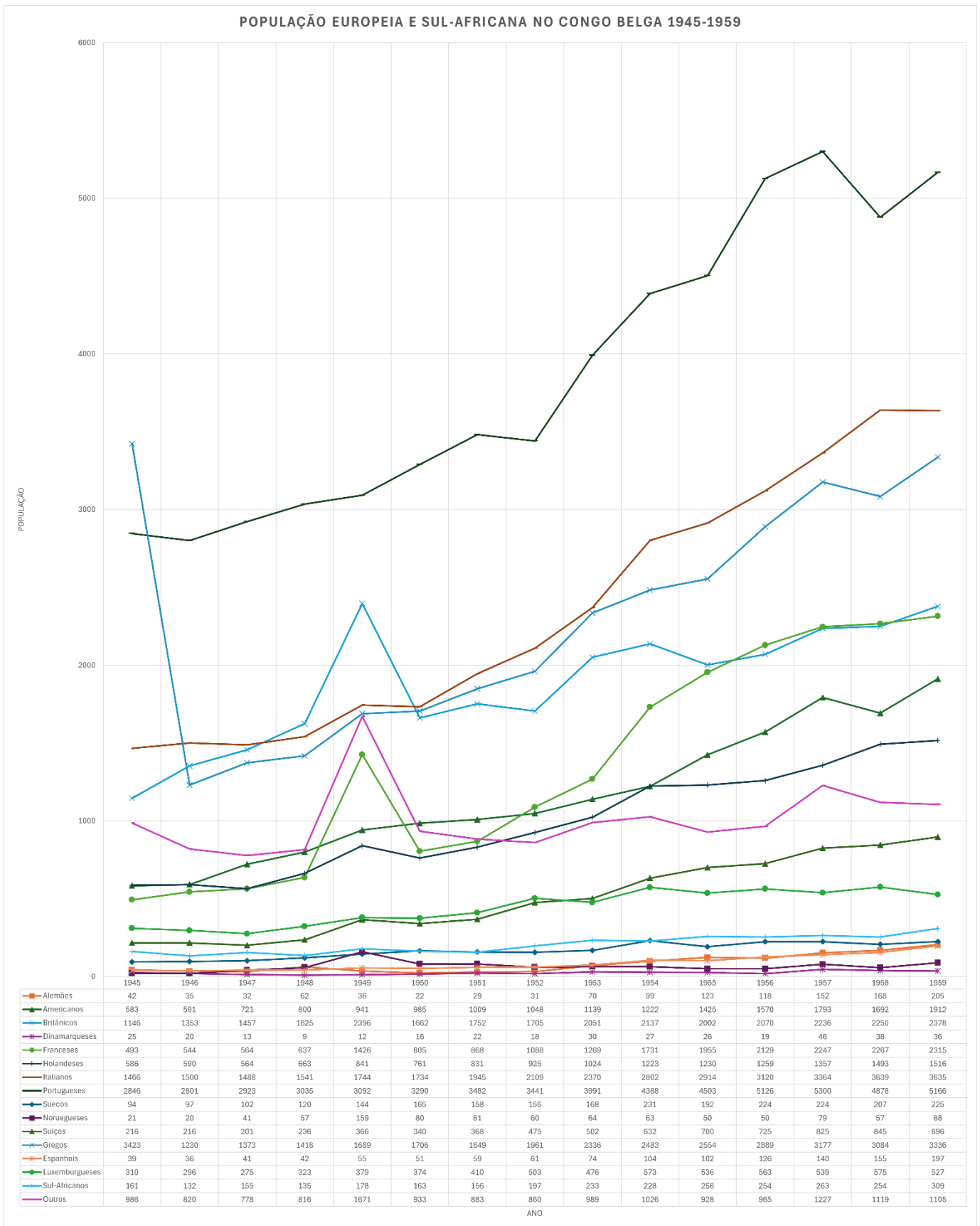


Gráfico 1 – População europeia e sul-africana no Congo belga 1945-1959. Dados retirados de: *Annuaire Statistique de la Belgique et du Congo belge.*

## Anexo II – Posições sobre o colonialismo português na imprensa belga

DATA	AUTOR	POSIÇÃO	PERIÓDICO	TENDÊNCIA
24/01/1955	Desconhecido	Favorável	<i>Le Matin d'Anvers</i>	Não identificada
05/02/1955	Desconhecido	Favorável	<i>Le Courrier de l'Escaut</i>	Não identificada
15/04/1956	Raoul Crabbé	Favorável	<i>Le Phare-Dimanche</i>	Não identificada
09/08/1956	E. Pedro	Desfavorável	<i>L'Afrique et le Monde</i>	Anticolonialista
29/11/1956	Silva Mangani	Desfavorável	<i>L'Afrique et le Monde</i>	Anticolonialista
06/12/1956	Silva Mangani	Desfavorável	<i>L'Afrique et le Monde</i>	Anticolonialista
13/12/1956	Silva Mangani	Desfavorável	<i>L'Afrique et le Monde</i>	Anticolonialista
14/12/1956	Desconhecido	Desfavorável	<i>De Lindie</i>	Conservador-colonialista
13/06/1957	H. M.	Favorável	<i>Le Courrier de l'Escaut</i>	Não identificada
25/07/1957	Penafiel	Desfavorável	<i>L'Afrique et le Monde</i>	Anticolonialista
01/08/1957	Santos Masangam	Desfavorável	<i>L'Afrique et le Monde</i>	Anticolonialista
03/08/1957	Desconhecido	Favorável	<i>Mercure</i>	Conservador-colonialista
09/08/1957	Desconhecido	Favorável	<i>L'Essor du Congo</i>	Não identificada
31/08/1956	Claude Imbert	Favorável	<i>L'Avenir Colonial Belge</i>	Progressista-colonialista
01/09/1956	Claude Imbert	Favorável	<i>L'Avenir Colonial Belge</i>	Progressista-colonialista
04/09/1956	Claude Imbert	Favorável	<i>L'Avenir Colonial Belge</i>	Progressista-colonialista
06/09/1956	Josse Crabbé	Favorável	<i>Le Courrier d'Afrique</i>	Conservador-colonialista
07/09/1956	Josse Crabbé	Favorável	<i>Le Courrier d'Afrique</i>	Conservador-colonialista
21/09/1950	A. Bondroit	Favorável	<i>L'Avenir Colonial Belge</i>	Progressista-colonialista
23/09/1950	Desconhecido	Favorável	<i>L'Essor du Congo</i>	Não identificada
21/09/1950	Desconhecido	Favorável	<i>Le Courrier d'Afrique</i>	Conservador-colonialista

Tabela 12 – Posições sobre o colonialismo português na imprensa belga. Nem sempre foi possível identificar a tendência política dos periódicos, conforme se constata pela tabela. Por anticolonialista, entende-se um periódico oposto ao colonialismo europeu em África. Por conservador-colonialista, entende-se um periódico favorável à manutenção do colonialismo europeu em África e aos seus métodos coevos. Por progressista-colonialista, entende-se um periódico favorável à manutenção do colonialismo europeu e ao desenvolvimento das colónias e das suas estruturas políticas e sociais.

### Anexo III – Notas biográficas

---

**Achille Van Acker** (1898-1975) foi um político socialista belga. Tendo um papel fundamental na criação do Estado-Providência na Bélgica, desempenhou a função de primeiro-ministro durante três mandatos (1945-1946, 1946 e 1954-1958).

**André Dequae** (1915-2006) foi um político católico belga que ocupou diversas pastas governamentais, entre as quais a das Colónias entre 1950 e 1954.

**António José Aniceto de Siqueira Freire** (1918-1999), formado em Direito pela Universidade de Lisboa, foi um diplomata português que entrou para a carreira em 1942, ocupando postos em Leopoldville, Beirute, Genebra e Paris.

**António Luís Magalhães de Abreu Novais Machado** (1916-?) formou-se em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, acabando por ingressar na carreira diplomática como adido de Legação; assumiu o posto de Cônsul de 3.<sup>a</sup> Classe no Consulado de Portugal em Leopoldville a 23 de março de 1948, sucedendo a Vergílio Armando Martins.

**Auguste Buisseret** (1888-1965) foi um político liberal belga. Caracterizado pelo seu secularismo e pela francofilia, ocupou diversas pastas em governos socialistas e católicos, sendo mais perene a sua permanência à frente das Colónias durante 4 anos (1954-1958).

**Auguste-Édouard Gilliaert** (1894-1973), oficial superior belga que participou em ambos os conflitos mundiais e acabou por comandar a *Force Publique*, as forças armadas do Governo-Geral do Congo belga, entre 1944 e 1954, ano em que regressa à Bélgica, reformando-se do serviço militar em 1955. Importa notar que os comandantes da *Force Publique* se revelaram figuras admiradoras do regime português e desejosas de cooperação – não só Gilliaert, como refere Vieira Leitão, mas também o seu sucessor, Émile Janssens, que acabou por exprimir admiração e apoio da posição assumida por Portugal face às correntes internacionais anticolonialistas numa carta endereçada ao ditador português em 1961: Arquivo Oliveira Salazar, Caixa 34, Pasta 3, Carta de Émile Janssens a Oliveira Salazar de 19 de abril de 1961.

**Eduardo Freitas da Costa** (1915-1980) foi um jornalista nacionalista português que serviu como chefe de redação de *A Vitória* e do *Diário da Manhã*.

**Eduardo Marciano Borges Vieira Leitão**, (1897-?), formado em Direito pela Universidade de Lisboa, iniciou a sua carreira diplomática em 1923, como adido de legação em Tóquio. Em 1945, é enviado, de forma provisória, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário a Bruxelas e Luxemburgo, onde permaneceria até 1967 (a Legação foi elevada a Embaixada em 1956). A sua ampla correspondência com Oliveira Salazar, presente na Torre do Tombo, é uma fonte indispensável para o estudo das relações diplomáticas com a Bélgica ao longo deste período. Lamentavelmente, ainda não foi possível rastrear as respostas que terá recebido do ditador, ou mesmo averiguar a sua sobrevivência.

**Eugène Jungers** (1888-1958), magistrado belga, foi Governador-Geral do Congo de 31 de dezembro de 1946 a 1 de janeiro de 1952, sucedendo a Pierre Ryckmans, após administrar o Ruanda-Urundi desde o início da década de 30.

**Hendrik Cornelis** (1910-1999) foi um funcionário colonial belga que serviu como último governador-geral do Congo belga entre 1958 e 1960.

**Jean Marie Joseph van Houtte** (1907-1991) foi um político católico belga que ocupou a pasta das Finanças por três governos distintos, intervalando com um mandato enquanto primeiro-ministro entre 1952 e 1954.

**João de Castro Osório Oliveira** (1899-1970), escritor e dramaturgo nacionalista português.

**José Agapito da Silva Carvalho** (1897-1957) foi um oficial do Exército português e governador-geral de Angola entre 1947 e 1951.

**Léo Pétilon** (1903-1996), foi um funcionário colonial belga formado em Direito que ocupou o cargo de governador do Ruanda-Urundi entre 1949 e 1951 e o cargo de governador-geral do Congo belga entre 1952 e 1958. Termina a sua carreira como ministro do Congo belga e do Ruanda-Urundi durante cerca de 5 meses, em 1958.

**Manuel Maria Murias Júnior** (1900-1960) foi um político, escritor e jornalista nacionalista português que dirigiu o *Diário da Manhã*.

**Manuel Ortins de Bettencourt** (1892-1969) foi um almirante português que exerceu, entre outras, as funções de Ministro da Marinha entre 1936 e 1944 e de Chefe de Estado Maior das Forças Armadas entre 1951 e 1955.

**Paul Fabo** (1906-1973) foi um jornalista francófono nascido no Benim, diretor do periódico *L'Afrique et le Monde*.

**Paul van Zeeland** (1893-1973) foi um político católico belga. Foi primeiro-ministro na década de 30, tendo de enfrentar a agitação rexista e acabando como um dos exilados em Londres. Após a II Guerra Mundial, foi ministro dos Negócios Estrangeiros de diversos governos entre 1949 e 1954.

**Pierre Wigny** (1905-1986), político católico belga, foi Ministro das Colónias entre 1947 e 1950 e Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1958 e 1961.

**Robbert Godding** (1883-1953), senador liberal belga que ocupou a posição de Ministro das Colónias por duas vezes nos anos de 1945-47.

**Vasco Luís Caldeira Coelho Futscher Pereira** (1922-1984), formado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade de Coimbra, foi um diplomata português que desempenhou funções em diversas instalações diplomáticas portuguesas; sucedeu a Novais Machado como cônsul em Leopoldville em 1952, mantendo-se nesse posto até 1956.

**Vergílio Armando Martins** (1914-1988) formou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Após ser delegado do Procurador de Angola, ingressou na carreira diplomática, gerindo o Consulado de Portugal em Leopoldville, em comissão, entre 19 de junho de 1944 e 23 de março de 1948, sendo substituído por António Novais Machado.

## Anexo IV – População belga no Congo belga 1945-1959

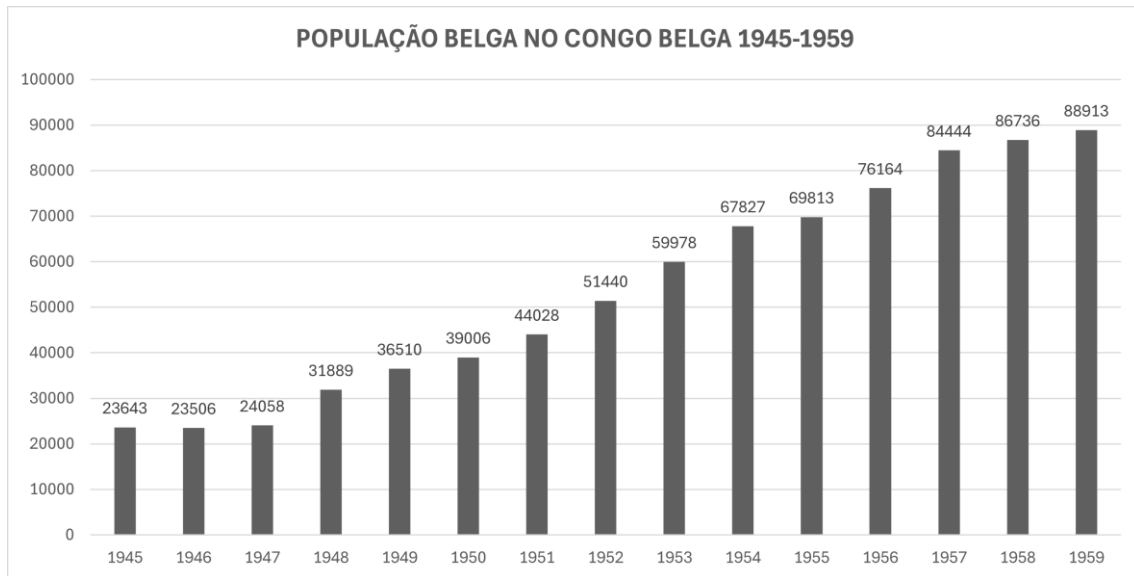


Gráfico 2 – População belga no Congo belga 1945-1959. Dados retirados de: *Annuaire Statistique de la Belgique et du Congo belge*.

## Anexo V – Principais movimentos políticos congolese

---

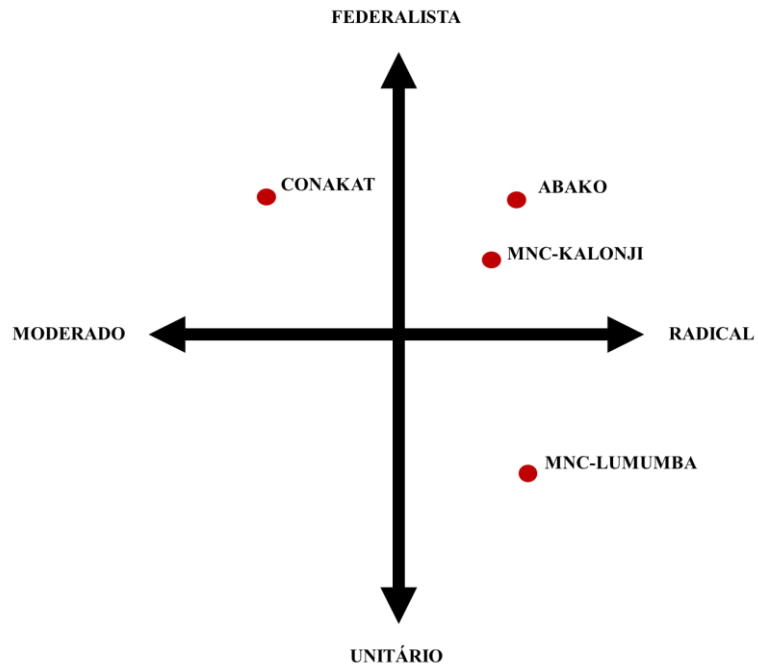


Gráfico 3 – Principais movimentos políticos congolese distribuídos pelos quadrantes segundo van Reybrouck